



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**Rangel Gomes Godinho**

**A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL DE PIRENÓPOLIS (GO)**

Goiânia, 2012

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

### 2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):		Rangel Gomes Godinho	
E-mail:		rangelgodinho@yahoo.com.br	
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Vínculo empregatício do autor		Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Anápolis.	
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	Brasil	UF:GO	CNPJ:
Título:			
A Interpretação do Patrimônio Ambiental de Pirenópolis (GO)			
Palavras-chave:		Interpretação. Patrimônio Ambiental. Turismo. Pirenópolis.	
Título em outra língua:			
The Interpretation of the Heritage Environmental of Pirenópolis (GO)			
Palavras-chave em outra língua:		Interpretation. Environmental Heritage. Tourism. Pirenópolis.	
Área de concentração:		Geografia	
Data defesa: (dd/mm/aaaa)		22/03/2012	
Programa de Pós-Graduação:		Geografia	
Orientador (a):		Ivanilton José de Oliveira	
E-mail:		ivanilton.oliveira@gmail.com	
Co-orientador (a):*		-----	
E-mail:		-----	

\*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

### 3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM                       NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) autor (a)

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

RANGEL GOMES GODINHO

**A INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL DE PIRENÓPOLIS (GO)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, da Universidade Federal de Goiás, na área de concentração Natureza e Produção do Espaço, linha de pesquisa Dinâmica sócio-espacial: urbana, agrária, regional e ambiental, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira

Goiânia, 2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
GPT/BC/UFG**

G585i Godinho, Rangel Gomes.  
A interpretação do Patrimônio Ambiental de Pirenópolis (GO)  
[manuscrito] / Rangel Gomes Godinho. – 2012.  
xv, 129 f. : il., figs, tabs.

Orientador: Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,  
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2012.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, tabelas e quadros.

1. Turismo e ambiente – Pirenópolis (GO). 2. Patrimônio  
ambiental. I. Título.

CDU:338.484:502(817.3)

**Rangel Gomes Godinho**

**A Interpretação do Patrimônio Ambiental de Pirenópolis (GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia, aprovada em 22 de Março de 2012, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores:

Professor Dr. Ivanilton José de Oliveira – Orientador

Professor Dr. Fernando Araújo Sobrinho

Professora Dra. Miriam Aparecida Bueno

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que atuam na promoção e construção de relações mais sustentáveis entre todas as formas de vida. Também a minha mamãe Marina Gomes, meu irmão Raynner Gomes Godinho, ao meu pai Joaquim Ramos Godinho (*in memoriam*) e aos idosos de Pirenópolis que são as principais testemunhas do valor que o patrimônio ambiental pirenopolino possui.

## AGRADECIMENTOS

Com todo carinho agradeço a minha mamãe, Marina, que com muita luta e fé dedicou-se com amor à criação de seu dois filhos, além de me ensinar entre outras coisas, a lutar pelos meus objetivos e que, embora tudo possa me ser tirado, isso não ocorre com o estudo.

Ao meu irmão Raynner, que é um grande companheiro na jornada da vida e tornar-se a cada dia um grande homem.

Ao meu pai Joaquim Ramos Godinho (*in memoriam*), um bom homem, que ainda na minha infância, me dizia para dar sentido às coisas que eu fizesse.

À toda minha família, que sempre me recebe com carinho e respeito, em especial às minhas avós, Conceição Gomes e Vulpina Rosa Godinho (*in memoriam*), e minha Tia Ana de Fátima, que foram presença materna em momentos importantes de minha vida.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira, que com respeito, atenção e compromisso orientou e motivou o desenvolvimento deste trabalho, sendo para mim um exemplo de profissional e de ser humano. Muito obrigado.

Às amigas construídas pela vivência comunitária na Paróquia Jesus Bom Pastor e no bairro Jardim Guanabara (I, II, III), onde encontrei fortaleza, inspiração e fé diante dos obstáculos da vida.

Aos meus amigos do Instituto de Estudos Socioambientais, em especial a Lara Cristine, Sílvio Braz, Ana Carolina Marques, Carlos Antônio, Leonardo de Castro, Carolina Ferreira, Priscilla Régia e Helsio Azevedo, com os quais pude compartilhar, refletir e discutir diversos temas que me ajudaram no meu desenvolvimento enquanto pessoa e pesquisador.

A todo o corpo docente do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, em especial aos professores Maria Geralda de Almeida, Patrícia Romão Araújo, Lana de Souza Cavalcanti, Alex Ratts, Tadeu Alencar Arrais, Eguimar Felício Chaveiro, Luciana Lopes e João Batista de Deus, os quais contribuíram para minha reflexão sobre a temática da pesquisa desenvolvida.

Agradeço também aos funcionários da secretaria do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, com destaque para Joraia e Rodrigo, que sempre nos atendem com respeito e se desdobram para realizar a grande quantidade de trabalho a eles designado.

De forma especial estou agradecido pela participação do Prof. Dr. Fernando Araújo Sobrinho e da Profa. Dra. Miriam Aparecida Bueno na banca examinadora do meu trabalho e pelas contribuições para melhor delineamento da dissertação.

Rendo graças a Deus, meu mais íntimo amigo, que possibilitou que tudo isso fosse possível. Ele é a força que me motiva, na fantástica aventura que é a vida, a querer ajudar a construir um mundo melhor, um eu melhor.



## RESUMO

A interpretação é um importante meio para valorização do patrimônio ambiental incorporado como atrativo turístico. A análise empreendida nesse trabalho tem como recorte espacial o município de Pirenópolis (GO), onde a prática turística caracteriza-se como um fenômeno que atua na produção do espaço geográfico e se desenvolve pelo uso turístico dos elementos constituintes do patrimônio ambiental (cultural e natural). Isso implica a necessidade de estudos que contribuam para o entendimento de como o turismo se apropria nos componentes patrimoniais e qual a relação entre a experiência turística e a valoração patrimonial. Nesse sentido, o processo de interpretação do patrimônio se constitui um efetivo meio para favorecer que o turista seja instigado, motivado e impulsionado a conhecer aspectos característicos de Pirenópolis (GO) que só podem ser apreendidos por meio do processo interpretativo. Com isso, diversos recursos funcionam como veículos que subsidiam o processo de interpretação, tais como: painéis, folders, mapas, guias, museus, entre outros. Diante do exposto, o objetivo geral desse trabalho é identificar e avaliar como ocorre o processo de interpretação do patrimônio ambiental apropriado pelo turismo em Pirenópolis (GO), no intuito de compreender a relação entre turismo e interpretação patrimonial. Deste modo, definiu-se os seguintes objetivos específicos: identificar quais são os elementos do patrimônio ambiental apropriados pela atividade turística; identificar e avaliar quais são os recursos de interpretação patrimonial existentes; analisar as diferenças entre a interpretação do patrimônio ambiental na área urbana e rural; mapear os atrativos turísticos patrimoniais do município; analisar quais são as principais potencialidades e deficiências da infraestrutura suporte (vias de acesso e sinalização) que subsidia a interpretação do patrimônio e uso turístico. A metodologia do trabalho constituiu em: levantamento bibliográfico e documental; compilação de bases cartográficas que abrangem o limite municipal e urbana; consultas a órgãos públicos; e levantamentos de campo na área urbana e rural. Conclui-se que a integração entre turismo e patrimônio não implica a conservação dos elementos patrimoniais em sua amplitude. O patrimônio cultural é beneficiado quanto aos recursos interpretativos e infraestrutura suporte, fato que não contempla a realidade dos atrativos localizados na área rural do município. Uma vez que somente os atrativos do patrimônio natural que constituem-se como RPPNs são os que de fato apresentam recursos que agreguem conhecimento a experiência turística. Nos atrativos naturais de domínio público a situação é alarmante, pois não há ações efetivas para conciliar uso turístico e conservação ambiental. Há no município recursos que funcionam como instrumento de interpretação que contemplam tanto atrativos culturais como naturais: guia e mapas turísticos. Contudo, o guia e os mapas cumpram a função de demonstrar os principais elementos da oferta turística, embora os mapas não cumprem o papel de viabilizar o deslocamento até os atrativos, bem como apresentam as informações de forma confusa, o que implica inutilidade para interpretação patrimonial. Por fim, o presente trabalho se constitui base para o desenvolvimento de estudos mais verticalizados, sendo subsídio para elaboração de políticas e projetos relativos ao turismo, em que o patrimônio ambiental na sua relação com o turismo seja valorizado.

**Palavras chave:** Interpretação. Patrimônio Ambiental. Turismo. Pirenópolis.

## ABSTRACT

Interpretation is an important means for valuation of the environmental heritage built as a tourist attraction. The analysis undertaken in this study have the municipality Pirenópolis (GO) as spatial area. Where the tourism is characterized as a phenomenon that operates in the production of geographical space and is develop with use of elements of the environmental heritage. This implies the need for studies that contribute to the understanding of how tourism appropriates the heritage components and what the relationship between the tourist experience and heritage valuation. In this sense, the process of interpreting the heritage constitutes an effective means to promote that the tourists will be instigated, motivated and driven to know the characteristic of Pirenópolis (GO) that can only be known through the interpretation process. Then, many resources work as vehicles that subsidize the process of interpretation, such as billboards, brochures, maps, guides, museums, among others. Given the above, the general objective of this study is to identify and assess how happens the interpretation process of environmental heritage that is appropriate for the tourism in Pirenópolis (GO), in order to understand the relationship between tourism and heritage interpretation. Thus, we defined the following specific objectives: to identify what are the appropriate elements of the environmental heritage for the tourism; identify and assess what are the interpreting resources existing; analyze the differences between the interpretation of environmental heritage in urban and rural ; mapping the heritages attractives of the municipality; to analyze what are the main strengths and weaknesses of the support infrastructure (access roads and signage) that subsidizes the interpretation of heritage and tourist use. The methodology of work was: search bibliographic and documentary; cartographic compilation covering the municipal boundary and urban; consultations with government agencies, and field surveys in urban and rural areas. It is concluded that the integration between tourism and heritage does not imply the conservation of heritage elements in their amplitude. Cultural heritage is benefited as to the interpretative resources and with the infrastructure support, reality that did not contemplate the reality of the attractions located in the rural area. Since only the attractions of the natural heritage that are as private reserves are the ones who actually have features that add knowledge to the tourist experience. The natural attractions in the public domain the situation is alarming because there is no effective action to balance tourist use and environmental conservation. There are resources in the municipality that work as an instrument of interpretation that include both natural and cultural attractions, are the tourist guide and the tourist maps. However, the guide and maps fulfill the function showing main elements of tourism, although the maps do not play the role of facilitating the shift to the appeal, and present information in a confused manner, which implies uselessness for interpretation. Finally, this work constitutes the basis for the development of studies more specifics, and is a allowance for elaboration of policy and projects relating to tourism, where relation between the environmental heritage and tourism may be valued.

**Keywords:** Interpretation. Environmental Heritage. Tourism. Pirenópolis.

## LISTA DE FIGURAS

	<b>Página</b>
Figura 01- Mapa de Localização de Pirenópolis, com destaque para o eixo Goiânia - Distrito Federal	19
Figura 02- Área tombada como Patrimônio Histórico-Arquitetônico de Pirenópolis	23
Figura 03- Distribuição Espacial das regiões turística de Goiás e classificação dos municípios selecionados	30
Figura 04- Atrativos turísticos culturais situados no Sítio tombado de Pirenópolis	56
Figura 05- Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	58
Figura 06- Parte da Igreja Matriz destinada à função de Museu	58
Figura 07- Fazenda Babilônia	59
Figura 08- Apresentação das Cavalhadas	61
Figura 09- Cine Pireneus	62
Figura 10- Igreja e Museu de Arte Sacra Nossa Senhora do Carmo	62
Figura 11- Theatro Pyrenopolis	63
Figura 12- Igreja Nosso Senhor do Bonfim	64
Figura 13- Processo de restauração dos altares, do forro e paredes da Igreja Nosso Senhor do Bonfim	65
Figura 14- Museu das Cavalhadas	66
Figura 15- Museu da Família Pompeu	67
Figura 16- Ponte do Carmo (Ponte Velha)	68
Figura 17- Ponte Pênsil Dona Benta	69
Figura 18- Casa de Câmara de Cadeia e Museu do Divino	69
Figura 19- Parte interna da Casa de Câmara de Cadeia e Museu do Divino	70
Figura 20- Entrada do Museu das Lavras do Ouro	71
Figura 21- Museu Rodas do Tempo	72
Figura 22- Mapa dos atrativos naturais de Pirenópolis (GO)	76
Figura 23- Cachoeira das Araras – Pirenópolis (GO)	77
Figura 24- Cachoeira Nossa Senhora do Rosário – Pirenópolis (GO)	78
Figura 25- Imagens do Mosteiro Zen Eisho – Ji	79
Figura 26- Vista do Mirante Quebra Rabicho, a esquerda observa-se o Ribeirão Dois Irmãos (1) e a direita o Ribeirão São João (2)	80
Figura 27- Cidade de Pedra – Pirenópolis (GO)	80
Figura 28- Poção da Ponte – Atrativo Natural Urbano	81
Figura 29- Recepção da Fazenda Vaga Fogo	84
Figura 30- Reserva Ecológica Vargem Grande	85

Figura 31- Santuário de Vida Silvestre Flor das Águas	86
Figura 32- Morro do Cabeludo	87
Figura 33- Vista panorâmica do Pico dos Pireneus em direção a cidade de Pirenópolis (GO)	87
Figura 34- Fazenda Bonsucesso - Pirenópolis (GO)	88
Figura 35- Cachoeira Usina Velha - Pirenópolis (GO)	89
Figura 36- Cachoeira Meia Lua - Pirenópolis (GO)	90
Figura 37- Pedreira da Prefeitura, depósito de rejeitos e área de extração abandonada na estrada de acesso à cachoeira Meia Lua - Pirenópolis (GO)	90
Figura 38- Cachoeira do Abade - Pirenópolis (GO)	91
Figura 39- Posição do Morro do Frota em relação a área urbana	92
Figura 40- Visão da cidade de Pirenópolis (GO) a partir do Morro do Frota	92
Figura 41- Vista do Mirante do Ventilador em direção a cidade de Pirenópolis (GO)	93
Figura 42- Modelo 01 de mapa turístico disponibilizado no CAT de Pirenópolis (GO). Não são esses!	105
Figura 43- Modelo 02 de mapa turístico disponibilizado no CAT de Pirenópolis (GO). Não são esses!	106
Figura 44- Espacialização dos atrativos turísticos situados no Sítio tombado de Pirenópolis (GO)	112
Figura 45- Mapa Turístico Urbano de Pirenópolis (GO) como subsídio a interpretação do patrimônio cultural	114
Figura 46- Mapa turístico dos atrativos naturais acessados por meio do Bairro do Carmo/Pirenópolis (GO)	117
Figura 47- Mapa turístico dos atrativos naturais acessados por meio do Bairro do Bonfim/Pirenópolis (GO)	118
Figura 48- Mapa turístico dos atrativos naturais localizados na APA dos Pireneus e proximidades - Pirenópolis (GO)	119

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

	<b>Página</b>
Tabela 01 - Distribuição do PIB - Produto Interno Bruto por setor da economia de Pirenópolis (GO), com base nos anos 2002 e 2008	22
Tabela 02 - Regiões turísticas e Classificação dos municípios que as compõem	32
Quadro 01- Patrimônio Cultural salvaguardado pelo IPHAN em Pirenópolis (GO) - 2011	56
Quadro 02- Patrimônio Cultural Imaterial de Pirenópolis (GO) - 2011	60
Quadro 03- Patrimônio Cultural Material incorporado a atividade turística, Recursos Interpretativos e Informações de interesse turístico Pirenópolis (GO) - 2012	73
Quadro 04- Patrimônio Natural que se configuram Unidades de Conservação de Pirenópolis (GO) - 2012	82
Quadro 05- Patrimônio Natural incorporado a atividade turística, Recursos Interpretativos e Informações de interesse turístico Pirenópolis (GO) - 2012	95
Quadro 06- Atrativos do Patrimônio Cultural e Serviços de Apoio turístico da área tombada de Pirenópolis (GO)	111



## SUMÁRIO

	<b>Página</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	9
<b>LISTA DE TABELAS E QUADROS</b>	11
<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>Capítulo 1. Pirenópolis – A constituição do lugar turístico</b>	
1.1. Processo Histórico e o Advento do Turismo em Pirenópolis	18
1.2. A implementação de Políticas Públicas voltadas à promoção do Turismo em Goiás e suas repercussões em Pirenópolis	24
<b>Capítulo 2. Turismo e Apropriação dos Elementos Patrimoniais</b>	
2.1. Patrimônio: Concepções e interpretações na contemporaneidade	35
2.2. A constituição do patrimônio enquanto atrativo turístico	48
<b>Capítulo 3. O Patrimônio Ambiental de Pirenópolis e seu Processo de Interpretação</b>	
3.1. Interpretação do Patrimônio e Turismo	53
3.2. Patrimônio Cultural: Distribuição Geográfica, Caracterização e Processo de Interpretação	55
3.3. Patrimônio Natural: Distribuição Geográfica, Caracterização e Processo de Interpretação	75
3.4. Recursos que, de modo geral, subsidiam a prática turística e a interpretação do Patrimônio em Pirenópolis	97
<b>Capítulo 4. Contribuições da Cartografia Turística à Interpretação do Patrimônio Ambiental</b>	
4.1. Cartografia Turística: Aspectos Teórico-Metodológicos	99
4.2. Cartografia Turística como subsídio para Interpretação do Patrimônio Ambiental	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	120
<b>REFERÊNCIAS</b>	124

## INTRODUÇÃO

O turismo é uma prática social e atividade econômica que produz o espaço geográfico a partir de um conjunto de ações, tornando-o produto para consumo turístico. O espaço geográfico, neste sentido, é entendido como um conjunto formado pelos objetos geográficos, naturais e artificiais, mais a sociedade que o anima (SANTOS, 1997a, p.1). Portanto, para sua compreensão é preciso a análise dos processos e fenômenos que o produzem, daí o interesse da geografia pelo estudo do turismo.

Cruz (2003, p.5) ao definir turismo como “uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”, destaca o caráter geográfico dessa atividade que se traduz na constituição de espaços turísticos. Dentre as principais atividades econômicas da atualidade, o turismo se apresenta, conforme explica Batista (2003), como a que mais consome e produz o espaço, tornando-se necessário sua análise como um processo dinâmico e interativo que recria formas espaciais diversificadas.

Em meio aos elementos incorporados às atividades turísticas estão aqueles constituintes do patrimônio ambiental (cultural e natural), os quais passam a se configurar como atrativos turísticos, o que implica uma nova forma de valorização e funcionalidade desses elementos, que passam a serem orientados por uma atividade econômica que organiza, normatiza, seleciona, fragmenta e dá uma nova dinâmica ao uso do território.

No município de Pirenópolis, localizado no estado de Goiás, a prática do turismo destaca-se como um importante fator no ordenamento territorial, tornando esse município um lugar turístico, ou seja, onde a dinâmica sócio-espacial está estritamente associada a atividade turística. Isso implica a necessidade de estudos que contribuam para o entendimento de como o turismo produz o espaço geográfico pirenopolino; uma vez que podem ocorrer problemas de preservação cultural e dos recursos naturais, quando não há um planejamento da atividade turística atenta a relação que o turista estabelece com os componentes do patrimônio ambiental configurados como atrativos turísticos, a qual é intermediada pela infraestrutura básica/suporte e por recursos que agreguem valor à experiência turística.

A prática do turismo em Pirenópolis ocorre por meio da apropriação pelo turismo dos elementos do patrimônio histórico-arquitetônico, que configuram um conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico tombado em 1989 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Outro objeto de interesse turístico em Pirenópolis refere-se aos aspectos



relacionados ao patrimônio natural, tais como: cachoeiras, corredeiras e mirantes, os quais têm atraído grande número de visitantes, fazendo com que o espaço pirenopolino seja transformado para atender a essa demanda turística.

Diante do exposto, fica evidente a incorporação dos elementos patrimoniais como atrativos turísticos, que são definidos por Melgar (2001) como fatores que motivam o deslocamento de pessoas para ver, fazer, sentir e desfrutar de sua existência. Entretanto, pode-se questionar como ocorre a integração turismo-patrimônio? Há um processo de interpretação do patrimônio que permite agregar conhecimento à experiência turística e motivar a conservação dos bens patrimoniais?

Constata-se a necessidade de estudos que busquem compreender como o patrimônio ambiental de Pirenópolis é incorporado a atividade turística, bem como avaliar quais recursos têm intermediado a relação entre a experiência turística e interpretação patrimonial.

Nesse sentido, uma série de componentes funcionam como veículos que subsidiam o processo de interpretação, esses constituem meios de comunicação ou equipamentos tais como: placas, painéis, folders, mapas, guias, centros de atendimento, museus, entre outros (MURTA e GOODEY, 2005).

Com base em um levantamento preliminar constatou-se que não há estudos que trazem uma análise e avaliação sobre os recursos que são utilizados no processo de interpretação do patrimônio ambiental de Pirenópolis. Averiguou-se também que há grande potencialidade de oferta turística que ainda não é explorada, em especial por problemas relacionados à infraestrutura suporte, como é o caso dos acessos aos atrativos do patrimônio natural, os quais muitas vezes não são sinalizados e apresentam grande dificuldade de tráfego devido à falta de manutenção. Como é o caso do mirante do Morro do Frota, que não possui infraestrutura mínima para contemplação da paisagem, tão pouco recurso interpretativo. Assim, pode-se questionar se há recursos ou estratégias que agreguem valor à experiência do turista no intuito de favorecer que este seja instigado, estimulado, impulsionado a conhecer elementos referentes ao patrimônio que não podem ser contemplados sem que haja um processo de interpretação?

Haja vista, que o turismo por ser uma atividade econômica produtiva que visa a acumulação de capital e pode implicar problemas de ordem natural e cultural, assim precisa ser constantemente avaliado no sentido de revelar falhas que possam obstruir a consolidação da atividade turística e ainda prevenir o surgimento ou ampliação de problemas, apresentando alternativas de renovação que garantam a sua permanência. Considerando, o potencial turístico de Pirenópolis que tem como base o patrimônio ambiental é importante que o

desenvolvimento da atividade turística seja acompanhado da valorização e conservação do patrimônio ali existente, ações que podem ser promovidas por meio do processo de interpretação.

É nesse sentido, que o presente trabalho pretende contribuir, tendo como referência os conhecimentos relacionados a Cartografia turística, pois os conhecimentos cartográficos que subsidiam a criação de imagens do mundo, ao se pautarem nos aspectos referentes ao patrimônio permitem agregar conhecimento à vivência turística.

Portanto, fica evidente que interpretar o patrimônio é um importante recurso para valorização dos aspectos culturais e naturais de determinados espaços, e se constitui em um processo sistemático que pode ocorrer a partir de diversos meios, dentre eles os relacionados à cartografia.

Diante do exposto o **objetivo geral** desse trabalho é identificar e avaliar como ocorre o processo de interpretação do patrimônio ambiental apropriado pelo turismo em Pirenópolis (GO), no intuito de compreender a relação entre turismo e interpretação patrimonial.

Nesse sentido, foram delineados os seguintes **objetivos específicos**: identificar quais são os elementos do patrimônio ambiental de Pirenópolis apropriados pela atividade turística; identificar e avaliar quais são os recursos de interpretação patrimonial existentes em Pirenópolis; analisar as diferenças entre a interpretação do patrimônio ambiental na área urbana e rural; mapear os atrativos turísticos patrimoniais do município Pirenópolis; analisar quais são as principais potencialidades e deficiências da infraestrutura suporte (vias de acesso e sinalização) que subsidia a interpretação do patrimônio e uso turístico.

O desenvolvimento do trabalho envolveu, como primeira **etapa metodológica**, o levantamento bibliográfico sobre os seguintes temas, em que vários autores foram consultados: turismo, Cruz (1998, 2001, 2003, 2005), Rodrigues (1999), Almeida (2002) e Melgar (2001); patrimônio e interpretação patrimonial, Murta; Albano (2005), Murta; Goodey (2005), Oliveira (2007), Almeida (2003), Grunberg (2000), Luchiari (2007) e Ribeiro; Zanirato (2006, 2008); sobre cartografia temática e a relação cartografia e turismo, Bertin (1988), Martinelli (1996), Oliveira (2005) e Rizzi (2003). Quanto à prática do turismo em Pirenópolis, a referência para a análise foram os trabalhos de Batista (2003), Drago (2003) e Silva; Silva (2007).

Concomitantemente, realizou-se o levantamento documental referente às políticas de turismo na escala federal, estadual e municipal, e também dos aparatos legais que regem a questão patrimonial no Brasil.

Na sequência compilaram-se bases cartográficas que abrangem o limite municipal e urbano de Pirenópolis. Na escala municipal foram encontradas diversas bases cartográficas em formato *shape-files*<sup>2</sup>, disponibilizadas no portal eletrônico do Sistema de Informações Estatísticas e Geográficas (SIEG), da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN). Esses arquivos subsidiaram a confecção de mapas temáticos, trabalhados em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG) – sendo utilizados o Spring 5.0 e ArcGIS 9.2. Em relação à área urbana, o escritório de Pirenópolis do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) disponibilizou um arquivo com o mapeamento do Centro Histórico tombado em Pirenópolis em formato DWG<sup>3</sup>.

Para checagem da existência de dados sobre o patrimônio ambiental de Pirenópolis também foram realizadas consultas a órgãos públicos como a Agência Goiana de Turismo (Goiás Turismo), a Secretaria Municipal de Turismo de Pirenópolis, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN) e o Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Esse órgão desenvolveu um projeto intitulado Geoparque<sup>4</sup> Pireneus e gerou um relatório com vários dados sobre o patrimônio natural.

Para identificação, registro e georreferenciamento de todos os atrativos turísticos patrimoniais e dos serviços de apoio turístico, reconhecimento dos recursos interpretativos e infraestrutura suporte foram realizados diversos levantamentos de campo na área urbana, onde foram percorridas todas as quadras do sítio tombado pelo IPHAN, e na área rural, com ênfase nas áreas identificadas como detentoras de atrativos naturais. Esse inventário embasou a construção dos mapas dos atrativos turísticos patrimoniais subsidiando as análises e a discussão dos resultados.

A fim de possibilitar melhor compreensão do desenvolvimento e em especial dos resultados do presente trabalho, ele está estruturado em **quatro capítulos**.

O **primeiro capítulo** discute a constituição do município de Pirenópolis como um lugar turístico, com base no processo histórico de consolidação do município, do advento do turismo enquanto prática social e atividade econômica e, posteriormente, apresenta políticas públicas que contribuíram e contribuem para a produção do espaço turístico pirenopolino.

---

<sup>2</sup> *Shape-file* refere-se a um formato de arquivo contendo dados geoespaciais em forma de vetor. Fonte: ESRI Shapefile Technical Description. IN: ESRI White Paper—July 1998.

<sup>3</sup> **DWG** é a extensão de arquivos de desenho em 2D e 3D própria do software AutoCAD. Fonte: [pt.wikipedia.org/wiki/DWG](http://pt.wikipedia.org/wiki/DWG).

<sup>4</sup> São “projetos que contemplam a caracterização física de regiões de interesse geoturístico, tendo como objetivo precípuo disseminar o conhecimento básico de geologia, informações geoambientais e geohistóricas, visando incrementar o potencial turístico de sítios geológicos e a criação de novos roteiros de visitação. Tais projetos detalham a descrição de monumentos geológicos, trilhas, minas desativadas e paisagens de interesse geomorfológico” (CPRM, 2010, p. 2).

As questões que envolvem o patrimônio ambiental, na sua dimensão cultural e natural, bem como as conexões entre turismo e patrimônio, entendendo este como um elemento do espaço geográfico que pode ser apropriado de diferentes formas para o consumo turístico, são tratadas no **segundo capítulo**.

Os elementos do patrimônio ambiental de Pirenópolis que se constituem atrativos turísticos e os componentes que envolvem o processo de interpretação patrimonial são considerados de forma abrangente no **terceiro capítulo**.

O **quarto capítulo** permite compreender quais são os pressupostos teórico-metodológicos da Cartografia Turística e como ela pode contribuir para interpretação do patrimônio ambiental, com ênfase na produção de mapas turísticos.

Ao final do trabalho são estabelecidas considerações que permitem compreender por meio da avaliação dos recursos interpretativos, como os componentes do patrimônio ambiental de Pirenópolis têm passado por um processo de interpretação; o que implica considerar que a produção do espaço geográfico a partir do uso turístico tem orientado formas de apropriação do patrimônio ambiental que causam impactos na valorização e conservação patrimonial.

## Capítulo 1

### PIRENÓPOLIS – A CONSTITUIÇÃO DO LUGAR TURÍSTICO

No presente capítulo será discutida a constituição do município de Pirenópolis como um lugar turístico, lugar cuja produção socioespacial está sendo determinada por uma participação mais significativa do turismo, relativamente a outras atividades. Para isso, considerar-se-á o processo histórico de consolidação do município, o advento do turismo enquanto prática social e atividade econômica e, posteriormente, são apresentadas as políticas públicas referentes ao turismo, com destaque para as políticas no âmbito do estado de Goiás, que contribuíram e contribuem, por meio de diretrizes e propostas, na produção do espaço turístico pirenopolino.

#### 1.1. Processo Histórico<sup>5</sup> e o Advento do Turismo em Pirenópolis

O município de **Pirenópolis**, localizado no estado de Goiás (figura 01) tem sua origem associada à expansão do garimpo do ouro durante o século XVIII. O marco inicial de sua constituição histórica remonta a descoberta de jazidas auríferas pela bandeira comandada por Manuel Rodrigues Tomar em 1727. Com isso, fundou-se um povoado que recebeu a denominação de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte; nome que faz referência ao dia de Nossa Senhora do Rosário (07 de outubro), data em que seus primeiros povoadores ali chegaram, bem como a destruição de metade da ponte construída sobre o Rio das Almas, principal curso fluvial do município, ocasionada por uma enchente.

Lopes; Lima (2006) explicam que o ouro era encontrado em veios auríferos injetados nas rochas metamórficas - quartzos, principalmente nas zonas de cisalhamento (zonas de fraqueza); o material magmático que se depositou nos planos de fraqueza estrutural constituíram os veios mineralizados, que com a decomposição química das rochas e sua desagregação geraram os aluviões auríferos.

Os autores Gomes; Teixeira Neto; Barbosa (2005, p.64) elucidam que durante a corrida do ouro, período da história de Goiás-Tocantins que vai de 1722 a 1822, “todo garimpo, em princípio, transformava-se em um núcleo de povoamento urbano, cuja duração

---

<sup>5</sup> Os aspectos da história de Pirenópolis considerados neste trabalho foram baseados principalmente nas leituras de JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis**. 1. ed. póstuma. Goiânia: UFG, 1971 e em CURADO, Glória Grace. **Pirenópolis, uma cidade para o turismo**. Goiânia: Oriente, 1980; e também nos demais autores referenciados diretamente no texto.

no tempo dependia exclusivamente da fartura com que a terra respondia as esperanças dos garimpeiros”.

Nesse sentido, o povoado de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte prosperou e passou à condição de Distrito de Meia Ponte em 1732, e sua sede foi promovida a Arraial em 1736. Neste período, Curado (1980) explica que o arraial progrediu rapidamente, tornando-se o mais desenvolvido da província de Goiás; embora grande parte da riqueza extraída em forma de ouro de aluvião fosse enviada para sustentar o luxo da corte portuguesa.

Em 1750 o garimpo no município teve seu auge de exploração, processo que levou a escassez das minas e sua decadência em 1800. Diante deste fato, outras atividades econômicas, que até o momento eram incipientes, passaram a ser promovidas, tais como a agricultura, pecuária e comércio tropeiro. Dentre os produtos agrícolas cultivados pode-se destacar o algodão, que era exportado diretamente para Inglaterra, e a cana-de-açúcar voltada para o comércio regional.

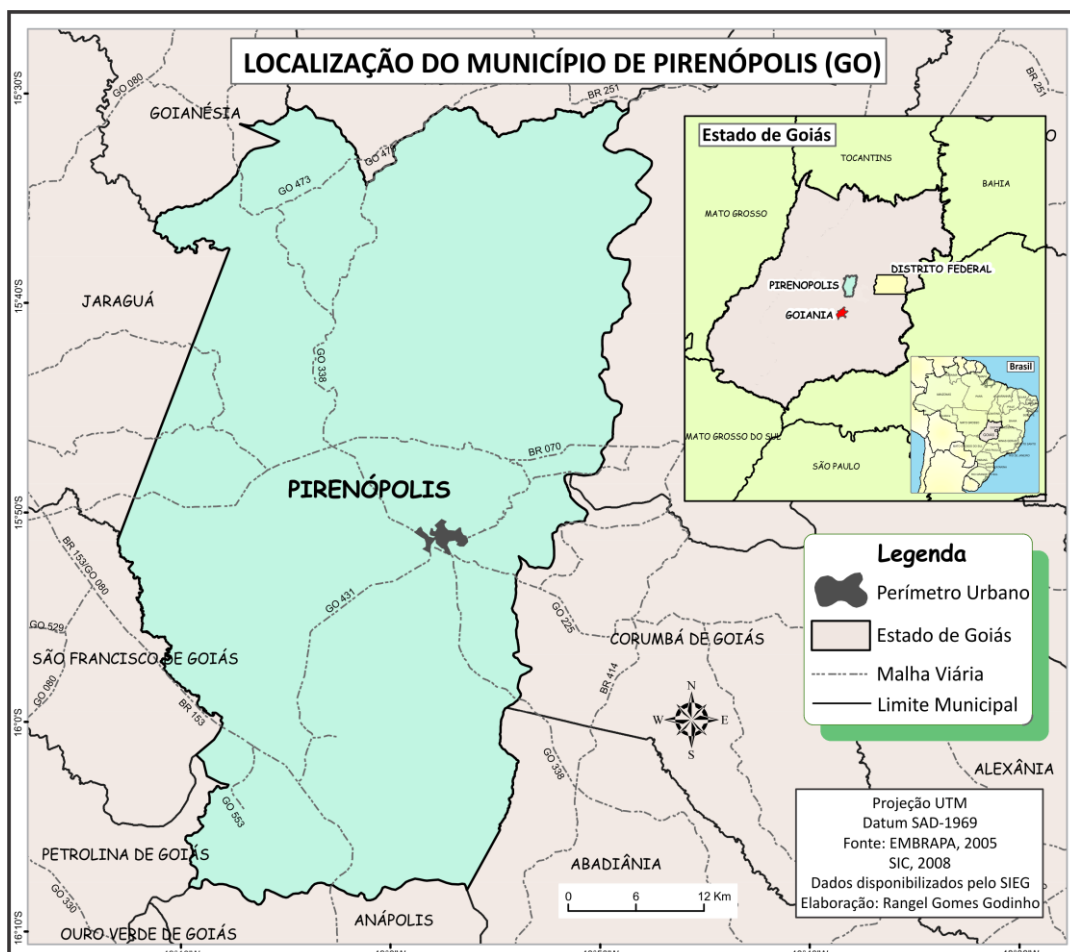


Figura 01: Mapa de Localização de Pirenópolis, com destaque para o eixo Goiânia - Distrito Federal.

Devido ao seu desenvolvimento comercial, a prosperidade da agricultura e da pecuária, Meia Ponte foi elevada a Vila em 1832, e no ano de 1853 a Vila de Meia Ponte foi

promovida à categoria de Cidade, com a mesma denominação. No dia 21 de janeiro de 1890 a cidade de Meia Ponte passou a denominar-se Pirenópolis, que segundo o historiador Jarbas Jayme (1971) foi inspirado em sua localização na proximidade da grande elevação que forma a Serra dos Pireneus.

Pirenópolis, por se destacar perante as outras localidades da província desde os tempos de sua fundação, foi cogitada para ser a capital da província (PALACÍN, 2001). Era sempre lembrada no cenário regional pelas tradições, atividades culturais e festas populares; dentre elas pode-se citar a Festa do Divino Espírito Santo, que conta com o espetáculo das Cavalhadas, encenado pela primeira vez em 1826. Esta festa se realiza 40 (quarenta) dias após a Páscoa e revive a batalha dos mouros e cristãos, referente ao período das Cruzadas, com seus participantes vestidos a caráter e montados em cavalos. Quanto ao destaque de Pirenópolis em relação a sua atratividade cultural, pode-se considerar a emergência da prática social do turismo no município, ou seja, o deslocamento de pessoas de outras localidades para participar dos eventos socioculturais em Pirenópolis já caracteriza um processo de turistificação do espaço<sup>6</sup>, devido à presença do turista. Porém, um processo que ainda ocorre de forma incipiente e não se configura como uma atividade econômica organizada.

Foi ainda na antiga Meia Ponte que surgiu a primeira biblioteca pública e o primeiro jornal a ser editado na província de Goiás, sendo também o primeiro do Brasil a ser editado fora de uma capital, intitulado “Matutina Meyapontense”, que servia de correio oficial para as províncias de Goiás e Mato Grosso (CURADO, 1980). Foram edificadas nesta cidade, na virada do século XIX para o XX, um cinema (Cine-Pireneus) e três teatros<sup>7</sup>, dos quais restou apenas um denominado Theatro Pirenópolis. Esse teatro, nomeado inicialmente como Teatro Pireneus, foi construído em 1919.

A partir da década de 1940, Curado (1980) argumenta que Pirenópolis passou por um processo de decadência, em que as atividades agropastoris decaíram e o comércio enfraqueceu-se. Isso ocorreu conforme a mesma autora explica em função do incremento comercial dos municípios vizinhos e principalmente em favor de Anápolis, antiga Santa Ana das Antas. Fato que se justifica com a chegada da ferrovia em Anápolis em 1935, o que a tornou conforme Gomes; Teixeira Neto; Barbosa (2005, p.80) o então principal centro urbano comercial e econômico de Goiás.

---

<sup>6</sup> Turistificação é o “processo de apropriação do espaço visando torná-lo apto as funções turísticas” (ALMEIDA, 2002, p. 198).

<sup>7</sup> Os outros teatros são: Teatro São Manuel, construído em 1860 e demolido por volta de 1981; e Teatro Pompeu, edificado em 1899, que posteriormente tornou-se uma casa comercial (CURADO, 1980, p. 48).

Para a construção de Goiânia, nova capital do estado de Goiás fundada em 1933, Pirenópolis passou a ser fornecedora de quartzito, rocha muito utilizada na construção civil que é evidenciada na Serra dos Pireneus, nos freqüentes afloramentos rochosos, pela cor branca das formações superficiais (neossolos quartzarênicos), principalmente nas áreas de mineração ali presentes (LOPES; LIMA, 2006, p.14).

Destaca-se que a formação geológica da região está relacionada à existência de antigo mar que possibilitou o acúmulo de sedimentos que geraram rochas sedimentares dos tipos argilitos e arenitos. Tais rochas foram metamorfizadas gerando, respectivamente, os micaxistos e quartzitos. Assim, a variação das altitudes no município associa-se aos tipos de rochas que compõem o relevo. Sobre os micaxistos o relevo é suavizado desde que tais rochas são muito suscetíveis ao intemperismo<sup>8</sup>. Os quartzitos por sua resistência intempérica sustentam relevos serranos como o da Serra dos Pireneus (LOPES; LIMA, 2006).

Com a edificação de Brasília a atividade mineradora do quartzito em Pirenópolis se intensificou. Isso favoreceu a melhoria das condições de acesso<sup>9</sup> a este município, facilitando o trânsito de pessoas e mercadorias, o que possibilitou a chegada de visitantes de outras regiões do país, como compradores de rochas, políticos e viajantes hippies. Confirmou-se, assim, o relato de Oscar Leal, cirurgião dentista que passou por Pirenópolis no final do século XIX, e deslumbrado com as paisagens cênicas do município afirmou: “o seu clima benigno e as riquezas naturais que a rodeiam, são tantas, que abertas mais fáceis vias de comunicação, hão-de chamar no correr do tempo a atenção dos emigrantes e dos empreendedores. O tempo o dirá” (JAYME, 1971, p. 111). Segundo Curado (1980) a fundação de Brasília, fez com que Pirenópolis fosse “redescoberta” com sua história, tradições, folclore e patrimônio natural, ressurgindo no cenário goiano como cidade turística.

Silva; Silva (2007, p.33) defendem que

A mudança da Capital Federal para o interior do país, em 1960, fomentou a implantação na Região Centro-Oeste de uma moderna malha viária e de comunicações. A aliança entre a melhoria na infraestrutura regional e a modernização do campo induziu a aceleração dos processos de crescimento populacional e de urbanização. A presença de um maior contingente populacional na região estimulou o turismo e a reprodução dos demais fenômenos socioambientais existentes nos arredores das maiores aglomerações populacionais brasileiras.

---

<sup>8</sup> O intemperismo é o conjunto de modificações de ordem física e química que as rochas sofrem ao aflorar na superfície da Terra (TOLEDO; OLIVEIRA; MELFI, 2003).

<sup>9</sup> É importante ressaltar que o turismo se desenvolve na relação entre os pólos emissores de fluxos, os espaços de deslocamento e os núcleos receptores de turistas (CRUZ, 2001, p. 16; 2003, p. 21; RODRIGUES, 1999, p.43); daí a significância da melhoria das condições de acesso.



Batista (2003) explica que nos anos 1980 alguns dos hippies que visitaram Pirenópolis se encantaram com a preservação do patrimônio natural e acabaram se estabelecendo no município no intuito de construir comunidades alternativas com modo de vida próprio; o artesanato em prata foi o que propiciou a geração de renda para esses grupos. A venda das jóias produzidas era realizada em suas viagens, as quais contribuíram para divulgar Pirenópolis, o que caracteriza um dos aspectos principais do turismo - o marketing. A partir de então o turismo passa a se desenvolver em Pirenópolis enquanto prática social e atividade econômica.

De acordo com a mesma autora, se os elementos naturais presentes no município, que caracterizam sua paisagem, “chamaram atenção no passado, hoje, representam o estímulo, o esteio, em outras palavras, o elemento fundamental para o desenvolvimento do turismo local” (BATISTA, 2003, p. 118).

Desde então, o turismo como parte integrante do setor de serviços tem contribuído no incremento da economia pirenopolina com a geração de divisas e empregos no município. A partir dos dados referentes ao PIB de 2002 e 2008<sup>10</sup>, pode-se evidenciar pela tabela 01 que todos os setores da economia tiveram aumento na geração de renda para o município; contudo, o setor de serviços foi o único que teve incremento positivo na participação do PIB, ou seja, superou os outros setores em números gerais na participação do PIB.

**Tabela 01: Distribuição do PIB - Produto Interno Bruto por setor da economia de Pirenópolis (GO), com base nos anos 2002 e 2008**

SETORES	2002	Participação por Setor 2002 (%)	2008	Participação por Setor 2008 (%)	Taxa de variação do incremento do PIB entre 2002-2008 (%)
Agropecuária (R\$ mil)	22.742,45	27,06	32.833,30	21,88	-5,18
Indústria (R\$ mil)	20.459,92	24,34	35.566,31	23,71	-0,63
<b>Serviços (R\$ mil)</b>	<b>40.833,89</b>	<b>48,59</b>	<b>81.615,51</b>	<b>54,40</b>	<b>5,81</b>
Total (R\$ mil)	84.036,27	100	150.015	100	-----

Fonte dos Dados: Secretária do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás - SEPLAN (2011). Elaboração: Rangel Gomes Godinho.

Diante da informalidade, irregularidade e falta de profissionalismo que envolve a atividade turística, a tabela 01 demonstra o aumento da importância desse setor em Pirenópolis, onde o desenvolvimento da atividade econômica do turismo tem contribuído de

<sup>10</sup> Segundo a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás – SEPLAN a partir de 2002 utilizou-se uma metodologia diferenciada para composição dos dados, daí a escolha desse ano. Já 2008 foi escolhido por ser o ano que possui os dados mais atualizados.

forma relevante, pois impulsiona a expansão de lojas de artesanato, meios de hospedagem e alimentação, além de incrementar a demanda de outros equipamentos sociais do município, como farmácias, bancos, supermercados, entre outros. Para ilustrar essa afirmação, Godinho (2009, p. 45) demonstra a partir do inventário da infraestrutura turística presente no polígono tombado como Patrimônio Histórico-Arquitetônico (figura 2), que há 75 (setenta e cinco) equipamentos alimentícios (restaurantes, lanchonetes e bares), 60 (sessenta) lojas relacionadas a artesanato e 39 (trinta e nove) estabelecimentos que oferecem hospedagem, somando um total de 174 (cento e setenta e quatro) objetos técnicos que compõem a infraestrutura turística na área citada. Quantidade que seria incrementada ao se considerar toda área municipal.

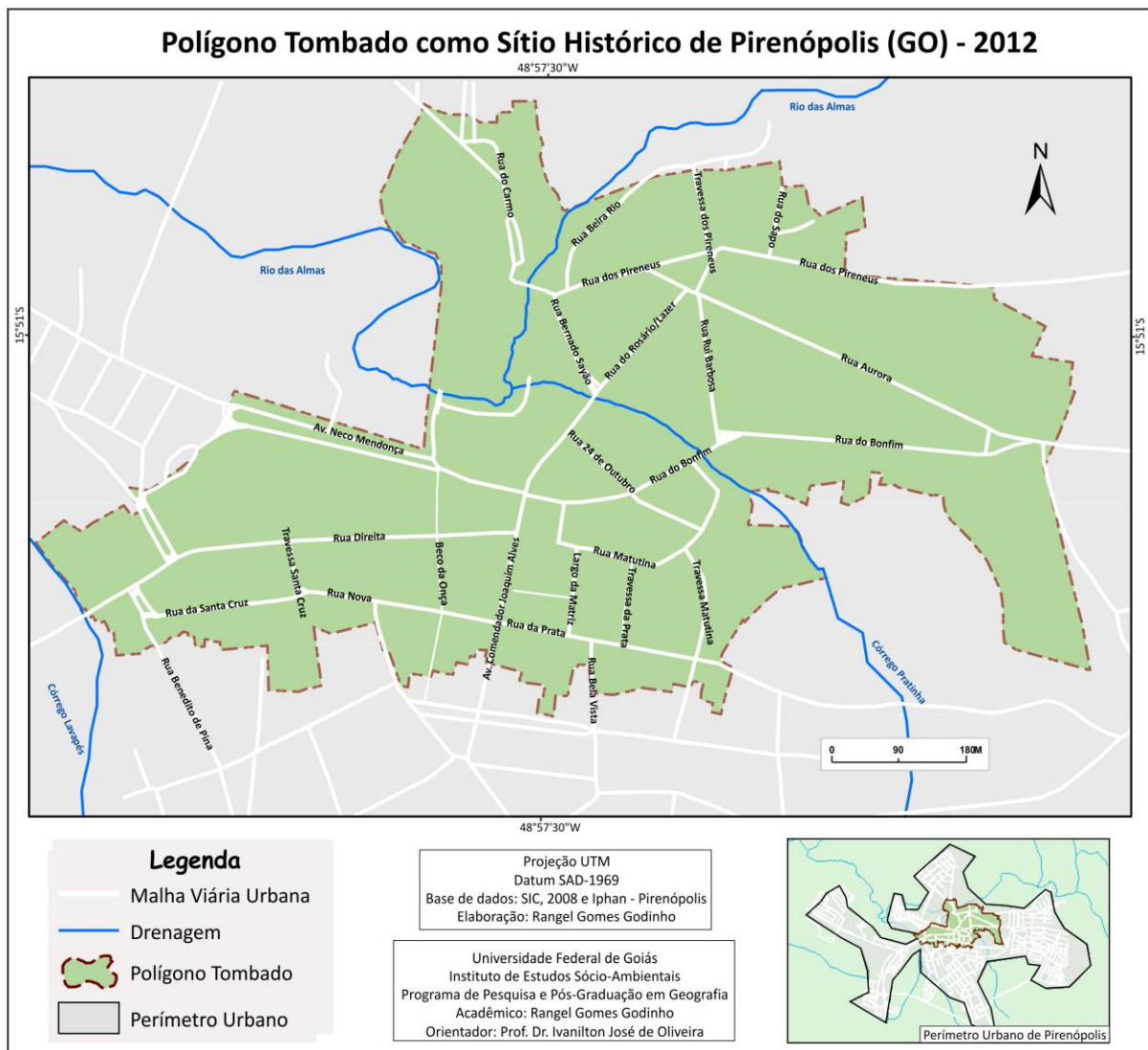


Figura 02: Área tombada como Patrimônio Histórico-Arquitetônico de Pirenópolis (GO).

Diante do exposto, pode-se afirmar que o turismo é um importante elemento na produção do espaço geográfico de Pirenópolis, o qual tem se constituído como um lugar turístico. Com isso, é necessário compreender como esse processo se deu e ainda ocorre no

contexto de desenvolvimento de políticas voltadas ao setor, as quais tiveram repercussões neste município, pois segundo Cruz (2001, p. 9) o modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende da política de turismo implementada.

## **1.2. A implementação de Políticas Públicas voltadas à promoção do Turismo em Goiás e suas repercussões em Pirenópolis**

Neste tópico terão destaque as políticas públicas referentes ao setor turístico desenvolvidas no âmbito do estado de Goiás, que diretamente favoreceram e favorecem a produção de Pirenópolis como um espaço turístico, as quais serão consideradas o contexto de políticas nacionais em que se inserem; e também constarão elementos da política pública desenvolvida na escala do município voltada ao turismo, a fim de identificar e compreender seu papel na produção do espaço geográfico.

Para melhor compreensão sobre política pública voltada ao turismo, Cruz (2001, p. 40) explica que

Uma política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.

Sob a definição posta, pode-se afirmar segundo discussões apontadas por Cruz (2001, p. 52) que o início da regulamentação da atividade oficial do turismo no Brasil data de 1958, a partir do Decreto 44.863/58, o qual formou as primeiras diretrizes para uma política nacional de turismo. Entretanto, somente pelo Decreto-Lei 55 de 18 de novembro de 1966, houve uma clara definição de Política Nacional de Turismo, da qual decorreu a criação do Conselho Nacional do Turismo (CNTUR) e da Empresa Brasileira do Turismo (EMBRATUR), conforme explica Cruz (2001, p. 40).

Em 1967, por meio do Decreto-Lei 60.224/67, as diretrizes propostas anteriormente foram reformuladas e implicaram uma mudança substancial na condução das políticas federais de turismo, com a instituição do Sistema Nacional de Turismo, que era constituído pelo CNTUR, pela EMBRATUR e pelo Ministério das Relações Exteriores (CRUZ, 2001, p. 51-52).

Almeida (2002, p. 198) argumenta que a partir desse momento passou a ocorrer no Brasil um processo de turistificação do espaço mediado por políticas públicas; as quais

inicialmente atuaram no sentido de consolidar representações existentes sobre as singularidades naturais e culturais de cada estado e/ou região.

Neste contexto, Goiás consolidou no cenário nacional uma imagem voltada ao turismo ecológico – que se fundamenta no uso turístico dos elementos naturais; isso devido à variedade e excepcionalidade dos recursos naturais goianos. Entretanto, Almeida (2002, p. 199) elucida que o fortalecimento das políticas destinadas ao turismo em Goiás data inicialmente da década de 1970, período em que essa atividade é institucionalizada com a criação de departamentos e secretarias e efetivação de outras ações.

Durante o governo de Leonino Caiado (1970-1976), foi criado no estado de Goiás o Departamento de Turismo (DETUR), e também o Grupo de Trabalho de Turismo (GTT). O DETUR em 1972 transformou-se na Goiastur – Empresa Goiana de Turismo, que se constituía em uma diretoria subordinada a Secretaria Estadual de Indústria e Comércio, administrava o Centro de Convenções e contava com um órgão consultivo denominado de Conselho Estadual de Turismo.

Diante do exposto, a autora afirma que “as políticas implementadas passam a representar uma forma diferente de olhar o espaço e a esboçar uma nova organização territorial em função do turismo” (ALMEIDA, 2002, p. 199).

O Grupo de Trabalho de Turismo (GTT) teve como objetivo identificar as principais regiões goianas com potencial turístico para implantação do Sistema Estadual do Turismo. Com isso, recomendou de forma prioritária para a implementação do turismo em Goiás o Vale do Araguaia, e as cidades de **Pirenópolis**, Cidade de Goiás e Caldas Novas, locais que já contavam com uma incipiente prática turística. Assim, Pirenópolis passa a ser incorporada nas políticas públicas do setor turístico.

No início da década de 1980 durante o governo de Ary Valadão (1979-1982), conforme explica Almeida (2002, p. 201) procurou-se dinamizar o turismo com estímulo a iniciativa privada, bem como o estabelecimento de acordos com empresários para divulgação de Goiás. Entretanto, **Pirenópolis** não foi eleita como prioridade para a exploração turística, isso ficou a cargo da Cidade de Goiás, Caldas Novas, Corumbá de Goiás, Formosa e Vale do Araguaia.

Almeida (2002, p.201) afirma que as ações governamentais posteriores se voltaram para a promoção e fomento do fluxo turístico para Goiás, houve também treinamento e qualificação profissional com a participação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), e também preocupação na implementação de uma infraestrutura

turística, tais como: postos de atendimento, projetos de terminais turísticos e de parques hoteleiros.

Na década de 1990, no contexto nacional é instituída a Lei 8.181 de março de 1991, a qual é regulamentada pelo Decreto 448/92, constituindo a 2ª Política Nacional de Turismo (CRUZ, 2001, p.57). No entanto, não foram estabelecidas diretrizes que subsidiassem a atuação dos órgãos federais de turismo na Lei de 8.181 de março de 1991, embora as diretrizes aparecessem na forma de objetivos e/ou atribuições dos respectivos órgãos (CRUZ, 2001, p. 52).

Por meio da Lei supracitada, o CNTUR é extinto e a EMBRATUR que recebe uma nova denominação – Instituto Brasileiro de Turismo, passando a assumir as atribuições do CNTUR, depois da reforma administrativa empreendida pelo governo Collor de Mello (1990-1992). Com isso, a EMBRATUR tem a finalidade de formular, de coordenar e de fazer executar a política nacional de turismo.

Para a efetivação da Política Nacional de Turismo, a qual ainda não havia sido implementada, foi criado, em 1992, o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), o qual apresenta de forma detalhada ações a serem realizadas pelo poder público federal para efetivar a política proposta. Entretanto, o PLANTUR, segundo Cruz (2001, p. 60), não chega a sair do papel, o que pode estar relacionado ao contexto de instabilidade política do país, considerando que houve o *impeachment* do presidente Collor de Mello. Com isso, a Política Nacional de Turismo preconizada pelo Decreto 448/92 só foi instituída em 1996, no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e se constituiu um marco na valorização da atividade turística no Brasil (CRUZ, 2001, p. 62).

Durante esse período, duas ações de maior relevância foram realizadas para a consolidação do turismo em Goiás: a criação do Projeto de Execução Descentralizada (PED), que instituiu pólos de ecoturismo; e a atuação do Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (SEBRAE) na promoção de atividades diversas pertinentes ao turismo. O SEBRAE atuou como órgão de treinamentos, pesquisas, promoções e investimentos no turismo, tendo, como objetivo, sobretudo o envolvimento e estímulo ao setor empresarial; assim, tornou-se um importante agente promotor da turistificação do espaço goiano (ALMEIDA, 2002, p. 199-203).

O PED foi elaborado na conjuntura de descentralização do Estado, sendo vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, e contemplado na Política Nacional do Meio Ambiente durante o período de 1994 a 1998. Almeida (2002, p. 203) argumenta que o PED foi criado durante trâmites de acordo de empréstimo firmado com o Banco Internacional para a Reconstrução e

Desenvolvimento (BIRD), com a finalidade de colocar o Brasil como signatário da Agenda – 21. Destaca-se que o BIRD impunha como condição para a continuidade do empréstimo uma reorientação da política ambiental, levando em conta os princípios relacionados ao desenvolvimento sustentável.

Em Goiás o PED se desenvolveu segundo Almeida (2002, p. 205) por meio do projeto de Criação de Quatro Pólos Irradiadores de Desenvolvimento do Ecoturismo Microrregional, o qual foi elaborado pelo Grupo Nativa, com respaldo da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), e implementado a partir de janeiro 1996; foram contemplados os municípios de Alto Paraíso de Goiás, **Pirenópolis**, São Domingos e Três Ranchos.

A escolha dos municípios a serem considerados no PED relaciona-se a presença de fatores como: existência de áreas vocacionadas para receptivo de turistas; uma demanda real já existente; a proximidade com Brasília e Goiânia; possuir áreas de rara beleza cênica e áreas protegidas nos diversos níveis. Contudo, os municípios escolhidos careciam de uma ampliação da infraestrutura turística receptiva e da capacitação de recursos humanos (ALMEIDA, 2002, p. 206-209).

Nesse sentido, Pirenópolis correspondia aos fatores mencionados, pois agregava tanto atrativos histórico-culturais, como naturais, localiza-se na intermediação de Goiânia e Brasília (conforme apresentado na figura 1), bem como apresentava crescente atividade turística que se refletia no comércio e nos serviços. Ressalta-se que também ocorria um processo de degradação ambiental causado pelo turismo, o que se tornava oportuna a realização do Projeto (ALMEIDA, 2002, p. 205). Neste contexto, em 1997 foi implantado em Pirenópolis o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e em 1998 o Centro de Atendimento ao Turista (CAT).

Portanto, o PED significou a nível de Brasil uma dupla estratégia: o fomento ao processo de gestão ambiental descentralizada no país e busca de recursos financeiros externos provenientes da comunidade internacional para a reorientação da política ambiental brasileira (ALMEIDA, 2002, p. 209).

Durante o primeiro mandato do governador Marconi Ferreira Perillo Júnior (1999-2002), foi criada pela Lei 13.550 de 11 de novembro de 1999, a Agência Estadual de Turismo, denominada inicialmente de AGETUR, sendo uma instituição autárquica que possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial e está jurisdicionada à Secretaria de Indústria e Comércio (GOIÁS TURISMO, 2011).

Com a criação da AGETUR, Goiás passa a ser subdividido em Caminhos Turísticos, os quais contemplam determinadas cidades; que são destinos turísticos implementados, segundo a AGETUR (2002, p. 5), para aumentar a atratividade do estado e conquistar um fluxo maior de turistas. Na apresentação de dados turísticos de Goiás referentes ao Caminho do Ouro, inicialmente é descrito as cidades que compõem cada Caminho turístico, são elas: Aragarças, Aruanã e Luís Alves (Caminho do Sol); Caldas Novas e Rio Quente (Caminho das Águas); Alto Paraíso, Cavalcante e Formosa (Caminho da Biosfera); e **Pirenópolis**, juntamente com a Cidade de Goiás e Corumbá de Goiás formam o Caminho do Ouro. Observa-se que são 4 (quatro) Caminhos turísticos que englobam 11 (onze) cidades (AGETUR, 2002, p. 5).

No intuito de obter indicadores importantes para incentivar a pesquisa como fonte de conhecimento da realidade do turismo dos municípios goianos e ainda oportunizar uma reflexão, a fim de obter uma metodologia padronizada, adequada e continuada, conforme argumenta a AGETUR (2002, p. 5), uma série de dados foi publicada. Esses foram gerados em levantamentos de campos realizados em 2002, e tratam da demanda do turista que vêm ao estado de Goiás.

Nesta forma de ordenamento do turismo em Goiás, o Caminho do Ouro ou “Caminho dos Bandeirantes”, em que Pirenópolis está inserida, define-se segundo Almeida (2002, p. 214) pelos artefatos e registros materiais que permitem resgatar parte da história da exploração do ouro em Goiás no século XVIII.

No relatório da AGETUR sobre demanda turística dos municípios do Caminho do Ouro, Pirenópolis é descrita da seguinte maneira:

Patrimônio Histórico Nacional, é outra bela cidade que pode ser visitada o ano todo. O charme das vielas, os casarões e a arquitetura colonial misturam-se às atrações naturais: o Parque Estadual da Serra dos Pirineus e suas cachoeiras atraem visitantes todos os finais de semana. Há muitos hotéis, pousadas e restaurantes. Na Semana Santa, as festas religiosas tomam forma e cor, com destaque para as Cavalhadas, uma encenação das lutas entre cristãos e mouros (AGETUR, 2002, p. 06).

A partir do relato descrito acima, observa-se que embora Pirenópolis seja contemplada entre os destinos turísticos vinculados aos aspectos histórico-materiais do ciclo do ouro, há diferentes potencialidades turísticas que a permeiam, tais como turismo histórico, religioso, ecoturismo, etc.

Drago (2002, p. 121) elucida que “as políticas públicas para o setor turístico consistem de intenções, diretrizes e estratégias, que podem alcançar ou dar continuidade ao desenvolvimento da atividade turística”; e conforme a mesma autora, em Pirenópolis as

políticas e programas de governo voltados ao turismo apresentados serviram para que se multiplicassem os investimentos em infraestrutura de hospedagem, alimentação, assim como o número de empreendimentos que dispõem de belezas naturais para uso do turista. Em contraposição, problemas relacionados ao desenvolvimento do turismo no município permaneceram, dentre eles pode-se citar: a falta de sinalização, segurança, o lixo, o planejamento, a venda de patrimônio arquitetônico por falta de condições de recuperá-los e a falta de cursos de capacitação profissional (DRAGO, 2002, p.122).

O processo de valorização do sítio histórico tombado, que ocorre em concomitância com a expansão da malha urbana, conforme argumenta Silva; Silva (2008, p.100):

(...) transformou os usos do solo, e ela mobilizou os tradicionais proprietários a cederem seus espaços para o funcionamento de serviços de hotelaria, alimentação e lojas. Além disso, houve um estímulo para estender a malha urbana em direção às áreas periféricas. O município experimenta hoje as conseqüências da exploração do turismo e enfrenta dificuldades para manter seus atrativos históricos e naturais em bom estado de conservação.

Quanto à perpetuação de problemas com sinalização turística urbana, GODINHO (2009, p. 54) demonstra por meio da descrição e espacialização das placas turísticas distribuídas do sítio histórico que a sinalização turística até o ano de 2009 se configurava em um total de 8 (oito) placas indicativas, dentre as quais 2 (duas) continha a mesma informação; a sinalização não fazia referência aos diversos atrativos turísticos urbanos; bem como sua distribuição geográfica também não permitia ao turista identificar o perímetro tombado e não favorecia o deslocamento dos turistas e a interpretação do patrimônio cultural.

No ano de 2007, início do governo de Alcides Rodrigues (2007-2010), é implementado o Plano Estadual de Turismo – Goiás no caminho da inclusão (2007-2011). Esse foi elaborado sob coordenação técnica da Agência Estadual de Turismo (já chamada de Goiás Turismo), coordenação executiva do Instituto Casa Brasil de Cultura (ICBC), e financiamento do Ministério do Turismo; contou também com a parceria do SEBRAE – GO em termos de participação em debates e aporte de recursos humanos (GOIÁS, 2007, p. 4).

Destaca-se que em 30 de maio de 2008, a Agência Estadual de Turismo passa por uma reforma administrativa. Com isso, Agência adotou outra nomenclatura, assim passou a ser denominada de Goiás Turismo - nomenclatura atual. Com a reforma, a Goiás Turismo redefiniu suas ações no sentido de fortalecer e crescimento do turismo no Estado de Goiás,



buscando intensificar sua contribuição para a geração de renda, ampliação do mercado de trabalho e valorização do patrimônio cultural, natural e técnico-científico<sup>11</sup>.

No Plano Estadual de Turismo consta que a Goiás Turismo trabalhará no sentido de aproximar interesses turísticos, unindo objetivos comuns aos governos federal, estadual e municipal, a iniciativa privada e instituições que atuam na atividade turística. Ele apresenta também que a definição de políticas públicas para o turismo, com indicativos de investimentos, é o caminho principal para o desenvolvimento do turismo (GOIÁS, 2007, p. 4).

A partir do Plano proposto, a Goiás Turismo estipulou um sistema de classificação dos municípios turísticos com a finalidade de identificar o nível de desenvolvimento da atividade e orientar apoio técnico e financeiro. Por esse sistema foram classificados 46 (quarenta e seis) municípios distribuídos em 9 (nove) regiões turísticas, conforme consta na figura 3.

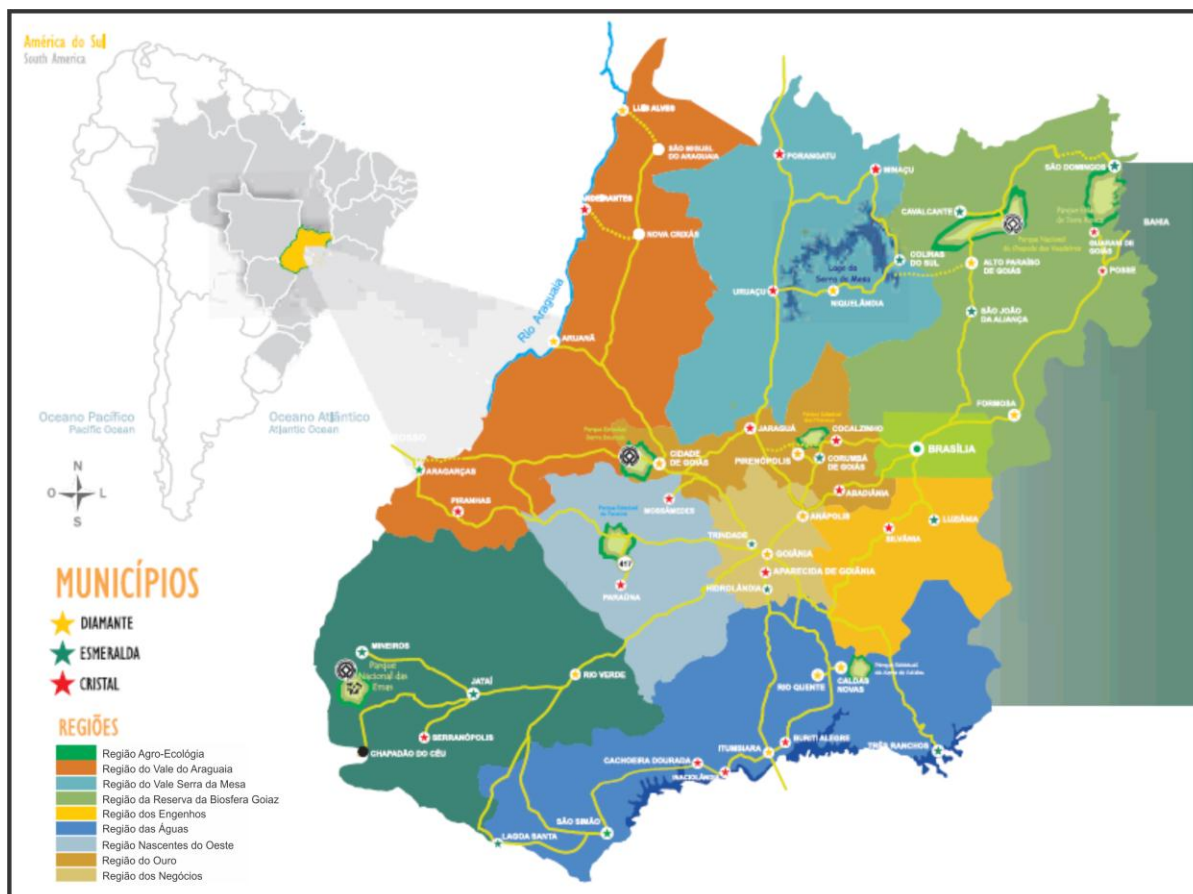


Figura 03: Distribuição Espacial das regiões turística de Goiás e classificação dos municípios selecionados. Fonte: Plano Estadual de Turismo (GOIÁS, 2007, p. 5).

<sup>11</sup> As informações sobre a nova denominação da Agência Estadual de Turismo, bem como as ações propostas foram encontradas no site da Goiás Turismo - [www.goiasturismo.go.gov.br](http://www.goiasturismo.go.gov.br) (acesso em 01 de abril de 2011 às 12:03 h).

Salienta-se que a divisão do estado em regiões turísticas segue a orientação do Ministério do Turismo no âmbito do programa de regionalização do turismo do Plano Nacional de Turismo (2007-2010).

É importante ressaltar que o Ministério do Turismo foi criado em 2003, durante o governo de Luiz Inácio da Silva (2003-2006). Cruz (2005, p. 7) defende que o Plano Nacional do Turismo (2003-2007) dá continuidade as diretrizes propostas nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, favorecendo uma ação efetiva do Estado na criação de condições materiais e aparato institucional para o desenvolvimento da atividade turística no país. Contudo, a mesma autora afirma que foi neste período em que a ação do Estado brasileiro na adequação do território nacional ao seu uso pelo turismo se deu de forma mais intensa e planejada (CRUZ, 2005, p. 3).

Há uma série de critérios definidos com base na Política Nacional de Turismo apresentados no Plano Estadual de Turismo, pelos quais os municípios são pontuados e identificados, sendo eles: existência do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, existência do Fundo Municipal de turismo, realização do inventário da oferta turística, elaboração do Plano Municipal de turismo, número de leitos disponíveis, Centro de atendimento ao turista em operação, número de cadastros de prestadores de serviços turísticos, e número de meios de hospedagem que enviam boletins de ocupação hoteleira. Com isso, são classificados segundo seu desenvolvimento no setor turístico na seguinte ordem: Diamante (melhor pontuação) – serão contemplados em ações de promoção, divulgação e apoio nos eventos; Esmeralda (pontuação intermediária) – serão considerados para ações para estruturação e organização de produtos e roteiros turísticos, e na transformação de recursos potenciais em atrativos; Cristal (menor pontuação) – são aqueles municípios em que as atividades se voltarão para a sensibilização e mobilização da comunidade (incentivo a criação do COMTUR) e pesquisa de inventário da oferta turística.

A tabela 2 mostra quais são as regiões turísticas definidas no Plano e a classificação dos municípios que as compõem.

O município de **Pirenópolis** é classificado como Diamante, conforme a proposta do Plano Estadual de Turismo, portanto, deve ser contemplado com ações de promoção, divulgação e apoio nos eventos. Observa-se que a região do Ouro contempla 6 (seis) municípios, dentre os quais, além de Pirenópolis, 2 (dois) já faziam parte da subdivisão turística anterior referente ao Caminho do Ouro (Cidade de Goiás - Diamante e Corumbá de Goiás - Esmeralda); os outros são Jaraguá, Cocalzinho e Abadiânia – os 3 (três) classificados como Cristal.

**Tabela 2: Regiões turísticas e Classificação dos municípios que as compõem**

<b>REGIÕES</b>	<b>Nº de Municípios</b>	<b>DIAMANTE</b>	<b>ESMERALDA</b>	<b>CRISTAL</b>
Águas	9	3	3	3
Agro-ecológica	5	1	2	2
Araguaia	5	2	1	2
Engenhos	2	0	1	1
Nascentes do Oeste	2	0	0	2
Negócios	5	2	2	1
Ouro	6	2	1	3
Reserva Biosfera Goyaz	7	2	3	2
Serra da Mesa	5	1	1	3
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>19</b>

Fonte dos Dados: Goiás (2007, p. 6). Elaboração: Rangel Gomes Godinho.

Perante do destaque do turismo em Pirenópolis no cenário nacional, o município foi contemplado, juntamente com mais três municípios goianos (Goiânia, Caldas Novas e Alto Paraíso), entre os 65 (sessenta e cinco) municípios indutores do turismo, que foram escolhidos pelo significativo poder de atratividade e capacidade de gerar e irradiar fluxos turísticos; estes estão inseridos no Projeto Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, do Ministério do Turismo, o qual tem por objetivo definir parâmetros, avaliar o estágio de desenvolvimento e elaborar plano de ação para que os 65 (sessenta e cinco) destinos indutores do desenvolvimento alcancem competitividade em nível internacional (BRASIL, 2007, p. 14).

Diante da importância estratégica que Pirenópolis vem recebendo, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN, juntamente com o Ministério do Turismo, propôs um projeto de revitalização da orla do Rio das Almas, denominado Beira Rio, no qual estão previstos investimentos em torno de R\$ 6.825,0 milhões em obras; as quais contemplam a requalificação urbana da orla, a recuperação do paisagismo, de calçadas, ciclovias, mobiliário urbano, iluminação e equipamentos turísticos (IPHAN, 2009).

Na escala municipal as políticas públicas que permitem compreender as diretrizes locais quanto ao turismo se remetem inicialmente a Lei Orgânica do Município de Pirenópolis de 05 de abril de 1990, em que no Capítulo 5 – Da política urbana- no artigo 190, o turismo é apresentado como fator de desenvolvimento socioeconômico e também relacionado à proteção do patrimônio cultural e ambiental.

Já na Lei Complementar N° 002/ 02 de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aprovação do Plano Diretor do município, no capítulo II – Da geração de emprego e renda, a seção I – Do desenvolvimento da atividade do Turismo, há 11 artigos concernente ao turismo. Os artigos explicitam que o desenvolvimento do turismo em Pirenópolis se dá pelo uso

turístico do patrimônio histórico-cultural e recursos naturais, o qual deverá atender as condições estabelecidas no ato de tombamento determinadas pelo IPHAN, e a legislação ambiental vigente, respectivamente.

Na Lei Complementar Nº 007/ 05 de 04 de outubro de 2005, que trata do ordenamento territorial, definindo as zonas urbanas, de expansão urbana e rural do município de Pirenópolis, autoriza concessão de fechamento e dá outras providências; no Capítulo II – Do Ordenamento Territorial, Artigo 4<sup>o</sup>, sobre as diretrizes gerais de ordenamento macro-territorial, no item “E” consta que o ordenamento territorial deve promover novas oportunidades locacionais para o desenvolvimento turístico, compatibilizando-o a preservação da identidade do morador com a cidade de Pirenópolis. No artigo 6<sup>o</sup> são estabelecidas três zonas de expansão urbana descontínuas: a primeira corresponde à categoria de Zona de Proteção Ambiental da Cidade de Pedra, sendo voltada ao desenvolvimento de ações de proteção ao monumento natural rupestre do município, assim como ao desenvolvimento de atividades turísticas de caráter contemplativo; a segunda Zona de expansão Descontínua refere-se à Área de Desenvolvimento Econômico (ADE), criada pelo Artigo 62, da Lei Complementar nº 002/02 (Plano Diretor); e no parágrafo 3<sup>o</sup> a terceira Zona de expansão Descontínua é denominada por Zona de Desenvolvimento Turístico I, a qual é voltada para a promoção das várias modalidades de turismo. Quanto ao uso, ocupação e parcelamento da Zona de Desenvolvimento Turístico I, o Capítulo III da mesma Lei apresenta uma série de regulamentações.

Sobre as demais ações relacionadas a essa atividade em Pirenópolis, segundo informações obtidas com o funcionário técnico-administrativo e assessor de Projetos da Secretaria de Turismo de Pirenópolis, em 2007 foi criado o Fundo Municipal de Turismo, que iniciou o recolhimento em 2008, não há Plano Municipal de Turismo, entretanto há um Planejamento Estratégico da Secretaria de Turismo, que compreende o período de 2009 a 2012, no qual constam ações prioritárias para o setor, as quais são discutidas no âmbito do COMTUR.

Diante do exposto, pode-se afirmar que inicialmente houve uma incorporação espontânea de Pirenópolis como uma localidade turística, devido à valorização dos seus recursos naturais e dos elementos histórico-culturais presente na paisagem pirenopolina. Relativo a isso Cruz (2001, p. 57) elucida que para nenhuma outra atividade econômica a porção visível do espaço geográfico é tão relevante, daí a necessidade da preservação do patrimônio natural e cultural.

Com a emergência do turismo como prática social e atividade econômica organizada, o município passou a ser integrado nas políticas públicas estaduais por meio da orientação do GTT na década de 1970, depois por meio do projeto Criação de Quatro Pólos Irradiadores de Desenvolvimento do Ecoturismo Microrregional em 1996, posteriormente foi considerado na política de Caminhos Turísticos, e atualmente está inserido na política de regionalização turística de Goiás, a qual foi estabelecida segundo parâmetros do programa de regionalização do turismo nacional, em que Pirenópolis recebe destaque como destino indutor do turismo a nível de Brasil.

Nesse sentido, as políticas públicas de turismo na escala do município são de fundamental importância para efetivação dos planos e programas nas demais escalas governamentais. Assim, deve-se atentar ao incremento da valorização turística que Pirenópolis tem recebido. Pois, embora a emergência do turismo tenha ocorrido de forma espontânea, é preciso investir na busca da manutenção da atividade, racionalizando a produção do espaço turístico com o estabelecimento de diretrizes e metas que orientem o desenvolvimento socioespacial do turismo; para que o mesmo não se aproprie do espaço de forma aleatória e não planejada, ou mesmo, segundo interesses particulares.

Assim pode-se afirmar que as políticas públicas de turismo têm grande importância na produção de espaços turísticos, uma vez que regulamentam esse processo a partir de diretrizes e metas, as quais se efetivam na confluência das políticas e ações concretas estabelecidas nas diferentes escalas governamentais, e implica transformações de diferentes ordens, constituindo lugares turísticos como Pirenópolis.

## Capítulo 2

### ELEMENTOS PATRIMONIAIS E TURISMO

Neste capítulo serão discutidas questões que envolvem o patrimônio ambiental, na sua dimensão cultural e natural, no intuito de compreender as concepções e interpretações contemporâneas que envolvem a temática, assim como estabelecer conexões entre turismo e patrimônio, entendendo este como um componente do espaço geográfico que pode ser apropriado de diversas maneiras para o consumo turístico.

#### 2.1. Patrimônio: Concepções e interpretações na contemporaneidade

A palavra Patrimônio<sup>12</sup> apresenta diversas acepções. Pode-se aludir a: herança paterna; bens de família; dote dos ordinandos; riqueza; à bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país, ou para a humanidade num todo, e ao se tornar(em) protegido(s), deve(m) ser preservado(s) para o usufruto de todos os cidadãos. Nesse trabalho será considerado como eixo para reflexão, devido a sua dimensão comunitária, o último significado de patrimônio apresentado.

Diante do exposto, no presente tópico as concepções e interpretações do Patrimônio na contemporaneidade serão analisadas a partir do delineamento proposto pela legislação e políticas atuais específicas que tratam da temática em âmbito nacional e internacional. Apresentar-se-á, com base nos aparatos citados, os conceitos e definições estabelecidos quanto ao patrimônio em sua amplitude, o que permitirá refletir a cerca da evolução conceitual e consequente associação entre patrimônio cultural e natural.

A legislação específica referente à gestão dos bens culturais nacionais, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>13</sup> (IPHAN) (2011), é composta pelas seguintes disposições legais: **Decreto-lei nº 25/1937**, que trata da organização e proteção do patrimônio cultural; **Lei da Arqueologia nº 3.924/1961**, a qual dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; nas atribuições contidas na **Constituição Federal Brasileira - Artigos 215 e 216**; no **Decreto nº 3.551/2000**, referente ao registro de bens culturais de

---

<sup>12</sup> Os significados da palavra Patrimônio apontados no 1º parágrafo foram retirados do Novo Dicionário Eletrônico Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, corresponde à 3ª edição, 1ª impressão da Editora Positivo, revista e atualizada do Aurélio Século XXI, 2004.

<sup>13</sup> O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que é vinculado ao Ministério da Cultura, é responsável pela promoção, tombamento, conservação, enriquecimento e divulgação do patrimônio cultural brasileiro. Sendo criado pela Lei nº 378/1937 com a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial; e no **Decreto nº 5.040/2004**, que refere-se a estrutura regimental, ao quadro demonstrativo dos cargos em comissões e as funções gratificadas do IPHAN, portanto, esse Decreto não apresenta referência conceitual, ou mesmo defini parâmetros em relação ao patrimonialização, por isso não será tratado com mais detalhe.

A Constituição Federal Brasileira<sup>14</sup>, promulgada em 1988, trata nos artigos 215 e 216 sobre a cultura e bens patrimoniais. No artigo 215, consta que o Estado é responsável pela garantia da valorização e difusão das manifestações culturais, sendo elas expressões da cultura popular, indígena, afrobrasileira e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Já no artigo 216 é explicitada a compreensão de **patrimônio cultural brasileiro**, conforme segue abaixo:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...) (BRASIL, 1988, Art. 216).

Nos incisos de I a V do artigo 216, são incluídos na definição: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Por conseguinte, pode-se evidenciar uma compreensão ampla das questões patrimoniais ao valorizar o patrimônio imaterial e ao integrar o patrimônio natural e patrimônio cultural brasileiro.

Ribeiro; Zanirato (2008, p. 289) explicam que o patrimônio natural ao ser referenciado no artigo citado como sítios de valor paisagístico e ecológico, indica a valorização dos aspectos estéticos, herança do conceito de monumento natural, e também o reconhecimento da importância dos fatores, das relações e dos processos estabelecidos na dinâmica da natureza, ao incluir o aspecto ecológico.

Embora de maneira diferenciada, Pellegrini Filho (1997, p. 102) explica que a temática do patrimônio já estava presente na **Constituição Federal Brasileira de 1934, em seu artigo 148**, no qual defini que compete a União animar o desenvolvimento da cultura,

---

<sup>14</sup> Os artigos citados estão inseridos no Título VIII: Da Ordem Social, Capítulo III: Da Educação, da Cultura e do Desporto, e especificamente na Seção II: Da Cultura.

proteger objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico. Todavia, não há referências ao patrimônio cultural imaterial e nem ao patrimônio natural.

Neste contexto, o Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937 é instituído para melhor delineamento da proteção do patrimônio cultural, o qual se configurava como **patrimônio histórico e artístico nacional**, definido como:

(...) conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937, artigo 1<sup>o</sup>).

A definição proposta revela-se seletiva e restrita ao estar centrada em fatos memoráveis e de valor excepcional, deste modo abarca de maneira limitada a compreensão atual do patrimônio cultural.

Pode-se afirmar que a visão de patrimônio cultural inerente a definição descrita está ligada às primeiras ações políticas para a conservação patrimonial; as quais conforme elucidam Zanirato; Ribeiro (2006, p. 252) tinham o intuito de salvaguardar bens evocativos do poder e da grandeza da nação que os portava, e igualmente atuaram no sentido de implementar uma administração encarregada de elaborar os instrumentos jurídicos e técnicos para a salvaguarda; e criar procedimentos técnicos necessários para a conservação e restauro de monumentos. Os autores explicam que essas ações se remetem ao contexto da Revolução Francesa, final do século XVIII, momento em que emergiu a preocupação com a salvaguarda de bens que se constituíam enquanto patrimônio cultural de um povo.

Tal compreensão vinha ao encontro de um entendimento da história centrada em fatos singulares e excepcionais, uma história pautada nas minúcias dos grandes acontecimentos, capazes de mostrar a evolução das ações humanas, seu aprimoramento e seu caminhar em direção à civilização, ao progresso (ZANIRATO; RIBEIRO 2006, p. 253).

Portanto, as obras e objetos que passaram a se constituir como um bem patrimonial, assim como espaços urbanos tornados monumentos históricos, eram refuncionalizados, ficando disponíveis somente para contemplação, sendo isolados de uso.

Voltando ao Decreto-lei disposto, ressalta-se que um bem só se constitui patrimônio histórico e artístico nacional por meio do ato do tombamento, ou seja, ao serem inscritos em um dos quatro Livros de Tombo: Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Histórico; Belas Artes; e das Artes Aplicadas. Quanto à vertente correspondente ao patrimônio natural, há somente uma referência no 2º parágrafo do artigo 1º, a qual dispõe que os monumentos naturais, sítios e paisagens com feição notável são equiparados aos bens culturais e sujeitos ao



tombamento, os quais devem ser registrados no Livro de Tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Com isso, o tombamento é definido como “um procedimento jurídico pelo qual se faz a proteção do monumento que se efetiva ao ser inscrito no livro do tomo. Ele é tanto o ato administrativo quanto a operação de inscrição do objeto em um dos livros de tomo” (RIBEIRO; ZANIRATO, 2008, p. 287).

Atualmente a classificação dos bens culturais materiais ainda obedece à proposta de registro nos quatro livros de tomo citados. É necessário ressaltar que o Decreto-lei nº 25/1937 contribuiu e ainda é base para salvaguarda patrimonial, embora em sua redação o patrimônio natural receba caráter secundário e o patrimônio imaterial é desconsiderado.

Na Lei da Arqueologia nº 3.924/1961 não há referência ao conceito de patrimônio, entretanto discrimina quais elementos se constituem como monumentos arqueológicos e pré-históricos que devem ser salvaguardados e apresenta outros delineamentos a serem tomados para melhor proveito dos referentes elementos patrimoniais.

Já o Decreto nº 3.551/2000 se constitui como um diferencial ao instituir o registro de bens culturais de natureza imaterial e ao criar o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, o qual tem o intuito de viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural.

Neste Decreto, também são instituídos 4 (quatro) Livros de Registro do patrimônio imaterial. Segue abaixo sua denominação e a descrição dos relativos bens a serem registrados:

I-Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II-Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III-Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV-Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000, p.1).

Consta no Decreto que a inscrição num dos livros de registro têm como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. Grunberg (2000) defende que o registro é uma forma de materializar os bens imateriais.

Nesse sentido, Chagas (2004) discute a necessidade de um corpo material, ou seja, a materialização do bem patrimonial, para a sensibilização dos sentidos humanos frente ao conteúdo cultural, pois para ele o corpo material é um ponto por onde passam múltiplas conexões de uma rede de sentidos mais ampla. Assim, Chagas (2004, p.138) afirma que o patrimônio material e o imaterial (chamado pelo autor ainda de espiritual) “são diferentes

modos e aspectos de uma e mesma coisa, qual seja o patrimônio cultural, ainda que expressas de maneiras diferentes”.

Com base nesse Decreto e no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, o IPHAN considera como patrimônio imaterial o conjunto das práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados; elementos valorizados pelas comunidades ou grupos, em alguns casos por indivíduos, que os reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (IPHAN, 2011). Deste modo, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração, sendo constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, constituindo um sentimento de identidade. Essa produção característica do ambiente e as relações humanas que se estabelecem podem se constituir como gênero de vida.

Moreira (2008, p. 64), ao fazer referência à obra de Vidal de La Blache, explica que os gêneros de vida relacionam-se aos diferentes ambientes implicando um meio geográfico formado por um todo diverso de seres, coisas e homens que coabitam um mesmo espaço. O autor elucida também que cada ser vivo busca aperfeiçoar sua relação com o meio. O homem transforma o ambiente a partir do desenvolvimento e aperfeiçoamento da técnica, a qual é balizada como instrumento que intermédia a relação homem-meio e intervêm alterando os diferentes meios geográficos estruturando gêneros e modos de vida próprios.

Portanto, os bens patrimoniais são resultado dessa interação sociedade-ambiente que produz o espaço geográfico, o qual, neste trabalho, é entendido como um conjunto formado pelos objetos geográficos, naturais e artificiais, mais a sociedade que o anima (SANTOS, 1997a, p.1).

A visão do IPHAN, quanto aos bens culturais materiais, perpassa pela divisão entre bens imóveis e móveis. Os primeiros são os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, e bens individuais; os últimos são as coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Esses bens materiais tombados podem ser acessados por meio do Arquivo Central do IPHAN, que é o setor responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, de entorno e de saída de obras de artes do país. O Arquivo também emite certidões para efeito de prova e inscreve os bens nos Livros do Tombo (IPHAN, 2011).

Apesar da abrangência dos aparatos citados, a preservação do patrimônio cultural nacional também se baseia em legislações nacionais que tratam de aspectos ambientais, bem como é orientada por instrumentos internacionais como as cartas, declarações e tratados.

Quanto às questões ambientais, a nível nacional os principais instrumentos jurídicos que abrangem o patrimônio em seu caráter natural são: a **Política Nacional do Meio Ambiente**, instituída pela **Lei nº 6.938/1981**, que visa a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, no intuito de assegurar as condições ao desenvolvimento socioeconômico, os interesses a segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Com isso, a devida Lei definiu **meio ambiente** como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981, artigo 3º, inciso I).

Outro aparato legislativo refere-se à **Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Artigo 225**, o qual afirma que

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, Art. 225).

Neste artigo existem vários incisos que tratam diretamente da proteção e conservação do meio ambiente, o que implica a salvaguarda do patrimônio natural brasileiro. No parágrafo 4º do artigo é também definido como patrimônio nacional a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.

Já a **Lei nº 7.735/1989** dispõe sobre a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); órgão federal que de modo geral, é responsável por exercer o poder de polícia ambiental, executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização e fiscalização do uso dos recursos naturais, monitoramento e controle ambiental.

Instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) a **Lei nº 9.985/2000** estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, sendo fundamental para a preservação e conservação do patrimônio natural, pois esse, em sua maioria, é salvaguardado na forma de **unidades de conservação**, que podem ser definidas, segundo o SNUC como um

(...) espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, artigo 2º, inciso I).

A gestão das unidades de conservação se constituía como uma das atribuições do IBAMA, porém em 2007 esse órgão foi dividido por meio da Medida Provisória nº 366/2007,

deixando de responder pelas unidades de conservação, que passou a ser pertinente ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) criado pela **Lei nº 11.516/2007**.

Com isso, o ICMbio passou a ser o organismo federal com a responsabilidade de efetuar ações relativas a política nacional de unidades de conservação, considerando as unidades de conservação instituídas pela União; por conseguinte, é de seu encargo a proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento; executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais; fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, de educação ambiental, promoção de programas (com articulação com outros órgãos e entidades) recreacionais de uso público e ecoturismo; e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União.

Além dos aparatos citados, Ribeiro; Zanirato (2008) apontam também como importantes referências para salvaguarda do patrimônio natural a Lei dos Sambaquis – **Lei nº 3.924/1961** que regulamentou os achados arqueológicos e pré-históricos; o Código Florestal – **Lei nº 4.771/1965** que considerou a floresta como de interesse comum a todos os habitantes do país e fixou áreas de preservação permanente (e hoje é foco de intensos debates); a Lei de Proteção à Fauna – **Lei nº 5.197/1967**; e a **Lei nº 9.433/1997**, referente à Política Nacional de Recursos Hídricos, a qual possibilitou a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, que visa garantir a utilização racional e integrada dos recursos, e permiti a defesa contra eventos hidrológicos de origem natural ou decorrentes do uso indiscriminado dos recursos naturais.

Constata-se a partir a legislação disposta que o patrimônio ambiental brasileiro (cultural e natural) é salvaguardado e gerido de forma diferenciada, isso pode ser evidenciado por meio dos órgãos federais responsáveis por sua proteção e conservação. O patrimônio cultural fica a encargo do IPHAN e patrimônio natural, com exceção daqueles que são registrados no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, é submetido ao ICMbio e IBAMA.

Contudo, do ponto de vista conceitual as duas acepções de patrimônio apontadas é considerada de forma integrada na Constituição Federal vigente, fato que é resultado de uma evolução na concepção de cultura e natureza. Quanto a isso Ribeiro; Zanirato (2008, p. 278) argumentam que

Se, durante séculos, esta (a natureza) foi considerada hostil aos propósitos civilizatórios, algo a ser domado pela espécie humana, uma vez que era admitida como antagônica à cultura, a degradação ambiental ocorrida ao longo do século XX fez emergir outro olhar. Já não se podia consumi-la infinitamente; havia que preservar o ambiente natural para buscar qualidade de vida no presente e no futuro, além de procurar manter áreas naturais protegidas com fins de contemplação, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico.

A partir da concepção de meio ambiente presente na Política Nacional do Meio Ambiente e da definição de patrimônio cultural instituída na Constituição Federal, fica evidente a integração entre dimensão cultural (material e imaterial) e natural do patrimônio, o que permite considerar ambos como partes inerentes ao **patrimônio ambiental**.

As questões sobre patrimônio exploradas até o momento na escala nacional estão interligadas a discussões a nível global, as quais interferem nas concepções e medidas para salvaguarda do patrimônio. Diante disso, dar-se-á enfoque na seqüência do texto a visão do patrimônio no âmbito internacional.

As referências atuais de maior destaque para salvaguarda do patrimônio na escala internacional são: o **documento** que trata da constituição **da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)**, adotado em Londres/Inglaterra, no ano de 1945; a **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**, que ocorreu em Paris/França (1972); e a **Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, Paris/França, em 2003.

No primeiro instrumento jurídico disposto, é definido que a UNESCO tem o papel de contribuir para a paz e segurança, promovendo colaboração entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, a fim de fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Destaca-se que a instituição da UNESCO ocorre no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), logo após o fim da 2ª Guerra Mundial, daí a importância política daquele organismo para promoção do diálogo e cooperação entre as nações.

Quanto ao patrimônio, é delegado a UNESCO manter, expandir e difundir o seu conhecimento. Para isso, é preciso garantir a conservação e a proteção do legado mundial de livros, obras de arte e monumentos de história e de ciência, recomendando assim as convenções internacionais necessárias às nações envolvidas (UNESCO, 1945).

Cabe ressaltar que as convenções são tratados multilaterais aprovados pelos estados membros da UNESCO, os quais estabelecem normas que impõem obrigações recíprocas aos países contratantes e que devem ser ratificadas pelos governos signatários que assumem obrigações de executarem suas disposições (RIBEIRO; ZANIRATO, 2008, p. 280).

Com isso, foi elaborada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, a qual avança ao considerar o estado de degradação dos diversos componentes patrimoniais e ao apresentar deliberações mais específicas. Essas partem da definição de patrimônio cultural e patrimônio natural (artigos 1 e 2 respectivamente), e determina no artigo 4º atribuições aos países participantes da Convenção. Cabe a estes reconhecer, identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural situado em seu território.

É importante observar que a degradação sofrida pelo patrimônio tem causas naturais e, além disso, é resultado de práticas socioeconômicas degradantes. Assim, ao considerar que a degradação ou o desaparecimento de um bem patrimonial é uma perda irreversível para todos os povos, a UNESCO enfatiza a necessidade de definição de ações em âmbito internacional que favoreçam a salvaguarda do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional; pois considera que em âmbito nacional a proteção e conservação do patrimônio muitas vezes é insatisfatória. Isso devido a muitos casos em que há insuficiência de recursos financeiros, científicos e técnicos no país para em fim.

Nesta Convenção é evidenciada a distinção conceitual entre **patrimônio cultural e natural**. Deste modo, os elementos do patrimônio cultural são:

os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, artigo 1).

A partir da definição acima, observa-se 3 (três) categorias: os monumentos, os conjuntos e os sítios, as quais abarcam uma multiplicidade de elementos do patrimônio cultural e apresentam interface com o patrimônio natural.

Embora haja uma conexão entre as duas dimensões do patrimônio, na Convenção há também uma proposição específica quanto ao patrimônio natural, o qual compreende:

os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (UNESCO, 1972, artigo 2).

Zanirato; Ribeiro (2006, p.258) explicam que na Convenção da UNESCO de 1972 ficou determinado que os bens dotados de valor cultural ou natural poderiam ser inscritos como patrimônio universal. Contudo, a condição de excepcionalidade, a qual justificava a inclusão de um bem como patrimônio natural, acabava por restringir o que poderia ou não ser considerado como patrimônio cultural.

A *Carpeta de Información sobre el Patrimonio Mundial* elaborada pela UNESCO em 2005, sintetiza em apenas um documento diversas informações sobre o **patrimônio mundial**, o qual é definido como “legado que recibimos del pasado, lo que vivimos en el presente y lo que transmitimos a las futuras generaciones (...) una fuente insustituible de vida e inspiración, nuestra piedra de toque, nuestro punto de referencia, nuestra identidad” (UNESCO, 2005, p. 5).

Em conformidade com a definição disposta, Grunberg (2000) afirma que os bens culturais são aqueles que permitem compreender e identificar a cultura de um povo, em determinado lugar e momento histórico, e podem ser materiais e imateriais.

Na *Carpeta* citada explica que foi nos Estados Unidos, em 1965, que houve a primeira atitude de combinar a conservação de sítios culturais com sítios naturais, fato resultante de uma Conferência na Casa Branca/Washington. Com isso, o duplo aspecto, cultural e natural, presente na Convenção de 1972 sugere considerar as formas que o homem interage com a natureza, e ao mesmo tempo, a necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre ambos (UNESCO, 2005, p. 7).

Quanto a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, elaborada em 2003, foi realizada ao considerar a interdependência existente entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural. Sendo aquele valorizado como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável; assim possui um importante papel como fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos.

Por conseguinte, a Convenção tem como finalidade, conforme o artigo 1º, a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial; o respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos; a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco; bem como a cooperação e a assistência internacionais.

A partir das informações apontadas o patrimônio cultural imaterial é entendido pela Convenção como:

(...) práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2003, artigo 2º, p.4).

Observa-se que o entendimento do IPHAN sobre o patrimônio cultural imaterial, disposto anteriormente, está em consonância direta com a definição proposta pela UNESCO nesta Convenção. Destaca-se a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão, que acontece essencialmente por meio da educação formal e não-formal, assim como a revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos, como medidas que caracterizam a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Diante das disposições concernentes ao patrimônio em sua amplitude pode-se sintetizar, conforme argumenta Grunberg (2000), que os bens patrimoniais devem possibilitar a quem os observa e estuda uma experiência concreta de evocação do passado e sua compreensão. Para a autora, esses bens refletem a organização social, política e econômica da sociedade, reconhecer o passado cultural favorecem a conquista da identidade e a consciência do presente. Entretanto, elucida que os bens patrimoniais não consagrados/salvaguardados são também muito importantes de se preservar, mesmo que não seja pelo caminho do tombamento, pois eles fazem parte da vida e da sobrevivência do homem.

É importante destacar que a constituição do aparato internacional de proteção do patrimônio listado acima é resultado de vários outros eventos e debates que ocorreram historicamente e possibilitou o amadurecimento do tema, o que permitiu a elaboração de uma compreensão mais ampla e integrada das questões que envolvem a patrimonialização.

Zanirato; Ribeiro (2006, p.254) explicam que é a partir do século XX que a preocupação com a salvaguarda do patrimônio passou a ter dimensão internacional, devido às transformações decorrentes da acelerada urbanização, que gerou impacto na concepção de cidade, e a ênfase da história na antropologia do homem e sua existência, possibilitou outra maneira de entender a cultura e a história. Como resultado das discussões a cerca da internacionalização da preocupação com os bens patrimoniais, os autores destacam que foi realizada Conferência Internacional de Atenas, em 1931. Na qual foi elaborado o primeiro documento internacional que dispõe sobre a proteção dos bens de interesse histórico e artístico, denominado de **Carta de Atenas (1933)**.

Na referida Carta pode-se encontrar a seguinte menção à salvaguarda de bens: os edifícios isolados ou conjuntos urbanos de valor arquitetônico devem ser salvaguardados ao se constituírem expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral



(CARTA DE ATENAS, 1933, p. 25). Nota-se que as primeiras discussões internacionais estavam centradas em aspectos materiais da cultural, não considerando elementos imateriais e naturais.

Zanirato; Ribeiro (2006) apresentam outros eventos internacionais que foram marcos importantes para reflexão e conseqüente (re) elaboração conceitual no que tange ao patrimônio, são eles: a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, conhecida como **Convenção de Haia**, Haia/Holanda (1954); a **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**, Estocolmo/Suécia (1972); a **Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais**, ocorrida no México em 1985; **Conferência de Nara**, Nara/Japão (1994); **Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente**, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, concomitantemente houve a **Convenção sobre Mudanças Climáticas** e a **Convenção sobre Diversidade Biológica**.

Na Convenção de Haia foram tomadas medidas de salvaguarda do patrimônio cultural, a partir da prerrogativa de que os bens culturais sofreram graves danos durante os conflitos armados, sendo cada vez mais ameaçados de destruição devido ao desenvolvimento de tecnologia de guerra. Deste modo, a perda de bens culturais, independente da nação a que pertençam se constitui atentados contra o patrimônio cultural de toda a humanidade, sendo certo que cada povo contribui para a cultura mundial (Convenção de Haia, 1954).

Diante dessas considerações foram definidos na Convenção de Haia 3 (três) categorias de bens culturais que abarcaram grande número de componentes culturais: os bens, móveis ou imóveis; os edifícios cujo objetivo principal é de conservar ou de expor os bens culturais móveis; e os centros que compreendam um número considerável de bens culturais - chamados de "centros monumentais". Observa-se que essa categorização foi assimilada a visão do IPHAN sobre o entendimento dos bens culturais materiais, conforme apresentado.

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972, contribuiu de forma significativa ao encaminhar propostas que indicam a viabilidade da associação entre natureza e cultura no que se refere aos bens patrimoniais (ZANIRATO; RIBEIRO 2006, p. 256).

Os eventos permitiram o debate e o desenvolvimento de uma visão mais ampla, a qual foi implementada ao longo dos anos. O caráter de excepcionalidade presente na definição de patrimônio natural da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, foi segundo Zanirato; Ribeiro (2006, p.255) questionado na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, ocorrida no México em 1985, na qual o patrimônio cultural passou a compreender as obras de seus artistas e criações anônimas popularmente conhecidas.

Com isso, obras modestas que adquiriram com o tempo uma significação cultural, passaram a ser incorporadas a lista de bens culturais.

Outro documento que contribuiu para ampliar a dimensão patrimonial reconhecendo a existência de culturas distintas e valores diversos para determinar a significação de um bem, refere-se à Conferência de Nara, de 1994. Nela consta que a diversidade de culturas e patrimônios é uma insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade.

Com isso, a proteção e valorização da diversidade cultural e patrimonial devem ser ativamente promovidas como um aspecto essencial do desenvolvimento humano, pois a diversidade das tradições culturais é uma realidade no tempo e no espaço que deve ser respeitada da parte de outras culturas (CONFERÊNCIA DE NARA, 1994).

Zanirato; Ribeiro (2006, p.259) explicam que a preocupação com a sustentabilidade da vida na Terra levou a Comissão Mundial de Meio Ambiente a elaborar um relatório, divulgado na década de 1980, denominado “**Nosso futuro comum**”, cujo resultado aponta para a necessidade de conciliar desenvolvimento econômico e conservação ambiental, eixo que passou a ser foco de grandes reuniões internacionais. Dentre elas, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, e ficou conhecida com ECO-92 ou Rio-92. Nessa Conferência, priorizou-se a regulação da ação relação humana em relação à emissão de gases que afetam o efeito estufa e questões relativas à informação genética. Concomitantemente ocorreram as Convenções sobre Mudanças Climáticas e sobre Diversidade Biológica.

Na Convenção sobre Diversidade Biológica emergiu outra compreensão do patrimônio natural, com o reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica.

Almeida (2003, p.80), ao refletir sobre as populações tradicionais e sua relação com o Cerrado brasileiro, afirma que a preservação das identidades e dos valores culturais e o enraizamento à terra aparecem como suportes da biodiversidade, da resiliência e da complexidade do ecossistema. As populações que habitam as matas, cerrados e caatingas e as áreas rurais onde se expressa sua cultura ecológica<sup>15</sup> é que têm condições de manter a base dos recursos como legados de um patrimônio histórico e cultural.

---

<sup>15</sup> Cultura ecológica é “um sistema de valores ambientais que reorienta os comportamentos individuais e coletivos, relativos às práticas de uso dos recursos naturais e energéticos” (LEFF, 2000, p. 123 apud ALMEIDA, 2003, p. 75).

A partir dessa reflexão pode-se compreender o estabelecimento de princípios quanto aos recursos genéticos, referentes à garantia de soberania de cada país sobre o patrimônio existente em seu território, e o desenvolvimento de políticas destinadas a garantir os direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais sobre os recursos genéticos, presente na Convenção.

A salvaguarda dos recursos naturais e do conhecimento tradicional sobre os usos destes, segundo Zanirato; Ribeiro (2006, p. 252), é vista como essencial para garantir a dignidade da população humana, bem como reflete o interesse de reservar informação genética nas áreas protegidas de uso.

É importante compreender que a concepção de patrimônio evoluiu de um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional.

## **2.2. A constituição do Patrimônio enquanto atrativo turístico**

A partir do tópico anterior foi possível compreender a amplitude do conceito de patrimônio e a intrínseca integração entre as acepções cultural (material e imaterial) e natural, e ainda apreender sua dimensão comunitária e a necessidade de sua salvaguarda nas diferentes escalas governamentais.

Deste modo, fica evidente que os bens patrimoniais devem ser valorizados, por meio de ações voltadas à sua proteção e conservação, assim como precisam ser integrados à dinâmica cultural da sociedade. Isso pode ocorrer por meio de projetos e ações que os promovam como elementos constitutivos da humanidade que permitam conhecer o passado (histórico ou natural) e compreender, mesmo que de forma limitada, o presente e seus desdobramentos.

Dentre as atividades que podem promover a valorização e uso do patrimônio pode-se destacar o turismo, o qual pode incorporar os elementos patrimoniais à oferta turística tornando-os atrativos turísticos. Nesse sentido, é preciso compreender que o turismo é uma prática social e atividade econômica, que têm sido um fenômeno cada vez mais valorizado como fato de interesse científico, portanto pode ser susceptível de descrição e explicação.

A Organização Mundial de Turismo (OMT) define o turismo como o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos a seu entorno habitual por um período de tempo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado (CUENTA, 2001 apud BRASIL, 2007, p. 8). A partir dessa definição observa-se a complexidade que envolve o fenômeno turismo e sua múltipla relação com as demais atividades econômicas.

O turismo se constitui como uma atividade econômica que consome e produz o espaço geográfico, tornando-se necessário analisá-lo como um processo dinâmico e interativo e como um fato social que cria e recria formas espaciais diversificadas. Com isso, a partir de um conjunto de ações específicas atua na produção e reconfiguração do espaço tornando-o produto para o consumo turístico.

Nesse sentido, Cruz (2003, p. 5) enfatiza o caráter geográfico desta atividade, ao definir o turismo como “uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”. Portanto, analisar o turismo na interface com a ciência geográfica é procurar entender como se dá a produção espacial nas práticas turísticas (BATISTA, 2002, p. 113).

Rodrigues (1999) e Cruz (2003) explicam que o turismo se constitui como um fenômeno que ocorre a partir de três áreas de influência: áreas emissoras de turistas, áreas de deslocamento e áreas receptoras (de atração). Nestas últimas é que se constituem os espaços turísticos pela materialização do turismo, com a introdução ou reformulação de objetos técnicos. Com isso, a atividade turística passa a ocorrer reconfigurando os espaços geográficos, pela incorporação espontânea ou induzida, por meio de medidas políticas e planejamento da atividade, direcionando os equipamentos sociais, tornando-os turísticos, para atender as necessidades turísticas, tais como os bens patrimoniais.

Cruz (2003) argumenta que é a partir do século XIX, posterior ao processo de urbanização mundial, que o turismo tem se destacado enquanto atividade econômica organizada. Becker (1996) explica que ele se expande associado ao advento da sociedade capitalista moderna, com aumento da acumulação de capital e desenvolvimento tecnológico. Neste contexto, como forma de apropriação capitalista do tempo livre dos trabalhadores, Rodrigues (1999) elucida que a necessidade de viajar é fabricada, sendo incorporada como necessidade básica do homem, que passa a constituir o chamado *homo-turisticus* ou *homo-viajor*. Pires (2001, apud BATISTA, 2003, p.113) defende que “o turismo é sempre um ato

cultural, seja ele de que tipo for, pois o ato de viajar é sempre um entrar em um universo que é do outro”.

Pellegrini Filho (1997, p. 134) elucida que a busca de lazer em locais fora do domicílio habitual, a procura de repouso que favoreça a reposição das energias empregadas no labor diário, assim como a eliminação de tensões provenientes das condições de trabalho constituem fatores que motivam o crescimento pela procura pelas atividades de viagem, conseqüentemente a prática turística.

O turismo apresenta uma dimensão espacial marcada pela relação entre o conjunto de fixos e fluxos, em que os elementos fixos permitem ações que modificam o próprio lugar, dentre eles os bens patrimoniais; e os fluxos que são o resultado das ações que se instalam nos fixos, modificam a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam. Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica (SANTOS, 1997b).

Dentre os elementos constitutivos do espaço turístico os meios de hospedagem e infraestrutura de lazer são os objetos técnicos característicos (CRUZ, 1998). Entretanto, o turismo cria novos objetos técnicos à medida que se intensifica a prática turística em determinado lugar, ao mesmo tempo em que altera o significado de objetos técnicos preexistentes, a fim de atender a essa nova demanda de uso. É nesse contexto que o patrimônio pode ser promovido como atrativo turístico e inserido como componente da oferta turística, destacando-se como elemento diferencial do lugar. Almeida (2002, p. 197) explica que o uso turístico transforma lugares em mercadorias; entretanto, a valorização econômica do patrimônio natural e cultural favorece a minimização das práticas danosas ao meio ambiente.

O lugar turístico se materializa pelos conjuntos de objetos turísticos e objetos suportes, somados a presença do turista (CRUZ, 1998). Os primeiros constituem os atrativos turísticos somados à infraestrutura turística; e os últimos são os objetos técnicos que subsidiam o uso de dado espaço (infraestrutura de saneamento, energia e rede viária etc.), os quais estão voltados às necessidades locais, porém são incrementados pela demanda turística.

Há outros objetos técnicos que não estão condicionados à prática do turismo, como por exemplo: cartórios, cemitérios, maternidades, entre outros que fazem parte do cotidiano dos moradores, assim como ocorrem relações sociais não associadas a essa atividade.

Sobre isso, Almeida (2006) afirma que pode vir a ocorrer conflitos entre os denominados de moradores efêmeros do lugar ou turistas, com os moradores permanentes. Os conflitos ocorrem em função das diferentes formas de apropriação do espaço geográfico, que

se relacionam ao embate entre o cotidiano dos moradores e o cotidiano dos turistas, já que estes, mesmo fora de seu local habitual, reproduzem suas práticas, que muitas vezes ferem as práticas dos moradores.

É considerando tais conflitos que surge a necessidade de estudos que contribuam para o desenvolvimento da prática do turístico que respeite a cultura e tradições locais, as quais, devido à força da prática social turística, passam a perder seu valor quando o turista se limita apenas ao aspecto visível da paisagem e não se permite conhecer e vivenciar as práticas locais.

No entanto, Rodrigues (1999) afirma que o turismo pode funcionar como importante forma de conscientização mediante a observação participativa, na qual o turista convive, participa, discute, buscando aprofundar no conhecimento da cultura da população residente. Sobre isso Batista (2003, p. 114) afirma que o “desejo da busca, do sair de si mesmo, de ir ao encontro do desconhecido promove a atividade turística”.

Enquanto atividade econômica, o turismo apresenta dificuldades quanto ao estabelecimento de parâmetros para mensuração de estatísticas turísticas. Isso está relacionado à capacidade do turismo de permear as outras atividades econômicas, portanto na dificuldade de determinar qual é o produto turístico.

Melgar (2001, p.68) explica que o produto turístico “nasce da concretização do desejo de viajar de um indivíduo e ele realiza o primeiro gasto derivado do seu futuro deslocamento”. Com isso, é difícil estabelecer exatamente qual a fatia que compete ao turismo em ramos como transporte, habitação, alimentação e comércio, entre outros.

A partir da perspectiva do turista, Ruschmann (1991, apud MELGAR, 2001) diz que o produto turístico engloba a experiência do turista a partir do momento o qual ele sai de casa para viajar, até seu retorno; assim conclui que os componentes do produto turístico são as atrações do núcleo receptor (o fator motivador do deslocamento das pessoas), as facilidades (conjunto de serviços os quais permitem a permanência das pessoas nas proximidades do atrativo e sua exploração econômica) oferecidas ao turista e as vias e meios de acesso.

O fato é que o turismo atua na produção do espaço, transformando-o para o consumo turístico, por meio da introdução de objetos turísticos, do marketing que impulsiona o deslocamento dos turistas, da valorização de paisagens e ao mudar o significado de objetos preexistente, dentre eles os elementos patrimoniais. Com isso, o turismo atua no ordenamento territorial, em que o processo de organização dos elementos espaciais tem o objetivo de facilitar o desenvolvimento das atividades turísticas.

Portanto, é preciso compreender que a incorporação do patrimônio como atrativo turístico deve corresponder a um duplo sentido: a valorização cultural e natural frente ao uso turístico, e sua integração ao contexto social local, por meio do reconhecimento de sua importância para sua constituição.

### Capítulo 3

## O PATRIMÔNIO AMBIENTAL DE PIRENÓPOLIS E SEU PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO

No capítulo que segue são apresentados os elementos do patrimônio ambiental de Pirenópolis que se constituem atrativos turísticos, assim como os componentes que envolvem o processo de interpretação patrimonial, a fim de compreender como esses favorecem ou não a relação turismo-patrimônio.

Ressalta-se que o patrimônio ambiental considerado neste trabalho envolve o patrimônio cultural (material e imaterial) e patrimônio natural, uma vez que, a partir das discussões apontadas no capítulo 2, essa dupla acepção é impreterivelmente relacionada. Portanto, ela deve ser compreendida de forma complementar e integrada para favorecer um entendimento amplo das questões patrimoniais.

Diante do exposto, este trabalho dará ênfase às questões referentes ao patrimônio ambiental material, o qual possui uma localização específica no espaço geográfico, assim favorece a compreensão da dispersão da atividade turística em Pirenópolis (GO) e a diferenciação do consumo (e da interpretação) do espaço turístico geográfico.

O primeiro tópico do capítulo aborda as questões referentes ao entendimento de interpretação do patrimônio, e para efeito prático e didático o patrimônio ambiental será tratado nos dois tópicos seguintes tendo como base os componentes Culturais e Naturais do patrimônio e a diferenciação de sua distribuição geográfica e do processo de interpretação que os envolve. Por fim, será apresentado recursos que intermediam de modo geral o uso turístico e a interpretação dos atrativos patrimoniais.

### 3.1. Interpretação do Patrimônio e Turismo

Interpretar o patrimônio é agregar valor a experiência do turista no intuito de favorecer que este seja instigado, estimulado, impulsionado a conhecer elementos referentes ao patrimônio que não podem ser contemplados sem que haja um processo de interpretação. Nesse sentido, Murta; Goodey (2005, p.13) definem que interpretar é um ato de comunicação “processo de acrescentar valor a experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar”. Deste modo, os autores explicam que o patrimônio é promovido como recurso educacional e contribui para o desenvolvimento turístico.



O processo de interpretação, quando adequadamente implementado, cumpre duas funções referentes à valorização. “De um lado, valoriza a experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado; de outro lado, valoriza o próprio patrimônio ao incorporá-lo como atração turística” (MURTA; GOODEY, 2005, p.13).

É necessário destacar que pouca atenção é dada ao visitante no que se refere à informação sobre o lugar e seus habitantes, isso ocorre devido ao pressuposto de que o turista automaticamente irá descobrir e maravilhar-se por si só com os elementos patrimoniais. Murta; Albano (2005, p.9) elucidam que a ideia de interpretação do patrimônio supri essa lacuna, pois busca estabelecer uma comunicação com o visitante ampliando seu conhecimento do lugar, as autoras esclarecem a necessidade de “otimizar a experiência da visita: estimular o olhar, provocar a curiosidade e levar o turista a descobrir toda a magia do lugar”.

Para efetiva interpretação é mister estimular a curiosidade, entreter, inspirar novas atitudes, a apreciação ambiental, entre outros atributos; a qualidade da interpretação não consiste na transmissão de informações factuais, mas sim na descoberta de significados e sensibilização. Enquanto produto turístico é um componente essencial, e ao basear-se em elementos da cultura e paisagens especiais, pode implicar no prolongamento da visita, bem como estimular outras (MURTA; ALBANO, 2005, 10).

Investir em interpretação significa em primeiro lugar realçar o valor cultural ou natural de determinado patrimônio e conseqüentemente agregar valor ao produto turístico. No processo de interpretação a comunidade local deve estar envolvida, pois o estabelecimento de significados e valoração deve partir da vivência comunitária frente ao patrimônio, e assim a interpretação, conforme explica Murta; Albano (2005) têm como objetivo convencer as pessoas do valor de seu patrimônio, encorajando-as a conservá-lo, nisso constitui sua essência.

Uma série de componentes funcionam como veículos que subsidiam o processo de interpretação, esses constituem meios de comunicação ou equipamentos tais como: placas, painéis, folders, mapas, guias, centros de atendimento, museus, entre outros (MURTA; GOODEY, 2005, p. 26). Entretanto, a interpretação envolve desde elementos que compõem a infraestrutura básica de determinados espaços turísticos, até planos interpretativos que podem assumir diferentes formas, como exemplos mais evidentes dessa prática Murta; Goodey (2005, p. 36) sugerem os centros de visitantes e as trilhas interpretativas, muito utilizadas em parques, áreas naturais e sítios arqueológicos.

Contudo, os autores apontam três passos fundamentais para o estabelecimento de um plano interpretativo, são: inventário e registro de recursos, temas e mercados; desenho e

montagem da interpretação; e gestão e promoção do patrimônio. Como produto de interpretação Murta; Goodey (2005, p. 26) explicam que “mapas ilustrados, guias e roteiros, folders e cartões postais são elementos básicos em qualquer esquema de interpretação”.

Conclui-se que a interpretação patrimonial deve ser promovida por ações que envolvem os diferentes atores turísticos, dentre eles a comunidade, o poder público e a iniciativa privada são os componentes mais expressivos para motivar que o uso turístico do patrimônio se reverta em valorização ambiental, que por conseguinte favorece a conservação dos atrativos turísticos patrimoniais.

### **3.2. Patrimônio Cultural: Distribuição Geográfica, Caracterização e Processo de Interpretação**

A constituição histórica de Pirenópolis possibilitou a esse município a consolidação de um conjunto de artefatos culturais que hoje conformam o patrimônio cultural preservado, o qual possui vários componentes que se dispõem atualmente como atrativos turísticos.

O patrimônio cultural incorporado à atividade turística em Pirenópolis está localizado na área urbana do município, com exceção da Fazenda Babilônia. Envolve diversos atrativos dispostos em um sítio de 17 hectares (170.000 m<sup>2</sup>) que foi tombado<sup>16</sup> pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Pirenópolis. Diferentes edifícios foram salvaguardados ao serem inscritos no processo de tombamento, tais como: igrejas, casebres, casarões, teatro, cinema entre outras construções, vielas e becos. Dentre esses, os elementos patrimoniais que se constituem como atrativos turísticos podem ser identificados a partir da figura 04, a qual mostra sua distribuição geográfica no Sítio tombado. Esse foi inicialmente acampamento de garimpeiros e sua estrutura já havia se consolidado em 1750, não sofrendo alterações significativas até os dias atuais (IPHAN, 2011).

Em Pirenópolis, além do Sítio Urbano constam também mais três outros elementos que são salvaguardados pelo IPHAN: a Igreja Nossa Senhora do Rosário (Matriz), a Fazenda Babilônia e a Festa do Divino Espírito Santo, mais conhecida como Cavalhadas, e que se constitui como patrimônio cultural imaterial. No quadro 01 constam os componentes do patrimônio cultural de Pirenópolis protegidos pelo tombamento; nota-se que a Igreja Matriz,

---

<sup>16</sup> O tombamento ocorreu em 10/01/1990 e consta registrado nos Livros do Tombo: Histórico, volume 02, inscrição 530, processo nº 1181-T-41; e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, inscrição: 105, processo nº 1181-T-85 (IPHAN, 2011).

localizada dentro do polígono salvaguardado pelo IPHAN, foi o primeiro elemento a ser resguardado no município.

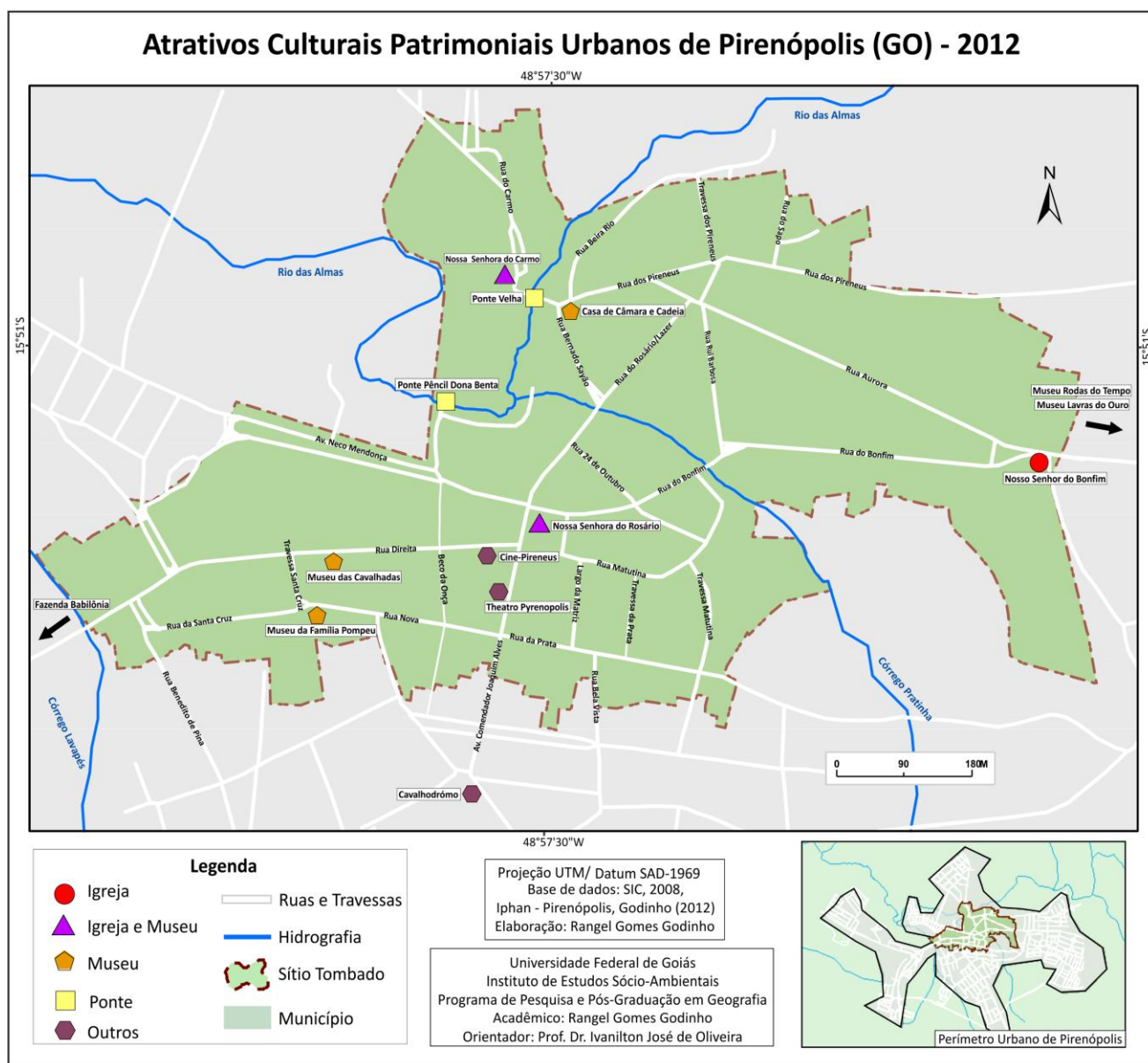


Figura 04: Atrativos turísticos culturais situados no Sítio tombado de Pirenópolis (GO).

<b>Quadro 01: Patrimônio Cultural salvaguardado pelo IPHAN em Pirenópolis (GO) - 2011</b>		
IDENTIFICAÇÃO	LIVRO DE TOMBO	DATA DE TOMBAMENTO
<b>Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Pirenópolis (Sítio Urbano)</b>	Histórico/ Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	10/01/1990
<b>Igreja Nossa Senhora do Rosário – Matriz</b>	Histórico	03/07/1941
<b>Fazenda da Babilônia: casa e dependências</b>	Belas Artes	26/04/1965
<b>Festa do Divino Espírito Santo</b>	Registro das Celebrações	13/05/2010

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, disponibilizado em <http://www.iphan.gov.br> (acesso em 15 de julho de 2011). Elaboração: Rangel Gomes Godinho.

Com base na figura 04, observa-se que os atrativos culturais estão concentrados, em sua maioria, em três áreas: (1) próximo ao Rio das Almas, na Rua do Carmo e Rua Bernardo Sayão (Igreja e Museu de Arte Sacra Nossa Senhora do Carmo, Ponte Velha e Casa de Câmara e Cadeia); (2) nas proximidades da Rua do Rosário/Av. Comendador Joaquim Alves e da Rua Direita (Igreja Matriz, Cine Pireneus, Theatro Pyrenopolis e Museu das Cavalladas); e (3) na principal área de acesso às cachoeiras e ao Parque Estadual dos Pireneus, a via denominada de Rua do Bonfim, que depois integra a Rua Luiz Gonzaga Jaime (Igreja Nosso Senhor do Bonfim e o Museu Rodas do Tempo). Espacialmente mais dispersos estão a Ponte Pêncil Dona Benta (perto da Av. Neco Mendonça), o Museu da Família Pompeu (Rua Nova) e o Museu das Lavras do Ouro (estrada vicinal).

A Igreja Matriz, tombada<sup>17</sup> no ano de 1941, segundo o IPHAN (2011) foi a primeira grande construção religiosa de Goiás, já Curado (1980) explica que a Igreja é considerada o maior edifício religioso do Centro-Oeste e a única que ainda subsiste dos tempos dos bandeirantes.

Construída em 1761 no centro da cidade, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (figura 05) foi totalmente restaurada entre 1998 e 2001, inclusive os altares, forro da capela mor e imagens. Porém, um incêndio ocorrido na madrugada do mês de setembro de 2002 destruiu os telhados e toda parte interna da Igreja, restando de pé somente as paredes externas e internas. A Igreja passou por um processo de restauração, mas a parte interna ficou totalmente desconfigurada, somente o altar central foi reconstituído.

Destaca-se que o edifício foi subdividido e passou a ter a função específica de templo religioso e de museu. Em uma das partes laterais (figura 06) foram colocados painéis que abordam aspectos arquitetônicos; técnicas de restauração; a constituição histórica da Igreja, que engloba sua construção, as primeiras reformas, o incêndio destrutivo e a última restauração. Portanto, foi destinada a função de Museu (administrado pela Paróquia Nossa Senhora do Rosário), fato que já lhe configura como meio para interpretação patrimonial. Já as demais partes ficaram destinadas as práticas religiosas, como as celebrações de Missas.

O processo de interpretação desse patrimônio é mediado por painéis, pelo monitor responsável pelo atendimento ao turista no local, o qual ajuda na compreensão das informações contidas nos painéis e fornece outras informações ao ser questionado. No local são comercializados objetos de artesanato, camisetas com imagens de Pirenópolis e da Igreja, um livro sobre o projeto de restauro da Igreja denominado de Fênix, entre outros elementos

---

<sup>17</sup> Livro do Tombo: Histórico, inscrição 165, data: 03/07/1941, processo nº 0241-T-41(IPHAN, 2011).

como imagens de Santos, estampas com orações e demais materiais que podem ser comprados como souvenirs ou para prática religiosa católica. Ressalta-se que perto desse atrativo há uma placa de identificação, além dele ser indicado na sinalização turística urbana.



Figura 05: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Autor: Rangel G. Godinho (maio/2009).



Figura 06: Parte da Igreja Matriz destinada à função de Museu. Autor: Rangel G. Godinho (janeiro/2012).

Localizada na zona rural a aproximadamente 24 km da cidade de Pirenópolis, a Fazenda Babilônia (figura 07), antigo Engenho São Joaquim, é um dos componentes do patrimônio cultural de propriedade particular.

O edifício é composto pela casa grande, engenho e capela, foi construído no início do século XIX a mando do Comendador Joaquim Alves de Oliveira; toda a construção é estrutura em madeira, com paredes externas em adobes e internas em pau a pique, além de telhado em duas águas de barro e tabuado corrido<sup>18</sup>.



Figura 07: Fazenda Babilônia. Fonte: [www.fazendababilonia.tur.br](http://www.fazendababilonia.tur.br) (acesso em 10 de fevereiro de 2012).

Na Fazenda o turista pode visitar todo acervo cultural por meio de uma atividade pedagógica, a qual se inicia com uma palestra em que o visitante é instigado a contemplar e conhecer o patrimônio histórico-arquitetônico fazendo uma viagem a história de Goiás, elementos da gastronomia goiana também são destacados na exposição. Assim, o processo de interpretação patrimonial é intermediado pela palestrante que conduz a visita, por painéis descritivos, e pelo acervo documental e iconográfico ali presentes.

A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis foi registrada no Livro de Registro das Celebrações em 13/05/2010 (processo nº 01450.000715/2010-15) como forma de salvaguarda patrimonial. Esse evento tem sua origem em Portugal e ocorre após 40 (quarenta)

---

<sup>18</sup> Informações obtidas no Livro de Tombo: Belas Artes, inscrição 480, data: 26/04/1965, processo nº 0747-T-64. Disponibilizado no arquivo digital Noronha Santos do IPHAN - site: <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm> (acesso em 09/01/2012).

dias da Páscoa. Nele consta o espetáculo das Cavalhadas, um importante atrativo cultural de Pirenópolis que atrai pessoas de vários estados do Brasil para contemplar a representação da batalha travada entre Mouros e Cristãos. O relatório da Agência Goiana de Turismo – AGETUR denominado Turismo em Dados - Caminhos do Ouro (2002) traz informações sobre a origem do público das Cavalhadas; no relatório consta que 49,82% do público, naquele ano, era oriundo de outros estados brasileiros.

As Cavalhadas foram encenadas pela primeira vez em Pirenópolis no ano de 1826, por iniciativa do padre Manuel Amâncio da Luz, quando “imperador” da Festa do Divino Espírito Santo. Anteriormente apresentada no Largo da Matriz, a festa foi depois transferida para um campo de futebol, o qual foi transformado em Cavahódromo durante o mandato do governador de Marconi Ferreira Perillo Júnior (1999-2005), com camarotes, palanques e arquibancadas. As festividades duram três dias (domingo a terça-feira) e acontecem com acompanhamento da banda musical da cidade – Banda Phoenix.

A constituição do Cavahódromo permite visualizar como o turismo refuncionaliza os espaços, dando novo sentido e orientação de uso. É importante destacar que, conforme afirma Santos (1997a, p. 9), os elementos espaciais mudam seu papel a cada momento histórico, podendo adquirir múltiplas funcionalidades, como é o caso do Cavahódromo, que além da apresentação das Cavalhadas (figura 08), recebe também os jogos de futebol do campeonato municipal de Pirenópolis, além de shows artísticos.

O quadro 02 apresenta os elementos do patrimônio cultural imaterial identificado em Pirenópolis (GO) com base nos dados da prefeitura municipal e no dossiê de registro da Festa do Divino Espírito Santo.

<b>Quadro 02: Patrimônio Cultural Imaterial de Pirenópolis (GO) - 2011</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>COMPONENTES</b>
<b>Festa do Divino Espírito</b>	Cavalhadas (adulto e infantil)
	Apresentação das Pastorinhas
	Congada - Banda de Couro
	Catira (masculina e feminina)
	Reinado
	Folia do Divino Espírito Santo
	Mascarados
<b>Banda de Música Phoenix</b>	-----
<small>Fonte: Prefeitura Municipal de Pirenópolis (GO), site <a href="http://www.pirenopolis.go.gov.br">http://www.pirenopolis.go.gov.br</a>, acesso em 22 de março de 2011; Dossiê de registro da Festa do Divino Espírito Santo (disponibilizado em <a href="http://www.iphan.gov.br">www.iphan.gov.br</a>, acesso em 09 de janeiro de 2012). Elaboração: Rangel Gomes Godinho.</small>	



Figura 08: Apresentação das Cavalhadas. Autora: Lara Cristine Gomes Ferreira (junho/2009).

Na área urbana há vários componentes do patrimônio cultural que fazem parte da oferta turística, tais como igrejas, museus, teatro, cinema e pontes históricas. Descritos em detalhe a seguir.

O Cine Pireneus (figura 09), localizado na Rua Direita foi construído em 1929 em estilo neoclássico, por iniciativa do Padre Santiago Uchoa. Em 1936 sofreu uma reforma e sua fachada foi alterada para o estilo *Art Decó*. Atualmente, sob administração da Secretaria Municipal de Turismo, ele recebe exposições de arte e mostra de filmes, estando aberto em horário comercial para visitação.

Por se encontrar próximo a Igreja Matriz, o Cinema está estrategicamente localizado. Há sinalização turística urbana que orienta o deslocamento até o local. Contudo, em suas dependências não há nenhum recurso interpretativo que agregue informações a experiência turística. Durante as exposições artísticas são disponibilizadas informações adicionais em folders; embora esses façam referência somente às obras expostas ou programação dos filmes, ou seja, não abordam elementos do prédio ou da cultura pirenopolina.

A Igreja e Museu de Arte Sacra Nossa Senhora do Carmo (figura 10) foi construída entre os anos 1750 e 1754, pelo minerador português Luciano Nunes Teixeira, em estilo colonial, localizada à margem direita do Rio das Almas, tendo sido usada na época de sua construção como capela particular da família Frota.





Figura 09: Cine Pireneus. Autor: Rangel G. Godinho (janeiro/2012)



Figura 10: Igreja e Museu de Arte Sacra Nossa Senhora do Carmo. Autor: Rangel G. Godinho (janeiro/2012).

Em 1868 passou por uma reforma, em que reparos gerais foram realizados, além da colocação do assoalho na nave da capela-mor. Em 1992 foi restaurada pelo IPHAN, e em 1998 foram feitos diversos melhoramentos visando sua adaptação para guarda de acervo sacro, bem como do folclore e manifestação religiosa em geral. Nessa Igreja está guardado o

que sobrou do acervo das extintas Igrejas Nossa Senhora dos Pretos e Nossa Senhora da Boa Morte (CURADO, 1980).

Nesse atrativo componentes interpretativos são painéis que tratam do edifício em si e dos objetos sacros que ali constam; monitor, que fornece informações adicionais; e sua própria condição de museu, que o condiciona a funcionar como meio para interpretação patrimonial. Neste local subsistem as práticas religiosas e a prática turística, portanto, ele acumula duas funções, ambas geridas pela Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Destaca-se que a sinalização turística também favorece sua localização.

Localizado na Praça da Matriz, há um teatro denominado de Theatro Pyrenopolis (figura 11). Construído em 1899, por Sebastião Pompeu de Pina, apresenta estilo arquitetônico híbrido (neoclássico e colonial), e passou por várias reformas, sendo a última delas em 1999, quando o teatro foi praticamente reconstruído, preservando-se apenas a fachada e detalhes originais de sua construção.



Figura 11: Theatro Pyrenopolis. Autor: Rangel G. Godinho (janeiro/2012).

Com um palco com 7 por 7 metros e capacidade para 160 lugares, além de dois grandes camarotes nas paredes laterais, o Theatro Pyrenopolis é utilizado para realização de eventos culturais e apresentação de artistas diversos. No local não há recursos interpretativos. Somente durante alguns eventos que ali ocorrem são distribuídos materiais com a programação da atividade. Destaca-se sua proximidade a Igreja Matriz e a sinalização turística

como fatores que favorece sua localização. Sua administração compete à Secretaria Municipal de Turismo.

Outra igreja que compõe o patrimônio cultural da cidade é a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim (figura 12), construída por escravos entre os anos 1750 e 1754, por iniciativa do escravocrata e sargento-mor Antônio José de Campos. Ela está localizada na Rua do Bonfim, via principal de acesso às cachoeiras, o que juntamente com a sinalização turística favorece sua visualização.

O templo possui estilo colonial, paredes de taipa de pilão (cascalho e saibro socados) e piso de aroeira. Na capela-mor estão sepultados Antônio José de Campos e a esposa.



Figura 12: Igreja Nosso Senhor do Bonfim. Autor: Rangel G. Godinho (junho/2009).

Segundo o escritor Jayme (1971), os altares são artisticamente cinzelados, extasiam pela harmonia de sua estrutura e graça de sua decoração. É dotada de três altares, sendo dois laterais, o de Santa Bárbara e o de Santa Lúzia, e o altar-mor com duas portas que se fecham, formando um nicho que guarda em seu interior a imagem do Senhor do Bonfim em tamanho natural, esculpida em madeira cedro trazida da Bahia. Neste templo são celebradas missas e ele está sob responsabilidade da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, que cuida da conservação e preservação do prédio. Neste atrativo não há recursos interpretativos para mediar e instigar o turista a aprofundar seu conhecimento Outro fator que dificulta o processo

interpretativo refere-se ao horário disponível para visitação, pois a Igreja só fica aberta durante as celebrações religiosas.

No entanto, a Igreja Nosso Senhor do Bonfim permanece fechada às celebrações religiosas no período de janeiro de 2011 a março de 2012 em função da restauração dos altares, do forro e paredes; com um custo de 600 mil reais. Contudo, o processo de restauração se dá de portas abertas e tem atraído moradores, turistas e pesquisadores. Isso tem possibilitado a ampliação do valor artístico cultural da Igreja, pois a restauração leva a um resgate histórico artístico e conseqüente valorização do patrimônio cultural, o que funciona como meio para educação patrimonial e estimula a curiosidade do turista<sup>19</sup>. A figura 13 apresenta o trabalho de restauração que está sendo realizado.



Figura 13: Processo de restauração dos altares, do forro e paredes da Igreja Nosso Senhor do Bonfim. Autor: Rangel G. Godinho (janeiro de 2012).

O Museu das Cavalhadas de Pirenópolis (figura 14) é um museu particular fundado em 1976 por Maria Eunice Pereira e Pina (falecida em 2005). Localizado na Rua Direita, centro da cidade, ele guarda um acervo bibliográfico, documental e iconográfico sobre as Cavalhadas e Festa do Divino Espírito Santo, e também sobre a história de Pirenópolis. No espaço do museu consta um memorial sobre sua fundadora, Maria Eunice Pereira e Pina, a qual foi gestora histórica, escritora, poetisa, jornalista, incentivadora cultural e fundadora da acadêmica Pirenopolina de Letras, Artes e Música. Atualmente o Museu das Cavalhadas é administrado por sua filha, Célia Fátima de Pina.

É possível encontrar em suas dependências folders, cartazes, biblioteca, catálogo, além do acervo iconográfico como meios interpretativos, bem como monitor (a) que atende o

<sup>19</sup> Informações adquiridas no dia 01/02/2012 com o gerente da empresa Archaivos Engenharia, a qual é responsável pelo processo de restauração citado.

público e explica sobre a história das Cavalhadas em Pirenópolis e sobre sua origem na Ilha dos Açores. A sinalização turística também contempla a localização desse atrativo cultural.



Figura 14: Museu das Cavalhadas. Autor: Rangel G. Godinho (janeiro de 2012).

O Museu da Família Pompeu de Pina (figura 15) situa-se na Rua Nova no centro da cidade, próximo a Praça da Santa Cruz. Foi montado por iniciativa de Pompeu Cristovam de Pina na antiga casa do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, onde funcionou a primeira tipografia goiana, responsável pela impressão do jornal “A Matutina Meiapontense”. Esse foi primeiro jornal do Centro-Oeste e o primeiro do Brasil a ser editado fora de uma capital. Servia de correio oficial para as Províncias de Goiás e Mato Grosso (CURADO, 1980). O Museu é de propriedade particular, sob responsabilidade do Sr. Cristovam Pompeu de Pina e, para visitá-lo, é necessário o agendamento. O processo de interpretação é mediado por um monitor (o próprio proprietário), que fornece informações sobre a história do museu e dos artefatos culturais ali encontrados, e ainda por elementos iconográficos que constituem o museu. Sua localização também é orientada pela sinalização turística.



Figura 15: Museu da Família Pompeu. Autor: Rangel G. Godinho (janeiro de 2012).

A Ponte sobre o Rio das Almas (figura 16), conhecida como Ponte Velha ou Ponte do Carmo, foi construída entre 1899 e 1903, por Sebastião Pompeu de Pina, sendo reformada de 1983 a 1984. Também ficou conhecida por Meia Ponte, supostamente após ter ocorrido uma grande enchente que destruiu a metade de sua estrutura, fato que contribuiu para a primeira denominação da cidade de Pirenópolis – Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte.

Essa ponte sobre o Rio das Almas é um elemento do patrimônio cultural que funciona como componente paisagístico e meio de tráfego de pessoas e automóveis, uma vez que ela liga a parte central, inclusive as saídas para Goiânia e Brasília, com o bairro do Carmo. Esse bairro, por sua vez, fornece acesso ao conjunto de Cachoeiras Bonsucesso, ao Santuário Ecológico Vaga Fogo e à RPPN Flor das Águas, assim como a diversas pousadas, além de conter a Igreja e Museu de Arte Sacra Nossa Senhora do Carmo. Destaca-se que sua localização não é indicada na sinalização turística, o que pode refletir sua pouca atratividade, uma vez que o turista não é instigado a reconhecer a importância desse artefato na constituição histórica do município.

Há atualmente outra ponte, com estrutura de concreto, que faz uma ligação periférica entre o bairro do Carmo e a Vila Matutina, constituindo-se como outra opção de acesso aos estabelecimentos localizados no bairro do Carmo. Durante os finais de semana a Ponte

“Velha” apresenta tráfego intenso, sendo recomendado o trânsito de automóveis pela ponte “Nova”.



Figura 16: Ponte do Carmo (Ponte Velha). Autor: Rangel G. Godinho (junho/2009).

Outro elemento que é considerado um atrativo é a Ponte Pênsil Dona Benta (figura 17), nome atual da ponte antes conhecida apenas como Ponte de Cabo de Aço, pois sua estrutura original era composta de cabos de aço e pequenas tábuas de madeira para apoio dos pés. Essa ponte foi reconstruída, sendo reinaugurada em 2006; sua estrutura continuou sendo constituída de madeira e cabos de aço, porém foi toda reconfigurada passando a apresentar uma singular beleza cênica, além de conter em sua passarela uma intrigante Rosa dos Ventos. Situada também sobre o Rio das Almas, permite somente a passagem de pedestres. Observou-se que esse atrativo não é indicado pela sinalização turística, e também não consta nenhum elemento interpretativo referente a ele. Embora fosse interessante instalar um pequeno painel informativo com imagem da ponte antiga e os motivos da reforma.

A Casa de Câmara e Cadeia (figura 18), construída em 1919, era a antiga cadeia municipal de Pirenópolis. Situa-se na Rua Bernardo Sayão, perto da ponte sobre o Rio das Almas. Esta construção é uma réplica da cadeia original, construída em 1733, que ficava na Praça da Matriz e foi demolida em 1920 (CURADO, 1980).



Figura 17: Ponte Pênsil Dona Benta. Autor: Rangel G. Godinho (junho/2009).



Figura 18: Casa de Câmara e Cadeia e Museu do Divino. Autor: Rangel G. Godinho (janeiro de 2012).

Esse edifício funciona atualmente como Museu do Divino Espírito Santo (inaugurado em 2007), o que já lhe confere como um meio para interpretação patrimonial. Nesse atrativo, há vários elementos que são próprios da festividade do Divino, como por exemplo: réplica das mascaras e roupas utilizadas nas Cavallhadas, entre outros.



A ambientação desse espaço é composta por painéis informativos e diversos elementos iconográficos. Também é possível assistir a um vídeo de 11 minutos que trata de forma breve dos componentes que envolvem a festividade. No local é disponibilizado um folder com as principais informações sobre a Festa do Divino Espírito Santo, os quais podem ser adquiridos gratuitamente em diferentes idiomas (português, inglês, espanhol e francês), bem como em braile. Na Casa de Câmara e Cadeia o patrimônio imaterial referente à Festa do Divino ganha corpo material. A figura 19 apresenta alguns elementos componentes do Museu.

O processo de interpretação patrimonial no Museu do Divino é mediado por painéis, folder, monitor(a), vídeo e pela oferta de *suvenirs* na recepção do Museu, os quais fazem referência à festividade do Divino e a outros aspectos da cultural local. Na recepção também é disponibilizado gratuitamente um mapa turístico do município e cartaz de divulgação do Museu do Divino.



Figura 19: Parte interna da Casa de Câmara e Cadeia e Museu do Divino. Autor: Rangel G. Godinho (janeiro de 2012).

Com a característica de ser ao ar livre, o Museu Lavras do Ouro (figura 20), situado na zona rural do município, a 3 km da Rua Luiz Gonzaga Jaime, oferece como atrativo turístico a possibilidade de conhecer a forma de extração do ouro de aluvião em um sítio preservado, com muros de arrimo e trilha de 1000 metros sob resquícios de mata atlântica.

De propriedade de Amilton Pereira de Sirqueira, o Museu iniciou suas atividades em 2008 e conta com estacionamento, recepção e sanitários. Os recursos interpretativos identificados no local referem-se: à condição de museu (contém objetos históricos como a bateia e demais peças do ciclo do ouro), a presença de cartazes sobre a história de Pirenópolis no contexto do período do ouro no Brasil e do monitor(a) que orienta o trajeto a ser percorrido e fornece informações sobre as técnicas de extração do ouro de aluvião, dentre outras.



Figura 20: Entrada do Museu das Lavras do Ouro. Autor: Rangel G. Godinho (janeiro de 2012).

Já o Museu Rodas do Tempo trata especificamente da história dos veículos de duas rodas, incluindo as bicicletas; portanto, não faz referência aos aspectos históricos e culturais de Pirenópolis. Suas atividades tiveram início em outubro de 2010, por iniciativa de seu proprietário, Augusto Cesar Bittencourt, o qual reside em Brasília e decidiu colocar a visitação pública sua coleção particular de veículos de duas rodas, que está disposta atualmente nesse museu.

Além de museu, o local funciona também como espaço para eventos, sendo todo adaptado para deficientes físicos. Sua infraestrutura é composta por recepção, onde podem ser adquiridos diversos produtos que fazem referência ao conteúdo do museu, lanchonete e sanitários (masculino, feminino e para deficientes). Como recursos interpretativos há placas com informações sobre cada elemento disposto, folder que fornece informações complementares e funciona também como guia de visitação e a presença de monitor(a) que

acompanha o percurso quando solicitado. No Museu há ainda um espaço destinado ao conserto e restauração de motos. A figura 21 apresenta imagens desse atrativo.



Figura 21: Museu Rodas do Tempo. Autor: Rangel G. Godinho (janeiro de 2012).

Diante das informações sobre o patrimônio cultural material de Pirenópolis e os recursos interpretativos que o envolvem relatados ao longo desse tópico, o quadro 03 apresenta, de forma sintética, os dados listados e demais informações de interesse turístico, segundo cada atrativo patrimonial.

**Quadro 03: Patrimônio Cultural Material incorporado a atividade turística, Recursos Interpretativos e Informações de interesse turístico  
Pirenópolis (GO) - 2012**

IDENTIFICAÇÃO	ENDEREÇO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	VALOR COBRADO PARA VISITAÇÃO	RESPONSÁVEL	CONTATO	CATEGORIA	RECURSOS INTERPRETATIVOS
<b>Museu da Família Pompeu</b>	Rua Nova	Agendamento	R\$ 2,00	Pompeu	3331-1102 3331-1272	Museu	Museu; Monitor
<b>Theatro Pyrenopolis</b>	Av. Comendador Joaquim Alves	Depende da programação	Depende da programação	Secretaria Municipal de Turismo	3331-1299	Teatro	Inexiste
<b>Igreja Nossa Senhora do Rosário - Matriz</b>	Av. Comendador Joaquim Alves	Quarta a Domingo das 08 h as 18 h	R\$ 2,00	Paróquia Nossa Senhora do Rosário	3331-1012	Igreja/Museu	Museu; Monitor (administrador); Painéis; Loja
<b>Igreja do Bonfim</b>	Rua do Bonfim	Horário de Celebrações Religiosas	Sem cobrança	Paróquia Nossa Senhora do Rosário	3331-1013	Igreja	Inexiste
<b>Museu das Cavalhadas</b>	Rua Direita	Todos dos dias das 10 h as 17 h	R\$ 2,00	Célia Fátima de Pina	3331-1166	Museu	Museu; Catalogo; Cartazes; Monitora (administradora); biblioteca
<b>Cine Pireneus</b>	Rua Direita	Depende da programação	Depende da programação	Secretaria Municipal de Turismo	3331-1299	Cinema	Inexiste
<b>Ponte Pêncil Dona Benta</b>	-----	-----	-----	Prefeitura	3331-1300	Ponte	Inexiste
<b>Cavalcadouro</b>	Av. Benjamim Constant	Depende da programação	Depende da programação	Secretaria Municipal de Turismo	3331-1299	Cavalcadouro	Inexiste
<b>Igreja e Museu de Arte Sacra Nossa Senhora do Carmo</b>	Rua do Carmo	Quarta a Sábado das 14 h as 18 h; Domingo das 10 h as 17 h	R\$ 2,00	Paróquia Nossa Senhora do Rosário	3331-1299	Igreja/Museu	Museu; Monitor; Painéis
<b>Ponte do Carmo/Ponte Velha</b>	Rua do Carmo/Rua Bernardo Sayão	-----	-----	Prefeitura	-----	Ponte	Inexiste
<b>Casa de Câmara e Cadeia/Museu do Divino</b>	Rua Bernardo Sayão	Todos os dias das 8 h as 17 h	R\$ 2,00	Secretaria Municipal de Turismo	3331-1301	Museu	Museu; Vídeo; Painéis; Folder; Monitores; Loja
<b>Museu Lavras do Ouro</b>	Estrada vicinal	Todos os dias das 8 h as 17 h	R\$ 15,00	Amilton Pereira de Sirqueira	8134-4313 9335-3506	Museu	Museu; Cartazes; Monitor
<b>Museu Rodas do Tempo</b>	Rua Luiz Gonzaga Jaime	Quarta a domingo das 10 as 18 h	R\$ 16,00	Augusto Cesar Bittencourt	9220-3778 92978356	Museu	Museu; Folder; Monitor, Loja
<b>Fazenda Babilônia</b>	GO 431 - Km 3/ 24 km da cidade de Pirenópolis	Sábados, domingos e feriados das 9 h às 16 h. Meio de semana somente com agendamento	R\$ 8,00	Dona Telma	9294-1805 9291-1511	Museu	Acervo documental e iconográfico; Painéis; Palestrante (proprietária)

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Pirenópolis - no prelo (2011); e inventário elaborado a partir de trabalho de campo realizado no município de Pirenópolis (GO) entre os dias 31 de janeiro e 03 de fevereiro de 2012 para o reconhecimento e georreferenciamento dos atrativos turísticos patrimoniais, infraestrutura turística e equipamentos suportes, bem como identificação dos recursos de interpretação patrimonial. Elaboração: Rangel Gomes Godinho.

A partir das informações dispostas no quadro 03, observa-se que dentre os 14 (quatorze) atrativos patrimoniais culturais, com exceção das pontes, que têm sido valorizadas especialmente como um espaço de trânsito, há três elementos patrimoniais que não possuem meios que agreguem valor à experiência turística – Cine Pireneus, Teatro Pirenópolis e Igreja Nosso Senhor do Bonfim. Pode-se evidenciar que os espaços que contém maior variedade de recursos interpretativos são os museus, embora isso não se aplique ao Museu da Família Pompeu.

Quanto à cobrança de ingresso, percebe-se que há um valor comum para visitação dos museus localizados no polígono tombado (R\$ 2,00); já a Fazenda Babilônia, o Museu Rodas do Tempo e Museu Lavras do Ouro apresentam maior valor. Observa-se que o ingresso ao Cinema ou ao Teatro depende da programação, e enquanto o acesso às igrejas para prática religiosa é gratuito.

A visitação da maioria dos atrativos corresponde ao horário comercial (entre as 08 h e 17 h), com exceção do Museu da Família Pompeu, que precisa ser agendado, do Cinema e Teatro que o horário está subordinado a programação, e a Fazenda Babilônia que concentra a visitação no fim de semana e feriados, embora atenda pessoas que agendem para outros dias da semana.

Os meios utilizados como instigadores dos turistas nos atrativos são: painéis, folders, monitores, vídeo, mapa e a própria condição de museu de alguns edifícios.

Além dos recursos interpretativos listados, outros componentes do espaço turístico são importantes para o processo de interpretação. Segundo Murta'Goodey (2005), são os elementos da infraestrutura básica, os quais interferem diretamente na prática turística. No presente trabalho será dada ênfase as condições das vias de acesso (ruas/avenidas) e sinalização turística presentes na cidade.

Conforme foi evidenciado anteriormente, o patrimônio cultural concentra-se no sítio urbano tombado pelo IPHAN, o qual é totalmente pavimentado com rochas (quartzito) colocadas de maneira inclinada sobre o solo desde o tempo colonial. Embora esse tipo de pavimentação cause trepidação no automóvel ela favorece o deslocamento até os atrativos patrimoniais culturais, uma vez que protege solo evitando a formação de buracos ocasionados pela chuva ou outras atividades. Embora, para chegar a essa área é necessário transitar por outras vias (avenidas e ruas), as quais são pavimentadas com massa asfáltica, dentre elas a Av. Benjamin Constant é o principal acesso à cidade. Outro acesso refere-se à Rua Direita (pavimentada com rochas), que se inicia no Bairro Alto da Lapa, na confluência com a GO 431.

Quanto à sinalização, foi implantada no início de 2011 a sinalização turística na área do polígono tombado pelo IPHAN, a qual faz referência à distribuição de todos os atrativos turísticos patrimoniais culturais, com exceção das pontes, e indica a localização dos atrativos naturais dispostos fora da cidade; são ao todo 21 (vinte e uma) placas indicativas.

De fato, observa-se que há uma série de recursos interpretativos disponíveis, os quais são importantes para agregar valor à experiência turística, embora seja necessário que haja uma alocação desses recursos em todos os atrativos, segundo as possibilidades estruturais, com incentivo do poder público e iniciativa privada. Já a infraestrutura básica considerada é um fator positivo para o processo de interpretação patrimonial.

### **3.3. Patrimônio Natural: Distribuição Geográfica, Caracterização e Processo de Interpretação**

O patrimônio natural de Pirenópolis incorporado pelo turismo está disposto em diversos empreendimentos turísticos particulares, na área urbana, às margens do Rio das Almas, perto da Ponte Velha; em mirantes naturais; no Parque Municipal Cidade de Pedra e no Parque Estadual dos Pireneus. É a partir desses componentes citados que o patrimônio natural será abordado neste tópico. Com isso, será apresentada a distribuição geográfica dos elementos do patrimônio natural incorporados ao turismo, sua caracterização (no que se refere à oferta turística), e a identificação dos recursos interpretativos que favorecem a experiência turística.

Destaca-se que os elementos naturais que constituem parte da paisagem que caracteriza o município de Pirenópolis, “se chamaram atenção no passado, hoje, representam o estímulo, o esteio, em outras palavras, o elemento fundamental para o desenvolvimento do turismo local” (BATISTA, 2002, p. 118).

Na figura 22 pode-se observar que no município há uma distribuição espacial dos atrativos naturais em 3 (três) áreas: ao norte/noroeste da cidade, próximo à GO 338; na área urbana (margens do Rio das Almas); e na Área de Proteção Ambiental dos Pireneus – APA<sup>20</sup> dos Pireneus e proximidades. Contudo, é nesta última que se concentra a oferta turística referente ao patrimônio natural.

---

<sup>20</sup> “A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (BRASIL, 2000, Art. 15).

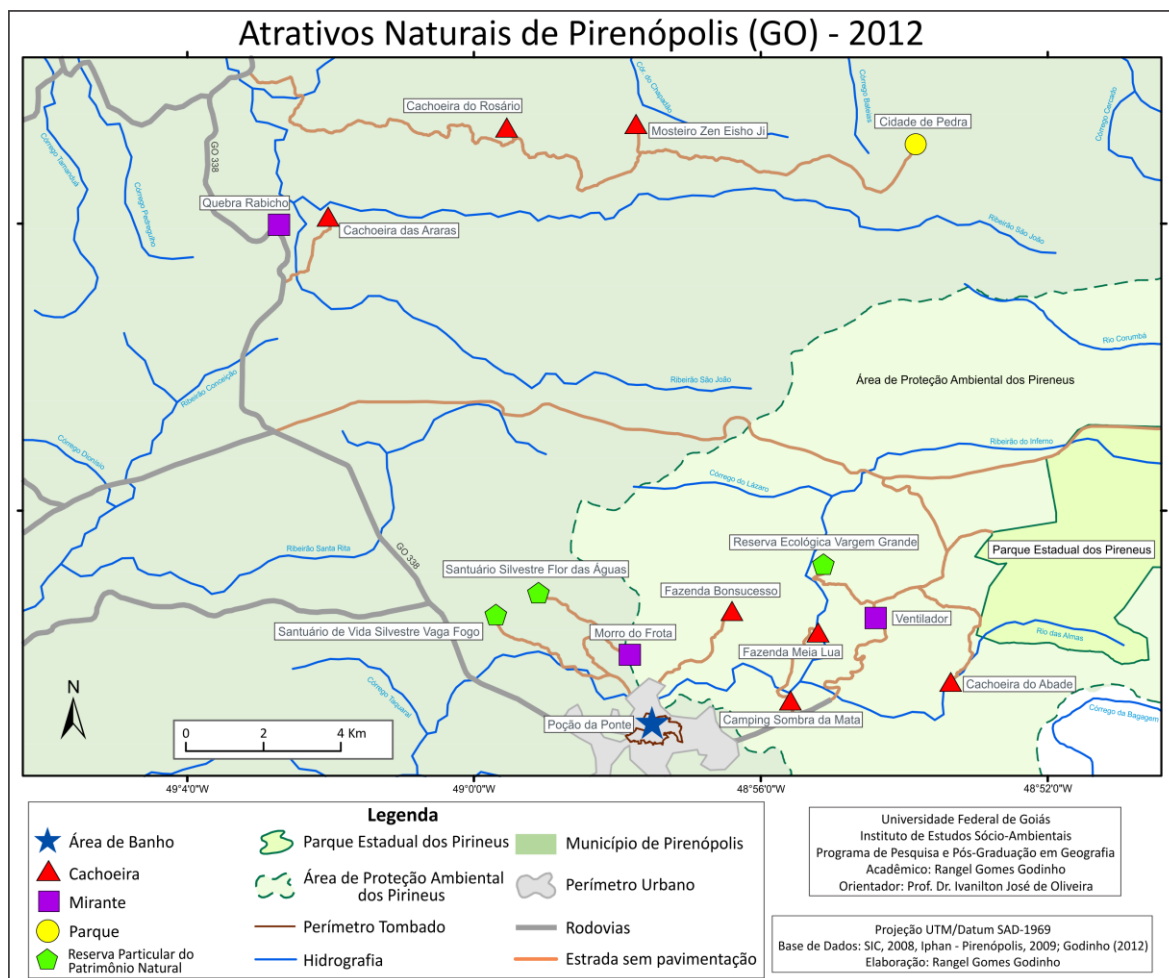


Figura 22: Mapa dos atrativos naturais de Pirenópolis (GO).

Com base na definição de oferta turística<sup>21</sup> proposta por Beni (1998), serão delineados seus diferentes componentes, segundo os empreendimentos turísticos correspondentes às áreas mencionadas.

No norte/noroeste estão 3 (três) empreendimentos (Cachoeira das Araras, Cachoeira Nossa Senhora do Rosário e Mosteiro Zen Eisho - Ji) que oferecem cachoeiras, áreas de banho com praias as margens de rios e vegetação cerradeira como componentes do patrimônio natural incorporado à prática turística.

A Cachoeira das Araras está localizada a 17 km (sendo 2 km sem pavimentação) da cidade. No empreendimento há 3 (três) cachoeiras, as quais são acessadas por uma trilha de 1.800 metros (100 metros até a cachoeira das Araras, 1.500 metros até a cachoeira Paredão e em 1.800 metros se finaliza o percurso, com a cachoeira Renascer). Onde as cachoeiras estão situadas existem área de banho com areia nas margens

<sup>21</sup> “conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar numa determinada região, durante um período determinado de tempo, um público visitante” (BENI, 1998 p. 153).

formando uma pequena praia. No local, a oferta turística também é composta por: estacionamento, quiosques com churrasqueiras, banheiros, área para camping e lanchonete nos finais de semana<sup>22</sup>. A figura 23 apresenta a imagem da cachoeira que dá nome ao local. Não foram encontrados outros elementos que agreguem conhecimento à experiência turística.



Figura 23: Cachoeira das Araras – Pirenópolis (GO). Fonte: <http://cachoeiradasararas.no.comunidades.net>.

Localizado a 36 km (11 km sem pavimentação) da cidade, o empreendimento Cachoeira Nossa Senhora do Rosário (figura 24) comporta uma trilha de 300 metros até a cachoeira principal e outra com 2 quilômetros que leva a um Canyon com 3 (três) cachoeiras. Ainda encontra-se no local: estacionamento, restaurante, redário (área com redes para repouso), banheiros, piscina de pedra e área de camping. Não há outros meios que possibilitem agregar conhecimento à experiência turística.

---

<sup>22</sup> As informações dispostas sobre os atrativos naturais é resultado da síntese de dados compilados da Secretaria Municipal de Turismo (2011, no prelo), com os dados levantados em trabalho de campo realizado entre os dias 31 de janeiro e 03 de fevereiro de 2012 para reconhecimento e georreferenciamento de atrativos turísticos patrimoniais infraestrutura turística e equipamentos suportes, bem como identificação dos recursos de interpretação patrimonial.



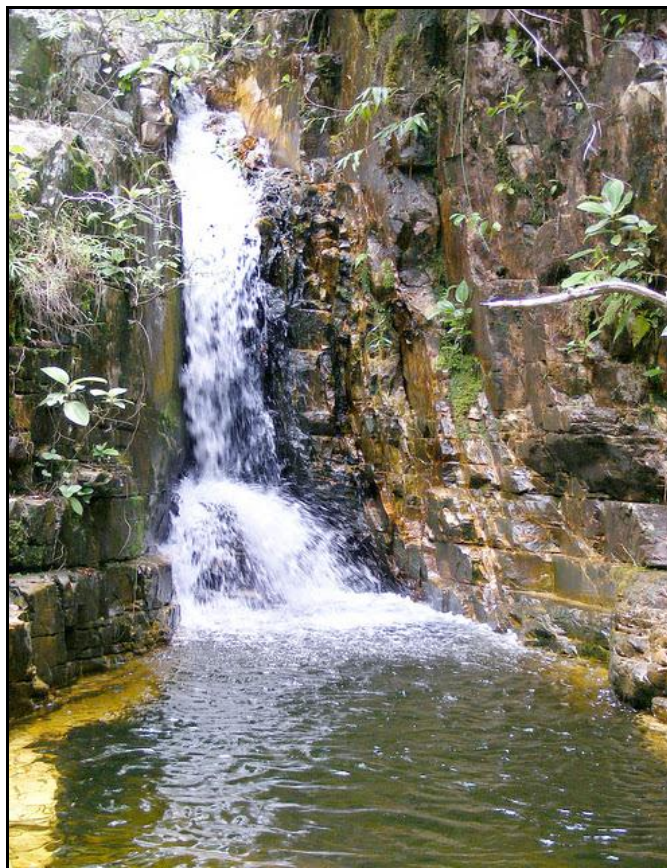


Figura 24: Cachoeira Nossa Senhora do Rosário – Pirenópolis (GO). Autor: Saulo Mendonça.  
Fonte: <http://smendonza.blogspot.com>.

Já o Mosteiro Zen Eisho – Ji (figura 25) oferece um circuito de 4 km passando por 8 (oito) cachoeiras, com possibilidade de banho e contemplação do cerrado. O passeio até as cachoeiras só é permitido com acompanhamento de guia profissional, o qual fornece informações sobre o local e favorece a interpretação patrimonial. Localizado a 43 km (sendo 18 km sem pavimentação) de Pirenópolis é aconselhado o deslocamento até o Mosteiro com carro de suspensão alta. No local constam estacionamento, banheiros e hospedagem com agendamento.

Como parte dos atrativos oferecidos nesta área do município, há ainda o Mirante Quebra Rabicho e o Parque Municipal Cidade de Pedra, os quais são de domínio público. Na margem da rodovia GO 338, a 19 km da cidade, é possível, por meio do mirante Quebra Rabicho, contemplar uma paisagem com beleza cênica singular. Essa é composta pela confluência do Ribeirão São João e Ribeirão Dois Irmãos, por diferentes fitofisionomias do cerrado, assim como veios de quartzo sustentando feições do relevo no formato de cristas, que estendem ao longo da serra local. Embora, no mirante não haja qualquer infraestrutura ou identificação, o que lhe confere a condição de apenas um

corrente na estrada. Isso faz com que o local seja negligenciado como atrativo. A figura 26 permite visualizar a paisagem vista do mirante.



Figura 25: Imagens do Mosteiro Zen Eisho – Ji. Fonte: [www.pirenopolis.tur.br](http://www.pirenopolis.tur.br) (acesso em 23/02/ 2012).

A Cidade de Pedra<sup>23</sup> (figura 27) é outro elemento natural que não tem seu potencial turístico explorado. Pelo decreto municipal nº 1.389/05, de 06 de junho de 2005, esse atrativo foi criado como Monumento Natural Municipal, devido ao alto grau de relevância de suas formações rochosas, endemismo de espécies e beleza cênica. Localiza-se a 56 km de Pirenópolis na área conhecida como Serra de São Gonçalo e possui cerca de 550 hectares. Constam na cidade de Pedra diversas formações rochosas esculpidas em quartzito que constituem cânions, labirintos e formações que lembram animais, feições humanas e figuras geométricas, há também um freqüente aspecto de muralhas e colunas que remetem a ruínas de construções; elementos que podem ser vistos por meio de uma trilha que pode variar de 3 km a cerca de 10 km. Todavia, a visitação está vetada por diversas razões: não há um plano de manejo que oriente o uso da área, roteiros turísticos programados, sinalização apropriada, treinamento de guias e vigilância contra possível depredação do patrimônio. E o acesso é de grande dificuldade, uma vez que a estrada está praticamente intransitável por carro de passeio.

<sup>23</sup> As informações sobre esse Monumento natural foram retiradas do projeto de constituição do Geoparque Pireneus elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil - CPRM, 2010.

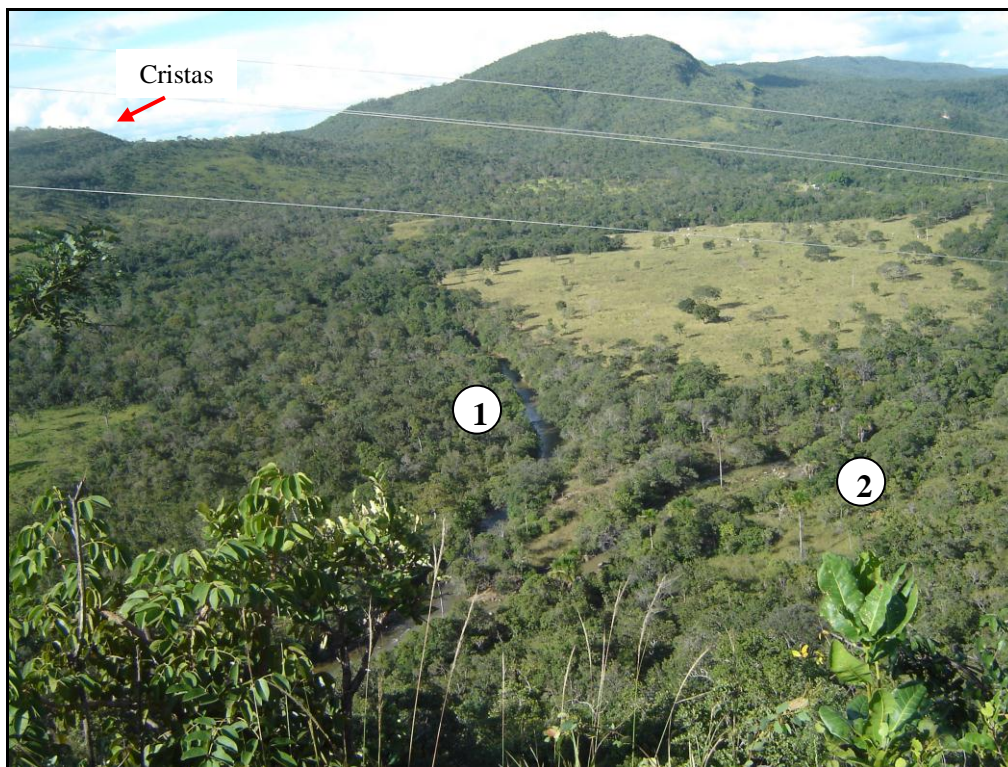


Figura 26: Vista do Mirante Quebra Rabicho, à esquerda, observa-se o Ribeirão Dois Irmãos (1) e à direita, o Ribeirão São João (2). Autor: Rangel Gomes Godinho. Data: 29/11/2008.



Figura 27: Cidade de Pedra – Pirenópolis (GO). Fonte: Projeto Geoparque Pireneus (CPRM, 2010).

Na área urbana, além do patrimônio histórico-arquitetônico, existem também espaços de banho e lazer localizados na orla do Rio das Almas, que corta o centro histórico, os quais são freqüentados por turistas e moradores. Dentre esses espaços, o mais freqüentado se refere ao lugar conhecido como “Poção da Ponte” (figura 28), que

fica perto da Ponte do Carmo (Ponte Velha). Neste local, na margem direita há uma praia, um “campo” de areia para a prática de voleibol (sem infraestrutura - como redes e demarcação), um espaço verde para realização de piquenique e um banheiro público com sanitários masculinos e femininos (em péssimas condições de uso), além de um bar. Na margem esquerda do rio há um campo para jogar futebol de areia (apenas com as traves que delimitam o gol) e outro banheiro público, com sanitários masculinos e femininos (necessidade de manutenção), e outro bar. Esses são os componentes da oferta turística em torno do patrimônio natural urbano. Neste atrativo não há meios que possibilitem que o patrimônio seja interpretado favorecendo a valorização dos recursos naturais.



Figura 28: Poção da Ponte - Atrativo Natural Urbano. Autor: Rangel Gomes Godinho (junho/2009).

Diante do uso turístico da orla do Rio das Almas na área urbana, o IPHAN juntamente com o Ministério do Turismo, propôs um projeto de revitalização denominado Beira Rio, no qual estão previstos investimentos em torno de R\$ 6, 825 milhões em obras. Segundo a Assessoria de Comunicação do órgão as obras realizadas em Pirenópolis vão incluir a requalificação urbana da orla, contemplando a recuperação do paisagismo, de calçadas, ciclovias, mobiliário urbano, iluminação e equipamentos turísticos (IPHAN, 2009).

Em relação aos atrativos localizados na Área de Proteção Ambiental dos Pireneus – APA dos Pireneus e proximidades, são encontrados diversos estabelecimentos que permitem o uso turístico do patrimônio natural. Dentre eles há 3 (três) Reservas Particulares do Patrimônio Nacional (RPPN) e o Parque Estadual dos Pireneus, que são todas unidades de conservação<sup>24</sup> (UC).

O quadro 04 trás informações complementares sobre todas as áreas do patrimônio natural salvaguardadas no município de Pirenópolis.

<b>Quadro 04: Patrimônio Natural que se configura como Unidade de Conservação de Pirenópolis (GO) - 2012</b>						
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>ESCALA</b>	<b>TIPO DE UC</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>ATO LEGAL DE CRIAÇÃO</b>	<b>ÁREA (HA)</b>	<b>MUNICÍPIOS PERTENCENTES</b>
<b>APA da Serra dos Pireneus</b>	Estadual	Uso Sustentável	Área de Projeção Ambiental	Decreto 5.174, de 17/02/2000	19250, 272	Pirenópolis, Cocalzinho e Corumbá
<b>Parque Estadual dos Pireneus</b>	Estadual	Proteção Integral	Parque	Lei 10.321 de 20/11/1987; Decreto 4.830, de 15/10/1987	2847, 347	Pirenópolis, Cocalzinho e Corumbá
<b>Fazenda Vaga Fogo</b>	Federal	Uso Sustentável	RPPN	Portaria 824/1990 - DOU 106 - 04/06/1990	17,00	Pirenópolis
<b>Fazenda Gleba Vargem Grande I</b>	Federal	Uso Sustentável	RPPN	Portaria 93/96-N - DOU 209 - 28/10/1996	390,00	Pirenópolis
<b>Santuário de Vida Silvestre Flor das Águas</b>	Federal	Uso Sustentável	RPPN	Portaria 141/98-N, - DOU 190 - 05/10/1998	43,31	Pirenópolis
<b>Fazenda Arruda</b>	Federal	Uso Sustentável	RPPN	Portaria 35/95-N - DOU 05/06/1995	800,00	Pirenópolis
<b>Santuário Gabriel</b>	Federal	Uso Sustentável	RPPN	Portaria 168/98-N - DOU 245 - 22/12/1998	65,20	Pirenópolis
<b>Canto da Mata</b>	Federal	Uso Sustentável	RPPN	Portaria 17/2009 - DOU 52 - 26/03/2009	3,63	Pirenópolis
<b>PAU TERRA</b>	Federal	Uso Sustentável	RPPN	Portaria 100 - DOU 232 - 05/12/2011	6,33	Pirenópolis

Fonte: Agência Ambiental de Goiás – Secretara do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, disponibilizado no site <http://www.agenciaambiental.go.gov.br> (acesso em 15 de julho de 2011); e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (base de dados IBAMA, ICMBio, MMA) disponibilizado em <http://www.ibama.gov.br> (acesso em 15 de julho de 2011).  
Elaboração: Rangel Gomes Godinho.

Nessa área do município também há os seguintes empreendimentos: Fazenda Bonsucesso, Camping Sombra da Mata, Fazenda Meia Lua e Cachoeira do Abade; e outros atrativos de domínio público: Mirante Morro do Frota e Mirante do Ventilador.

<sup>24</sup> “unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000, Art. 2).

Quanto ao uso turístico das unidades de conservação, Luchiari (2007, p. 36) afirma que

essa aproximação da natureza empreendida pelo homem contemporâneo alimenta-se de uma contradição: enquanto induz e conscientiza para a preservação e a conservação do nosso patrimônio natural, promove a ampliação de sua exploração e de seu consumo.

Para a autora, o patrimônio natural que deve ser preservado é apropriado pelo turismo e insere-se na lógica do capital e da especulação imobiliária, tornando-se atrativo para expansão de empreendimentos turísticos. Afirmativa que será evidenciada a partir da descrição da oferta turística por empreendimento disposto na APA dos Pireneus e proximidade.

A **Fazenda Vaga Fogo** (figura 29) é a primeira RPPN do estado de Goiás, e tem seu nome associado ao córrego conhecido como Vaga Fogo que corta sua área. Situa-se a uma distância de 5 km da cidade, acesso que se dá por via não pavimentada, embora com boas condições de tráfego. No atrativo há uma trilha ecológico-interpretativa de 1.530 metros, a qual se situa sob as copas de árvores centenárias, onde é possível observar, nos estratégicos pontos de descanso, pássaros e macacos (entre outros animais), orquídeas, bromélias e uma grande exuberância de espécies vegetais típicas. A trilha leva a uma área de banho natural, a uma queda d'água (pequena “cachoeira”) e aos locais onde se pode praticar esportes de aventura<sup>25</sup> como arvorismo, rapel, pêndulo (oscilar por entre as árvores da mata) e salto do primata ( que refere-se a um salto para pegar um trapézio). Estacionamento, banheiros, pequena biblioteca, recepção com área de alimentação (oferecem café colonial), redário, orquidário, venda de produtos da fazenda, são outros elementos que compõem a oferta turística.

Na Fazenda a interpretação patrimonial ocorre por meio da trilha interpretativa, a qual é auto guiada por meio de pequenos painéis com figura ilustrativa do percurso da trilha. Nela há também placas com nomes de espécies vegetais. Os produtos oferecidos para venda são resultado do aproveitamento e beneficiamento de frutos do cerrado e produtos de agricultura orgânica. Funcionam como meio para conhecimento gastronômico da área, e seu modo de preparo é explicitado quando questionado pelo turista. Há ainda uma biblioteca, com diversos livros que tratam da história de Pirenópolis e seus componentes físico-naturais, animais e vegetais; e na recepção é possível obter mais informações sobre parte da fauna e flora do lugar.

---

<sup>25</sup> Informações sobre a trilha e esportes de aventura foram retiradas do site: <http://www.vagafogo.com.br> (acesso em 16 de janeiro de 2012).



Figura 29: Elementos presentes na recepção da Fazenda Vaga Fogo. Autor: Rangel Gomes Godinho (janeiro/2012).

Na RPPN **Fazenda Gleba Vargem Grande I** está o empreendimento denominado de Reserva Ecológica Vargem Grande (figura 30), local que contém uma trilha interpretativa (constam placas feitas em rochas com nome de espécies vegetais e orientações de uso do local) que permite contemplar diferentes fitofisionomias do cerrado e se bifurca em dois caminhos, cada qual levando a uma cachoeira específica. Com 500 metros o menor caminho é calçado com rochas (favorece o acesso para deficientes físicos) e leva à cachoeira Santa Maria, o maior com 1.300 metros tem como destino a cachoeira do Lázaro. Nas duas cachoeiras há uma área de banho com praia no entorno, destaca-se a presença de profissionais salva-vidas nesses locais durante os fins de semana. A uma distância de 11 km da cidade (7 km sem pavimentação), o lugar dispõe de estacionamento, recepção, loja de conveniências, duas lanchonetes e banheiros.

O **Santuário de Vida Silvestre Flor das Águas** (figura 31), conhecido ainda como Sítio Santa Clara é uma unidade de conservação criada pela Fundação Pró-Natureza (Funatura)<sup>26</sup> voltada para a educação ambiental, conservação e preservação da fauna, flora e dos recursos hídricos, além do uso sustentável por meio do ecoturismo na

<sup>26</sup> Os dados sobre o Santuário de Vida Silvestre Flor das Águas foram retirados do site da Fundação Pró-Natureza (Funatura) <http://funatura.org.br> (acesso 17 janeiro de 2012).

região. Situa-se nas proximidades da APA - Pireneus a 4,4 km de Pirenópolis e faz divisa com a RPPN Santuário de Vida Silvestre Vaga Fogo e com a área de captação de água que abastece cerca de 40% da população da cidade de Pirenópolis.

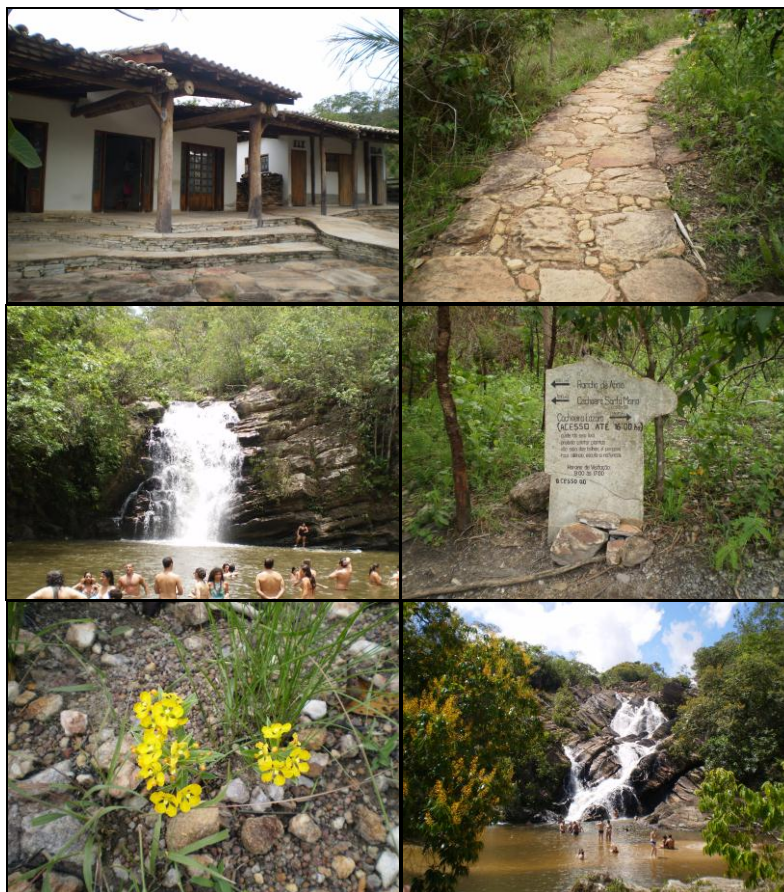


Figura 30: Reserva Ecológica Vargem Grande. Autor: Rangel Gomes Godinho (junho/2009).

Nesse Santuário estão dispostos os seguintes atrativos: trilha interpretativa denominada de trilha da Loba (um circuito com 2,2 km de extensão, como passarelas, pontes, escadas, mirantes e pontos de descanso) e córrego Vaga Fogo (oferece locais para banho e áreas de contemplação da paisagem). Outras estruturas também compõem a oferta turística, tais como: centro de Apoio à Pesquisa e Educação Ambiental – CEAPE (local para realização de atividades de educação ambiental, cursos e treinamentos e recepção dos visitantes), área de camping com capacidade para abrigar até 40 barracas, estacionamento que conta com presença de um guarda-parque que reside na reserva e trabalha em período integral.





Figura 31: Santuário de Vida Silvestre Flor das Águas. Fonte: Fundação Pró-Natureza (Funatura), disponibilizado em <http://funatura.org.br> (acesso 17 janeiro de 2012).

O **Parque Estadual dos Pireneus** compreende uma área que contempla parte dos municípios de Cocalzinho, Corumbá e Pirenópolis, a qual foi salvaguardada com o objetivo de proteger a fauna, a flora, os mananciais e seu entorno, preservando sítios naturais de relevância ecológica e importância turística. Dentre esses, pode-se destacar o Pico dos Pireneus (também chamado de Pico da Capela, é divisor de águas entre as bacias hidrográficas do Tocantins-Araguaia e Paraná), o morro Cabeludo (figura 32), diferentes fitofisionomias de cerrado e as nascentes do rio das Almas e do rio Corumbá. Nessa área, é possível encontrar aves endêmicas e migratórias, mamíferos tais como o macaco prego, veado mateiro e tamanduá-bandeira, entre outros animais.

O Pico dos Pireneus configura-se como o mirante de maior altitude na região, com 1385 metros de altitude. Em seu entorno é celebrada a chamada Festa do Morro (realizada no mês de julho), que faz parte do folclore local e atrai centenas de pessoas para o lugar. Desse mirante é possível ter uma visão panorâmica (figura 33) da vegetação do cerrado de altitude, nascentes de rios que permeiam a região e das feições geológicas e geomorfológicas características da área.

Situando-se a 20 km (17 km sem pavimentação) da área urbana de Pirenópolis, o Parque é administrado pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (SEMARH). Contudo, mesmo diante do potencial turístico do Parque há apenas um portal de recepção, o qual está depredado, e um guarda - ambiental responsável pelo

monitoramento de toda a área. Não conta com mais equipamentos de suporte como, estacionamento, banheiros, sinalização turística interna, ou mesmo plano de manejo aprovado que subsidie o uso sustentável do Parque.

A entrada no Parque é gratuita e, para visitá-lo, é recomendado ir acompanhado por guia turístico profissional a fim de favorecer o reconhecimento dos principais objetos turísticos da área, que não são identificados por qualquer tipo de sinalização.

Destaca-se que o Parque dos Pireneus também é um espaço de tráfego entre Pirenópolis e Cocalzinho de Goiás, já que é cortado pela rodovia.



Figura 32: Morro do Cabeludo. Autor: Rangel Gomes Godinho (janeiro de 2012).



Figura 33: Vista panorâmica do Pico dos Pireneus em direção a cidade de Pirenópolis (GO). Autor: Rangel Gomes Godinho (novembro/2008).

O empreendimento denominado **Fazenda Bonsucesso**<sup>27</sup> (figura 34) oferece para uso turístico 6 (seis) cachoeiras distribuídas em uma trilha de 1.500 metros. As cachoeiras são dispostas segundo essa ordem: Açude, Landi, Palmito, Pedreira,

---

<sup>27</sup> Informações sobre Fazenda Bonsucesso, Camping Sombra da Mata e Fazenda Meia Lua, foram levantadas em trabalho de Campo realizado no dia 24 de maio de 2010.

Bonsucesso e Lagoa Azul. No local também é possível praticar cavalgada durante o fim de semana e feriados.

A uma distância de 4 km de Pirenópolis, o local dispõe de estacionamento, loja de doces e artesanato, banheiros e restaurante (esse funciona somente nos sábados, domingos e feriado). O percurso da trilha é orientado por placas (em mau estado de conservação) que indicam a localização das cachoeiras. A dificuldade de acesso é aumentada à medida que se avança no caminho; já no local específico de cada atrativo há uma placa com o nome da cachoeira e sua profundidade.

Na recepção é fornecido aos turistas um pequeno mapa dos atrativos ali contidos (que funciona como recurso interpretativo), no qual constam a distribuição das cachoeiras com a respectiva profundidade da área de banho inerente a elas, bem como a localização de antiga pedreira, da recepção, do estacionamento e uma referência sobre calçada de pedra construída no século XVIII presente na trilha.

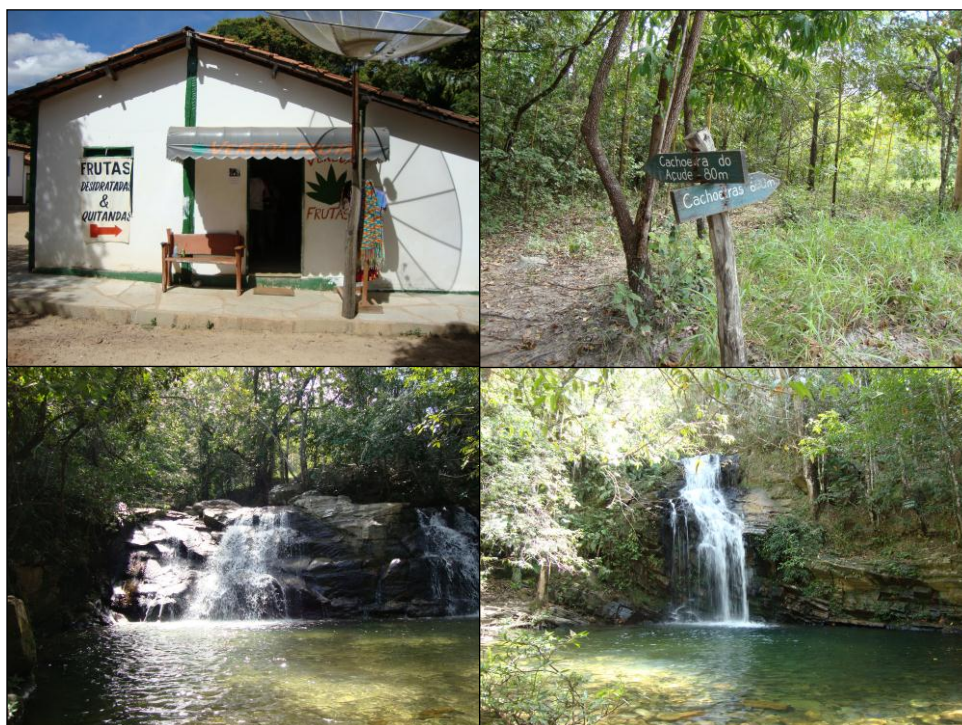


Figura 34: Fazenda Bonsucesso - Pirenópolis (GO). Autor: Rangel Gomes Godinho (maio de 2010).

Fora do contexto de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) há também o **Camping Sombra da Mata/Cachoeira Usina Velha**, situado a 3,5 km (500 metros sem pavimentação) da cidade de Pirenópolis. O estabelecimento oferece diversas áreas de banho em pequenos poços e corredeiras ao longo do ribeirão do Inferno, área de camping e, especialmente, acesso à cachoeira Usina Velha (figura 35); cuja origem

relacionada à construção de antiga usina hidrelétrica do município desativada há muitos anos. Foi sua estrutura que possibilitou a formação de uma queda da água que atrai vários turistas.

A infraestrutura do local é formada por recepção, banheiros e estacionamento, não constam demais equipamentos que motivem a interpretação patrimonial.

A **Fazenda Meia Lua** está a cerca de 5 km (2 km sem pavimentação) da cidade de Pirenópolis. No local consta uma trilha de 200 metros (parte formada por escadarias de madeira) que permite contemplar fitofisionomias de cerrado conservado e chegar à cachoeira Meia Lua (figura 36). O empreendimento é composto também por recepção, estacionamento, lanchonete e banheiros.



Figura 35: Cachoeira Usina Velha - Pirenópolis (GO). Autor: Rangel Gomes Godinho (maio de 2010).

Destaca-se que para chegar a esse lugar é preciso passar pela entrada do Camping Sombra da Mata e pela área municipal de extração de rochas denominada de Pedreira da Prefeitura. Na estrada podem-se observar áreas de extração abandonadas, por terem atingido o lençol freático. Isso ocasiona um contraste na paisagem, pois fica evidente o conflito entre conservação e degradação ambiental. A figura 37 possibilita visualizar esse fato, que funciona como elemento negativo na interpretação patrimonial.



Figura 36: Cachoeira Meia Lua - Pirenópolis (GO). Autor: Rangel Gomes Godinho (maio de 2010).



Figura 37: Pedreira da Prefeitura, depósito de rejeitos e área de extração abandonada na estrada de acesso à cachoeira Meia Lua - Pirenópolis (GO). Autor: Rangel Gomes Godinho (maio de 2010).

O empreendimento **Cachoeira do Abade** (figura 38) possui duas cachoeiras dispostas em diferentes trilhas, uma com 400 metros leva a cachoeira do Abade e conta com um mirante, outra com 300 metros dá acesso à cachoeira do Canyon; ambas as cachoeiras contam com praia e área de banho. Destaca-se que as trilhas são

interpretativas, uma vez que há uma sinalização na forma de placa, que fornece informações sobre espécies vegetais, e também orienta a localização de áreas de banho em determinadas partes da trilha.

A uma distância de 15 km (12 km sem pavimentação), o estabelecimento conta com uma infraestrutura formada por recepção, banheiros e redário. No local também consta como atrativo turístico a prática de rapel na cachoeira do Abade.

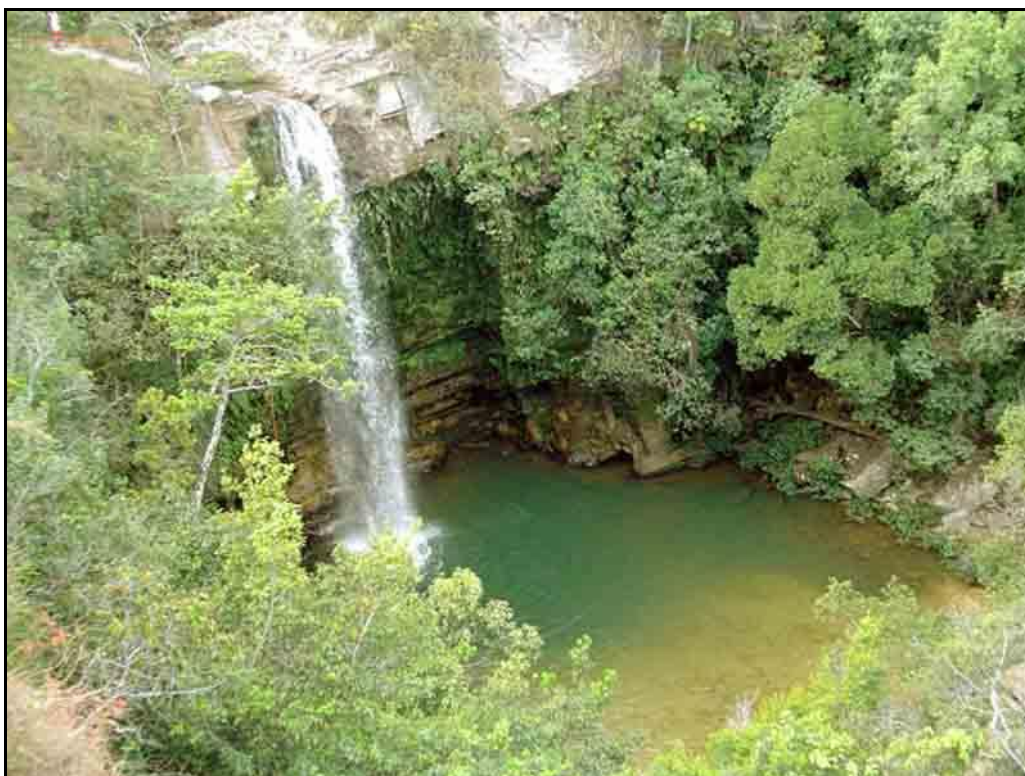


Figura 38: Cachoeira do Abade - Pirenópolis (GO). Fonte: <http://mochileiro.tur.br/cachoeiraspiri.htm>

Outro atrativo natural refere-se ao **Mirante Morro do Frota**, o qual localiza-se a 3,5 km da cidade de Pirenópolis. O Morro é sustentado sobre quartzitos, sendo o ponto de maior altitude nas proximidades do perímetro urbano. Esse Mirante destaca-se por permitir uma visão panorâmica da cidade, possibilitando ao turista um olhar privilegiado de todo o sítio urbano, bem como das pedreiras e área com vegetação preservada. A figura 39 permite visualizar a posição estratégica do Morro do Frota e a figura 40 a visão a partir do Morro em direção da cidade.

É interessante compreender que, conforme explica Luchiari (2007, p. 25), “a natureza, tornada patrimônio, herança e memória, é materialidade que se expressa a nós na paisagem. O olhar dos viajantes, dos cientistas, dos turistas busca na interpretação das paisagens, a classificação do mundo”.



Figura 39: Posição do Morro do Frota em relação a área urbana. Autor: Renato O. Jesus (maio/2008)



Figura 40: Visão da cidade de Pirenópolis (GO) a partir do Morro do Frota. Autor: Rangel Gomes Godinho (janeiro/2012).

Entretanto, observa-se a negligência do poder público quanto a esse mirante, pois não há sinalização ao longo da estrada (sem pavimentação e péssimo estado de conservação) que dá acesso ao local (e também à RPPN Flor das Águas) que oriente o deslocamento até ao topo. Não existe área de estacionamento próximo ao mirante,

banheiro, ou mesmo placa de identificação do lugar. Portanto, inexistem equipamentos que subsidiem e favoreçam a interpretação patrimonial. Embora esse local seja um ponto estratégico para estimular o olhar do turista, pois permite visualizar diferentes formas de uso e ocupação.

O **Mirante do Ventilador** está localizado na APA dos Pireneus, a 8 km da cidade pirenopolina, e possui uma posição estratégica, uma vez que está na margem da estrada que dá acesso a vários atrativos naturais, tais como: a Cachoeira do Abade, Reserva Ecológica Vargem Grande I e Parque Estadual dos Pireneus.

Deste ponto na estrada é possível avistar ao longe a cidade de Pirenópolis e uma grande área ocupada por pedreiras de extração de quartzito (figura 40). É notável o grande impacto visual gerado pela Pedreira da Prefeitura, além de outros pequenos pontos de extração de quartzito próximos à cidade. A uma altitude de 1.136 metros, o Mirante fornece ainda visão privilegiada das serras ao norte da cidade.

Contudo, nesse atrativo não há nenhum equipamento turístico ou meio que instigue e motive o turista a valorizar as riquezas naturais componentes do patrimônio natural. Nota-se que esse atrativo não é sinalizado nas placas turísticas e ainda no local não consta nada que o identifique.

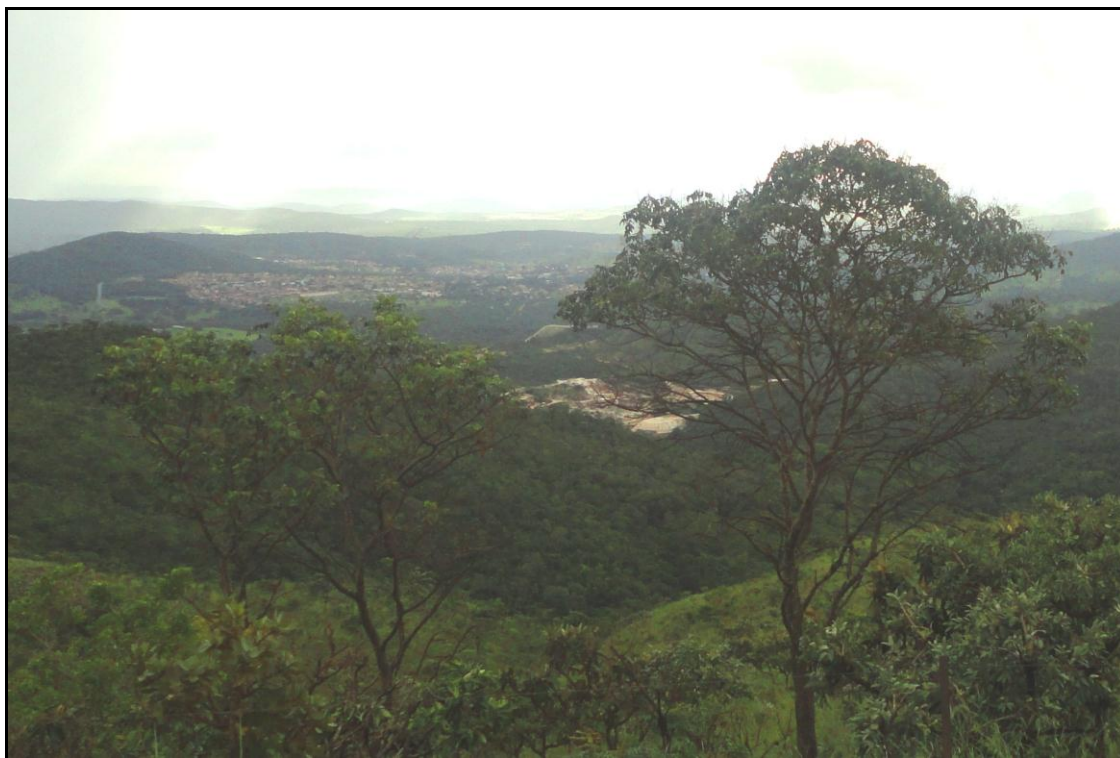


Figura 41: Vista do Mirante do Ventilador em direção a cidade de Pirenópolis (GO). Autor: Rangel G. Godinho (janeiro de 2012).



O quadro 05 apresenta de forma sintética as informações quanto à presença de recursos interpretativos e demais informações de interesse turístico sobre os espaços que possuem atrativos componentes do patrimônio natural.

A partir dos dados inseridos do quadro e de outras informações dispostas no texto, pode-se compreender que a oferta turística relacionada ao uso turístico do patrimônio natural apresenta variações quanto aos atrativos, infraestrutura e recursos interpretativos. Com base nesses três elementos será estabelecida uma análise segundo a distribuição geográfica dos espaços turísticos.

Observa-se que nas proximidades da GO 338 ao norte/noroeste da cidade a oferta turística é composta por cachoeiras com área de banho (total de 15 cachoeiras), piscina de pedra, trilha e contemplação paisagística de elementos da flora e fauna do cerrado, bem como de aspectos geológicos e geomorfológicos (estruturas rochosas e modelado do relevo). A infraestrutura que subsidia as atividades turísticas nos empreendimentos particulares se resume a recepção, estacionamento, banheiros, restaurante/lanchonete, quiosques com churrasqueiras, área para camping e redário. Quanto aos meios para interpretação patrimonial, foi identificada somente a presença de guia profissional (opcional) como forma de agregar conhecimento à experiência turística durante o trajeto aos atrativos. Ressalva-se que as trilhas funcionam somente como caminhos.

Silva e Silva (2007, p.35) explicam que os guias de turismo ou condutores de visitantes, ao instruírem os turistas, fornecendo as informações necessárias para um comportamento adequado durante os momentos de visitação aos atrativos naturais, podem passar importantes ideias sobre os conceitos de meio ambiente, e assim influenciar mudanças comportamentais, ampliando a compreensão a respeito das questões socioambientais. Destaca-se que em Pirenópolis há 15 (quinze) guias turísticos cadastrados no Ministério do Turismo, mas a contratação não é obrigatória para qualquer um dos atrativos.

Em relação aos atrativos de domínio público, inexistem infraestrutura de suporte ao turismo, assim como subsídios que motivem o envolvimento do turista com o patrimônio natural.

Na área urbana há somente um atrativo natural, que se constitui em uma área de banho no Rio das Almas, na qual constam banheiros e estabelecimentos para alimentação como equipamentos de suporte ao uso turístico. Nesse espaço não constam meios para interpretação patrimonial.

**Quadro 05: Patrimônio Natural incorporado a atividade turística, Recursos Interpretativos e Informações de interesse turístico Pirenópolis (GO) - 2012**

IDENTIFICAÇÃO	DISTANCIA DA CIDADE	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	VALOR DE VISITAÇÃO	RESPONSÁVEL	CONTATO	CATEGORIA	ATRATIVOS	RECURSOS INTERPRETATIVOS
<b>Cachoeira das Araras</b>	17 km	Todos os dias das 8 h às 17 h	R\$ 12,00	Nilson	3331-2309 9931-4686	Cachoeira	Três cachoeiras com área de banho; Contemplação paisagística; Área de banho as margens do Ribeirão São João; Camping	Inexiste
<b>Mirante Quebra Rabicho</b>	19 km	-----	-----	-----	-----	Mirante	Contemplação paisagística	Inexiste
<b>Cachoeira Nossa Senhora do Rosário</b>	36 km	Todos os dias das 8 h as 16 h	R\$ 20,00	Demócrito Pereira	3331-1029 9952-8515	Cachoeira	Quatro cachoeiras com área de banho; Piscina de pedra; Contemplação paisagística	Inexiste
<b>Mosteiro Zen Eisho-Ji</b>	43 km	Todos os dias das 8 h as 16 h	R\$ 20,00	Valdeir	9643-0452 9927-3760	Cachoeira	Trilha com acesso a 8 cachoeiras com área de banho; Contemplação paisagística	Guia
<b>Parque Municipal Cidade de Pedra</b>	44 km	-----	-----	-----	-----	Parque	Contemplação paisagística	Inexiste
<b>Parque Estadual dos Pireneus</b>	20 km	-----	-----	-----	-----	Parque	Contemplação paisagística; Pico dos Pireneus; Morro Cabeludo	Inexiste
<b>Fazenda Bonsucesso</b>	4 km	Todos os dias das 9 h as 17 h	R\$ 12,00	Luiz Artur	9605-1176 9659-7501	Cachoeira	Seis cachoeiras com área de banho; Contemplação paisagística; Cavalgada	Folder; Placas (nome e profundidade)
<b>Camping Sombra da Mata</b>	3,5 km	Todos os dias das 8 h as 17 h	R\$ 10,00	Adair Teodoro Amorim	9622-2957	Cachoeira	Cachoeira Usina Velha; Camping; Área de banho as margens do Ribeirão do Inferno	Inexiste
<b>Fazenda Meia Lua</b>	5 km	Todos os dias das 8 h as 17 h	R\$ 10,00	Adair Teodoro Amorim	9622-2957	Cachoeira	Cachoeira Meia Lua; Área de banho as margens do Ribeirão do Inferno	Inexiste
<b>Cachoeira do Abade</b>	15 km	Todos os dias das 9 h as 16h.	R\$ 10,00	Tibor Luiz - Índio	8145-9597 9132-9694	Cachoeira	Mirante; Cachoeira do Abade; Cachoeira do Canyon	Trilha interpretativa
<b>Mirante do Ventilador</b>	8 km	-----	-----	-----	-----	Mirante	Contemplação paisagística	Inexiste
<b>Mirante Morro do Frota</b>	3,5 km	-----	-----	-----	-----	Mirante	Contemplação paisagística	Inexiste
<b>Santuário de Vida Silvestre Flor das Águas</b>	4,4 km	Todos os dias das 8 h as 17 h.	R\$ 10,00	Luciano Gomes de Castro	9983-1559 9112-4317	Unidade de Conservação	Trilha; Área de banho no córrego Vaga Fogo	Trilha interpretativa
<b>Reserva Ecológica Vargem Grande</b>	11 km	Todos os dias das 9 h as 17 h	R\$ 20,00	Élcio Inácio Gomes	3331-3071 3331-1171	Unidade de Conservação	Duas Cachoeiras (Santa Maria e do Lazaro); Contemplação paisagística	Trilha interpretativa
<b>Fazenda Vaga Fogo</b>	5 km	Todos os dias das 9 h as 17 h	R\$ 14,00	Evandro Engel Ayer	3335-8515 9115-0376	Unidade de Conservação	Trilha ecológico-interpretativa; Esportes de aventura; Contemplação paisagística; Café colonial	Trilha interpretativa; Biblioteca; Orquidário; Loja
<b>Poção da Ponte</b>	0	-----	-----	-----	-----	Área de Banho	Área de banho as margens do Rio das Almas	Inexiste

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Pirenópolis - no prelo (2011); Projeto Geoparque Pireneus da CPRM (2010); e inventário elaborado a partir de trabalho de campo realizado no município de Pirenópolis (GO) entre os dias 31 de janeiro e 03 de fevereiro de 2012 para o reconhecimento e georreferenciamento dos atrativos turísticos patrimoniais, infraestrutura turística e equipamentos suportes, bem como identificação dos recursos de interpretação patrimonial. Elaboração: Rangel Gomes Godinho.

Quanto aos espaços turísticos localizados na APA dos Pireneus e proximidades, há uma maior diversidade da oferta turística em relação ao número de atrativos, infraestrutura e recursos interpretativos. Cachoeiras e corredeiras com área de banho, trilhas interpretativas, prática de esportes de aventura e contemplação paisagística são os atrativos encontrados nessa área. A infraestrutura nos empreendimentos turísticos é composta por recepção, estacionamento, banheiros, área de alimentação (lanchonete e restaurante), redário, loja de doces e artesanatos; já os recursos interpretativos se constituem em trilhas interpretativas, biblioteca com acervo sobre Pirenópolis e orquidário. Nos atrativos naturais de domínio público consta somente um portal de entrada no Parque Estadual dos Pireneus como infraestrutura suporte; não foi identificado nenhum componente que relacione uso turístico e interpretação do patrimônio.

Nessa área é possível evidenciar a diferença do uso turístico dos elementos naturais nas RPPN em relação aos demais espaços turísticos. Nas 3 (três) RPP, que se pautam na conservação ambiental, há maior diversidade de atrativos naturais e recursos interpretativos, uma vez que somente 2 (dois) de 7 (sete) outros locais oferecem algum meio que estimule maior conhecimento do patrimônio natural.

Para uso turístico do patrimônio ambiental é necessário um conjunto de objetos técnicos que subsidiem a prática social do turismo. Diante disso, nesse trabalho enfatiza-se a infraestrutura de estradas e sinalização turística como importantes artifícios para o desenvolvimento das atividades turísticas. Nesse sentido, o uso turístico do patrimônio natural é penalizado, pois a sinalização turística não faz referência a todos os atrativos naturais, além de serem insuficientes quanto a sua distribuição geográfica no município; já o acesso aos atrativos naturais ocorre somente por vias vicinais não pavimentadas (com exceção da área urbana e do Mirante Quebra Rabicho). Isso exige constante manutenção das vias, principalmente no período chuvoso, uma vez que os acessos podem ficar intransitáveis, em especial aqueles que levam aos atrativos localizados no entorno da APA dos Pireneus, devido aos declives e aclives presentes durante o trajeto.

### **3.4. Recursos que, de modo geral, subsidiam a prática turística e a interpretação do Patrimônio em Pirenópolis**

Como subsidio à prática turística e interpretação do patrimônio ambiental há em Pirenópolis um Portal Turístico na principal entrada da cidade – confluência da Av. Benjamin Constant com a GO 338 e GO 225, o qual funciona como centro de recepção ao turista, onde

é possível adquirir informações diversas sobre os atrativos turísticos e mapa turístico do município. Localizado na Rua do Bonfim, já na parte central da cidade, existe um Centro de Atendimento ao Turista (CAT), o qual oferece gratuitamente informações sobre a diversidade dos atrativos, sua localização, folders de alguns empreendimentos, mapa turístico, entre outros. Nesse local, também constam fotografias dos atrativos, banheiros públicos, espaço para comercialização de produtos artesanais e alimentícios produzidos no município. Ele funciona ainda como ponto de concentração dos guias turísticos, os quais favorecem a interpretação patrimonial no ato de acompanhar os turistas e fornecer informações sobre os lugares/atrativos visitados, atendem tanto o patrimônio cultural como o natural. Constam também na cidade 5 (cinco) empresas de agenciamento turístico: Drena Ecoturismo e Aventura; Sananah Ecoturismo; Brasil Central Turismo Responsável; Padilha Ecoturismo; e Morro Alto Turismo. Essas podem funcionar como meio de interpretação do patrimônio ao ofertarem diferentes atividades que contemplam o uso turístico do patrimônio ambiental pirenopolino em parceria com os empreendimentos considerados no trabalho e assim direcionar de forma seletiva o olhar do turista.

Em Pirenópolis foram encontrados dois mapas e um guia que funcionam como meio para interpretação patrimonial. Ressalva-se que o guia e um dos mapas são recursos que se encontram a venda, 5,00 R\$ e 2,00R\$ respectivamente. O primeiro apresenta informações em dois idiomas (português e inglês) sobre a história de Pirenópolis e quanto ao patrimônio cultural (material e imaterial) e natural listado neste trabalho. Nele há os seguintes elementos: uma planta da cidade; uma figura ilustrativa que aponta a direção dos atrativos turísticos; outra figura que além de mostrar a distribuição espacial dos atrativos, trás sua distância em relação a cidade; informações sobre estabelecimentos que oferecem serviços gastronômicos, de hospedagem, artesanato e demais serviços como lavanderias, isso na forma de cartões de visita.

Quanto aos mapas, existem dois diferentes mapas turísticos que se desdobram em formato de folder, um no valor referenciado acima e outro gratuito. O primeiro elaborado por iniciativa particular apresenta dois lados, um com informações em forma de cartão de visitas sobre 10 (dez) pousadas, 8 (oito) equipamentos alimentícios, 1 (um) local com serviços de internet - Lan House e 1 (um) estabelecimento comercial de cosméticos. O outro lado trás um mapa com a distribuição e fotografias dos diversos atrativos turísticos do município.

O mapa gratuito, elaborado com cooperação entre poder público e associações relacionadas ao turismo<sup>28</sup>, apresenta informações sobre a localização dos diversos atrativos turísticos do município e no verso há informações (em português e inglês) referentes à: histórica de Pirenópolis; ao patrimônio cultural material na forma de roteiro turístico; também sobre a Festa do Divino Espírito Santo – Cavalhadas; quanto ao artesanato; uma breve informação sobre o Parque Estadual dos Pireneus; e telefones úteis. Destaca-se que o conteúdo cartográfico dos dois mapas turísticos será analisado no próximo capítulo.

O guia permite um conhecimento geral sobre a oferta turística de Pirenópolis, isso em relação disposição de informações sobre o patrimônio ambiental e equipamentos turísticos. Os mapas turísticos que se constituem folders ajudam, assim como o guia, a ter um conhecimento relativo da oferta turística, e apresentam problemas cartográficos que serão discutidos posteriormente.

---

<sup>28</sup> Prefeitura de Pirenópolis, Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, Associação dos condutores de visitantes de Pirenópolis – ACVP, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL, Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH, Ministério do Turismo, Governo de Goiás, e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

## Capítulo 4

### CONTRIBUIÇÕES DA CARTOGRAFIA TURÍSTICA À INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

O presente capítulo está subdividido em 2 (duas) partes que permitirão compreender como a Cartografia Turística pode contribuir para interpretação do patrimônio ambiental, tendo como base a área de estudo desse trabalho – Pirenópolis.

Primeiro serão abordados os pressupostos teórico-metodológicos acerca da Cartografia Turística, considerando-a como uma vertente da Cartografia Temática. Na sequência, dar-se-á, ênfase ao papel dos mapas relacionados à atividade turística, destacando-os como produtos essenciais em um processo de interpretação do patrimônio cultural e natural.

#### **4.1. Cartografia Turística: Aspectos Teórico-Metodológicos**

A Cartografia Turística, também denominada de Cartografia do Turismo, é um campo específico da Cartografia Temática, área do conhecimento que, de acordo com Martinelli (2011, p.27) refere-se ao domínio dos mapas temáticos.

Bertin (1988, p. 45) afirma que a cartografia moderna desenvolve-se em duas direções principais: uma voltada à ampliação das escalas, no intuito de aprimorar a imagem das referências naturais; e outra que se propõe acrescentar as referências naturais os fenômenos de interesse para tomada de decisão, sejam eles visíveis ou não.

É considerando a segunda direção apontada por Bertin (1988) que há o envolvimento da Cartografia com o estudo do turismo. Nesse sentido, Martinelli (1996, p. 296) afirma que a cartografia do turismo seria responsável pela sistematização dos mapas turísticos, a fim de incrementar uma cartografia que sugerisse orientações para o aproveitamento racional e consciente da natureza. O autor defende que a Cartografia, como representação gráfica que se insere na comunicação visual, é de grande impacto na motivação do turismo. Portanto, há uma imagem visual do lugar que atrai o turista e outra imagem visual – a do mapa.

Fernandes; Menezes; Silva (2008, p. 3) sintetizam que a Cartografia turística é a apresentação da informação turística sob a forma gráfica, dando origem aos mapas turísticos.

Quanto ao uso dos mapas turísticos, Oliveira (2005, p. 31) elucida que seu emprego pode ocorrer nas etapas de diagnóstico da potencialidade turística, a fim de favorecer a implantação de um espaço turístico (mapas para o turismo); na implementação ou

consolidação de uma atividade turística (mapas para turistas); e na avaliação dessa atividade (mapas sobre o turismo), fato que demonstra como a cartografia contribui para o planejamento do turismo.

Fernandes; Menezes; Silva (2008, p. 3) argumentam que os mapas turísticos podem ser trabalhados em duas vertentes bem distintas: nível do planejamento e nível de orientação turística, voltada para o turista. Esse segundo nível favorece a apresentação da informação de maneira clara e precisa, visando informar sobre as principais características do sítio turístico de interesse, bem como ajudar no melhor planejamento das atividades de visitas e coordenação do tempo disponível ao turista.

Diante do exposto, é possível compreender que há duas formas de conceber os mapas turísticos, uma voltada ao planejamento do turismo e outra que visa à comunicação com o turista, ambas envolvem da tomada de decisão.

a cartografia turística apresenta-se como uma ferramenta para retratar a estrutura (arranjo espacial), funcionalidade e dinâmica do espaço geográfico de interesse turístico através de documentos cartográficos, que visem facilitar a tomada de decisões por parte dos planejadores do turismo e do turista (FERNANDES, MENEZES, SILVA, 2008, p. 4).

É preciso compreender que o mapa turístico, enquanto expressão da linguagem cartográfica, assim como outro mapa temático, conforme explica Oliveira (2005, p. 31) é uma representação gráfica, que se configura numa forma particular de comunicação visual, cuja principal característica é a monosssemia, no sentido de haver um significado único na compreensão das relações retratadas no mapa.

A cartografia temática, que visa à monosssemia, é uma linguagem que tem seus pressupostos delineados com base na teoria da Semiologia Gráfica de Jacques Bertin (1973) e na teoria da escola alemã de psicologia, denominada de Gestalt. A primeira trabalha com o nível monossêmico de imagens, construindo um sistema semântico pelas regras relacionadas à escolha dos signos baseando-se na análise da informação. Às diferentes naturezas da informação (qualitativa, ordenada ou quantitativa) são associadas diferentes variáveis visuais (tamanho, cor, granulação/textura, valor/intensidade, orientação e forma), que são transcrições da informação para linguagem gráfica. A escolha correta da variável garantirá que a transcrição visual seja fiel à natureza original das relações entre os dados, sem margem para transmissão de mensagens errôneas ou ambíguas (RIZZI, 2003, p. 2; OLIVEIRA, 2005, p. 33).

Já a Gestalt, conforme explica Rizzi (2003, p. 3), trata das relações entre as partes de uma composição visual, afirmando o princípio que sempre vemos as coisas através de um conjunto de relações.

Assim, Oliveira (2005) explica que ao se olhar para um mapa o que chama a atenção primeiramente é a imagem formada pelo conjunto de signos. Contudo, a compreensão da mensagem cartográfica depende da utilização de dois sistemas de percepção: o sonoro e o visual. O primeiro aparece no título, indicando o lugar, o tema e o recorte temporal, bem como na legenda. E o segundo na composição da imagem, pelo uso das variáveis visuais. O autor também elucida, com base em Teixeira Neto (1986) e Martinelli (1991, 1996, 1997), que um mapa deve retratar as relações que se estabelecem entre os objetos e os fenômenos e não a exaltação das relações entre significante (o estímulo físico, o desenho) e significado (a idéia).

Nesse sentido, Oliveira (2005, p. 32) e Martinelli (2011, p. 30) defendem que a monossemia ocorre a partir da busca em retratar visualmente as relações fundamentais que os objetos podem apresentar entre si, as quais podem ser descritas como relações de proporção, de ordem ou de seletividade. Com isso, todo usuário de uma representação cartográfica deve ser capaz de compreender a mesma mensagem, desde que consiga decodificar as relações apresentadas que são expressas nos signos utilizados na legenda e dispostas sobre o mapa.

Deste modo, Martinelli (1996, p. 298) e Rizzi (2003, p. 2) reforçam que o mapa turístico deve ser concebido como um sistema semiológico monossêmico, que dispensa *convenções* – situação em que é relevante a relação entre os significados dos signos.

A cartografia associada ao geoprocessamento<sup>29</sup>, por meio da elaboração de mapas turísticos ou sobre o turismo, revela-se de grande importância, devido à possibilidade de cruzamento de base de dados a partir de sistemas de informações geográficas - SIG, favorecendo a análise espacial, com destaque para a compreensão da configuração territorial de determinado espaço, o que subsidia a interpretação patrimonial. Ressalta-se que a configuração territorial “é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais” (SANTOS, 1997b, p.51).

O turismo é uma atividade econômica e prática social que produz o espaço geográfico a partir de um conjunto de ações, tornando-o produto para consumo turístico.

---

<sup>29</sup> O geoprocessamento é considerado nesse trabalho conforme a definição proposta por Silva e Zaidan (2004, p.19), “como uma tecnologia, isto é, um conjunto de conceitos, métodos e técnicas erigido em torno de um instrumental tornado disponível pela engenhosidade humana”.



Portanto, o turista é um consumidor do espaço geográfico turistificado e estabelece relações de consumo com seus elementos, e é nesta interação que a interpretação do patrimônio torna-se um recurso que agrega valor a experiência turística, sendo um meio que favorece a valorização cultural e natural dos componentes estruturantes de determinado espaço geográfico.

Com isso, algumas ferramentas podem subsidiar o processo de interpretação patrimonial, dentre elas pode-se citar os mapas turísticos, que ao representar um conjunto de dados e informações turísticas continentais de artefatos patrimoniais espacializados, favorece a eleição de atrativos a serem visitados e também o deslocamento para seu uso fruto pelo turista.

Ao propor o uso de novas técnicas, métodos e conceitos, o geoprocessamento não atua como inibidor da criatividade e do poder crítico do pesquisador, pois necessita que o pesquisador tenha domínio teórico, conceitual, metodológico de sua área de investigação. Portanto, diante a atual conjuntura global, dos problemas ambientais, o geoprocessamento aparece como instrumento fundamental para o pesquisador melhor compreender e atuar nas transformações do espaço. A coleta e tratamento de dados e informações e sua transposição para meio digital, permite estabelecer interação entre componentes que envolvem desde o processamento digital de imagens, a cartografia digital e o sistema de informações geográficas – SIG.

Nesse sentido, a informação turística que é essencialmente geográfica (MENEZES, FERNANDES, 2003) pode ser espacializada em mapas a partir de um SIG tornando-se também cartográfica, o que contribui para o planejamento turístico e interpretação patrimonial, conforme Duque e Mendes (2006), ao agregar informações georreferenciadas, sendo um eficaz veículo de comunicação de dados espaciais.

Martinelli (1996) e Oliveira (2005) destacam a utilidade da cartografia, mas ressaltam a importância de se conhecer a linguagem cartográfica e suas especificidades, as quais devem ser respeitadas na elaboração de mapas temáticos sobre o turismo, para que, além do propósito de orientar as pessoas (turistas) na localização dos objetos e lugares de seu interesse, não ocorra à transmissão de informações equivocadas. Com isso, conforme foi evidenciado anteriormente as relações de proporção, de ordem e seletividade expressas nos signos utilizados na legenda e no mapa devem ser observadas também na elaboração de mapas turísticos.

O mapa turístico como mediador no processo de interpretação deve responder visualmente a questões que a informação turística permite colocar, como por exemplo: o que

há de atrativo turístico do patrimônio cultural ou natural em determinada localidade? Como está distribuído geograficamente? Qual a melhor maneira para encontrá-los? Conforme explica Bertin (1988, p. 47) as questões que podem ser feitas a um mapa devem ser respondidas instantaneamente, uma vez que a percepção visual é instantânea; com isso o mapa turístico precisa favorecer a relação entre o tempo transcorrido entre sua visualização e o recebimento da informação turística. Entretanto, quando não há uma resposta visual direta para perguntas referentes ao tema exposto no mapa, segundo argumenta Bertin (1988, p. 47) o tempo transcorrido para a compreensão da informação é maior.

Constata-se que a cartografia turística, pautada nos fundamentos da cartografia temática e no instrumental técnico do geoprocessamento, em especial no sistema de informações geográficas – SIG, destaca-se no processo de interpretação do patrimônio ambiental, por meio da elaboração de mapas turísticos, os quais orientam o deslocamento, assim como a eleição de atrativos para visitação, além fornecer informa es adicionais ao turista.

#### **4.2. Cartografia Turística como subsídio para Interpreta o do Patrimônio Ambiental**

A Cartografia Turística envolve a representa o gráfica da informa o turística, isto  , se constitui na elabora o de mapas turísticos. Quando há a incorpora o de elementos patrimoniais para a prática do turismo, pode-se falar em informa o turística patrimonial, como   o caso do município de Pirenópolis (GO), onde os atrativos turísticos têm sua origem no patrimônio ambiental.

Portanto, o mapa turístico funciona como meio de interpreta o do patrimônio, ao apresentar a diversidade dos atrativos patrimoniais aos turistas e também ao orientar em sua localiza o. Podendo ainda acrescentar outras informa es que agreguem conhecimento   experiência turística. Contudo, em sua elabora o   preciso respeitar as especificidades da linguagem cartográfica, ou seja,   importante buscar retratar visualmente as rela es que os objetos podem apresentar entre si, em especial as rela es qualitativas, pois segundo Oliveira (2005, p.40), os mapas destinados a turistas são essencialmente mapas que representam rela es de diversidade entre objetos.

Oliveira (2005, p. 31) explica que o mapa turístico pode agregar duas formas de linguagem que se complementam na produ o cartográfica, são: a linguagem sonora e a linguagem visual. O autor elucida que a primeira refere-se ao conjunto de signos que são apreendidos linearmente – letras, sílabas e palavras, por exemplo; nessa linguagem a

mensagem é completada somente no final desse delineamento, nos mapas pode aparecer no título, legenda entre outras indicações. Já a linguagem visual refere-se à propriedade da cartografia em ser um sistema espacial de percepção instantânea; assim a imagem apreendida é formada pelo conjunto dos signos.

A título de exemplo para a análise do papel dos mapas turísticos em Pirenópolis, foram coletados 2 (duas) diferentes publicações (Figuras 41 e 42) que funcionam como recursos interpretativos. Entretanto, ao avaliar a disposição da informação turística nos mapas, é possível tecer críticas no intuito de contribuir para o desenvolvimento de material cartográfico, para que de fato sejam base para a prática turística e a consequente interpretação patrimonial.

De modo geral, o material cartográfico disponível se restringe a cartas convencionais, provavelmente oriundas do trabalho de desenhistas sem qualquer formação cartográfica, o que ocasiona a produção de mapas com problemas de escala, projeção e representação gráfica. Isso fica evidente por meio das distorções de escala, forma, área, distâncias ou até mesmo os erros na localização dos atrativos.

A seguir serão dispostos separadamente os mapas turísticos citados (figura 41 e figura 42) e a respectiva análise de seu conteúdo cartográfico. Posteriormente será exposta uma proposta de mapa turístico que supre algumas lacunas e delineia um caminho a ser percorrido na produção dessa tipologia de mapa.

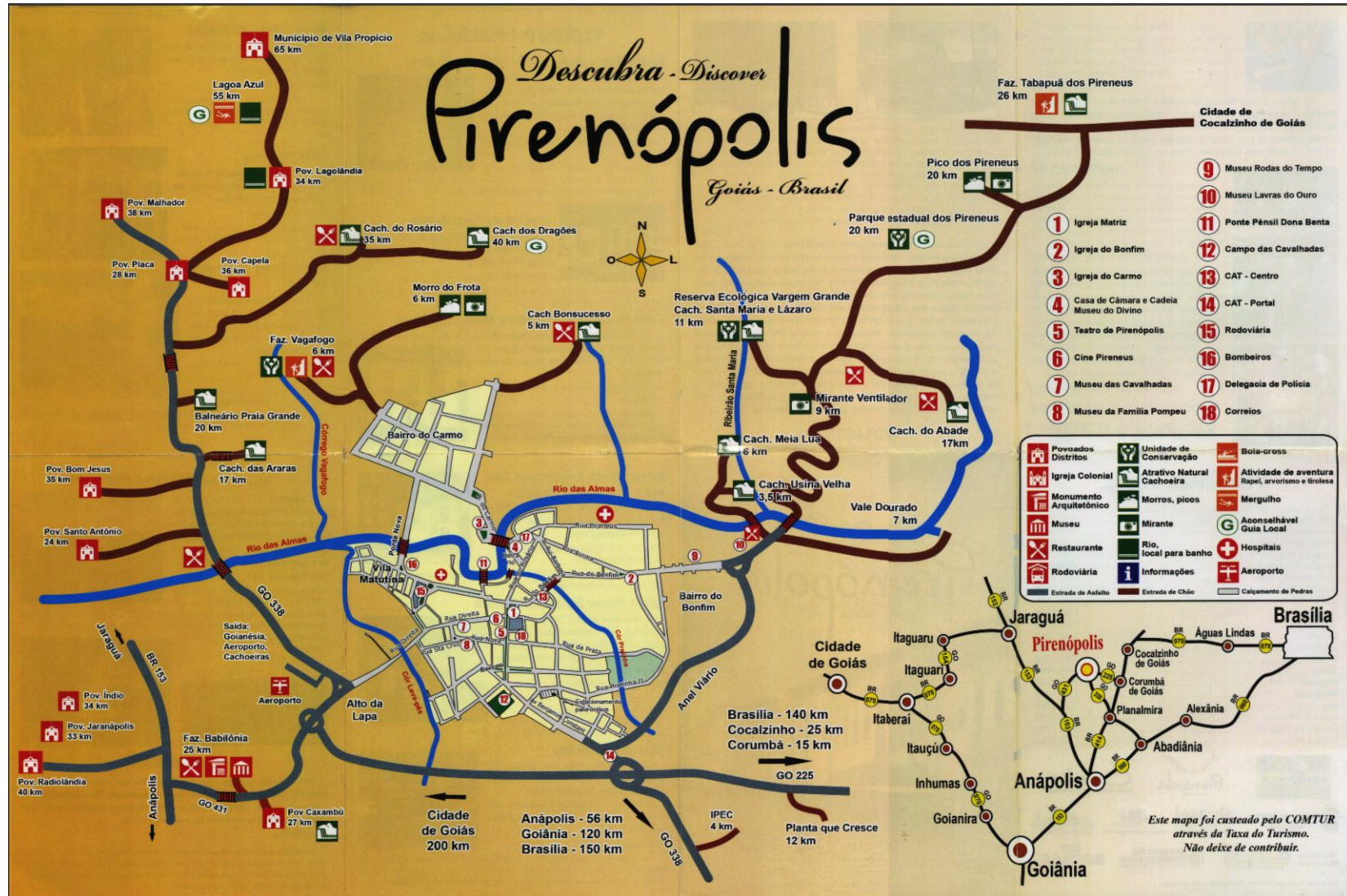


Figura 42: Modelo 01 de mapa turístico disponibilizado no CAT de Pirenópolis (GO).



Figura 43: Modelo 02 de mapa turístico disponibilizado no CAT de Pirenópolis (GO).

Elaborado com cooperação entre poder público e associações relacionadas ao turismo<sup>30</sup>, o primeiro mapa turístico disposto (figura 41) é adquirido gratuitamente.

A linguagem verbal (percepção sonora) está presente nos seguintes elementos: no título, que trás o recorte espacial; na legenda numérica com os nomes dos atrativos e outros elementos de interesse turístico localizados na área urbana; na legenda que apresenta o significado dos pictogramas e outros signos pontuais e lineares presentes no mapa; no nome das ruas e bairros da cidade; no nome dos córregos/rios/ribeirões, povoados e rodovias estaduais presentes no município; no nome dos atrativos turísticos localizados fora da área urbana; na disposição da distância dos atrativos e povoados em relação à cidade; na indicação da direção e distância de municípios vizinhos, bem com da Cidade de Goiás, da capital do estado de Goiás, Goiânia, e da capital federal, Brasília; na figura anexa ao mapa, na qual consta a indicação das rodovias federais e estaduais em uma rede viária que tem como limites a Cidade de Goiás - a oeste Goiânia – ao sul, e Brasília – ao leste, com Pirenópolis recebendo destaque a parte central; e, por fim, no texto que informa que o mapa “[...] foi custeado pelo COMTUR através da Taxa do Turismo. Não deixe de contribuir”.

A linguagem não-verbal (percepção visual) é expressa pelos seguintes aspectos: fundo do mapa; pelos pictogramas que fazem referência a diversos elementos, como os atrativos e atividades turísticas, os povoados, restaurantes, aeroporto, pontes dispostas sobre os rios e hospitais; pelo traçado das ruas, rodovias e córregos/rios/ribeirões de forma linear; e pela representação de forma zonal de parte da área urbana.

De modo geral esse mapa turístico permite conhecer a variedade e a relativa disposição geográfica dos atrativos turísticos no município. Outro fator positivo refere-se ao agrupamento de atrativos do patrimônio natural e agrupamento das atividades turísticas, isso é expresso pelos pictogramas que recebem fundo verde e fundo laranja, respectivamente. O mesmo não ocorre com o patrimônio cultural, o qual é representado com pictograma corresponde tendo a imagem de fundo vermelha, assim como os restaurantes, povoados, aeroporto, hospitais e rodoviária, os quais deveriam constituir juntamente com o signo de informações (representado com fundo azul) a categoria dos equipamentos ou infraestrutura turística. Destaca-se que os pictogramas referentes a rodoviária, a informações, ao bóia-cross, e a Igreja Colonial, são dispostos somente na legenda, não são espacialmente referenciados.

---

<sup>30</sup> Prefeitura de Pirenópolis, Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, Associação dos condutores de visitantes de Pirenópolis – ACVP, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL, Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH, Ministério do Turismo, Governo de Goiás, e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

O fundo do mapa é colorido com variações do tom de amarelo, a qual é a cor mais perceptível do espectro do visível, assim percepção da imagem de fundo concorre com os componentes turísticos, os quais devem ser evidenciados. Sobre isso Rizzi (2003, p.2) advoga que “a espacialização da informação é mais importante que a leitura de precisão do fundo do mapa”.

Também não consta no mapa a escala, a qual segundo Joly (1990, p. 8) é condição para precisão e legibilidade, da boa apresentação e da eficiência do mapa, uma vez que a mensagem cartográfica é antes de tudo uma mensagem de localização e de avaliação das distâncias e das orientações, a escala é fundamental para estabelecer uma relação entre o mapa e o terreno; relação que não é possível fazer com base nesse mapa.

Ao apresentar informações na abrangência do município o mapa ganha em número de dados apresentados, porém se perde em detalhe e qualidade da informação turística, aspectos importantes quando se pretende subsidiar a interpretação do patrimônio.

O segundo mapa turístico (figura 42), que é comercializado no valor de R\$2,00, foi elaborado por iniciativa particular e utiliza linguagem sonora e visual ao apresentar as informações turísticas.

Os elementos que são do domínio da linguagem verbal (percepção sonora) encontrados no mapa são: o título, no qual consta o recorte espacial e um site que contém informações turísticas de Pirenópolis; o nome dos atrativos turísticos (culturais e naturais); o nome de bairros, ruas e avenidas presentes no município; o nome do córrego Barriguda e do Rio das Almas; nome de pousadas, restaurantes e outros equipamentos urbanos, porém com fontes, cores e tamanhos diferenciados mesmo para equipamentos de mesma tipologia; há também referência ao cemitério, a GO 338, aos hospitais, ao IPHAN, Piretur, CAT, Correios, e as saídas da cidade em direção a Brasília, Goiânia, Corumbá, Anápolis e Goianésia.

Ainda constam como elementos sonoros as toponímias de morros; 4 (quatro) diferentes legendas, que referem-se a meios de hospedagem, gastronomia, atrativos, informações gerais sobre Pirenópolis, distância de algumas cachoeiras e distâncias de Pirenópolis a algumas cidades; bem como informações sobre a realização do mapa; uma figura anexa que mostra a localização do município no eixo Goiânia – Brasília; por fim na parte inferior do mapa estão dispostas fotografias de alguns atrativos, atividades e equipamentos turísticas.

Quanto à linguagem visual, há uma serie de elementos dispostos de tal forma que se constituem mais como uma miscelânea de ícones e pictogramas que permite conceber esse “mapa” turístico como apenas um desenho ilustrativo de Pirenópolis.

Destaca-se que, com exceção dos equipamentos de hospedagem e gastronomia (que são representados com números ordinais inseridos em círculos), todas as demais informações apresentadas no mapa estão inseridas em ícones semelhantes a uma placa, cujos tamanhos variam, sem responder a algum padrão. Essas placas também variam entre as cores azul (para indicar as saídas para outras cidades, a GO 338 e a Fazenda Babilônia), amarelo (para as placas que contenham o nome de ruas, avenidas, travessas e rodoviária) e vermelho (fazem referência aos atrativos turísticos, hospitais, feira, posto de combustível e nome dos bairros). Já os atrativos que são dados de natureza seletiva, ou seja, representam diversidade, estão dispersos entre outros componentes da configuração territorial.

Há também pictogramas que representam igrejas, casarões, portal do turismo, aeronaves, carros, aves, árvores, cachoeiras, desenhos de morros, entre outros, que funcionam como fatores que dificultam a compreensão do mapa, impedindo que esse cumpra sua função de identificar e localizar os elementos fundamentais para prática turística, em especial os atrativos.

As legendas do mapa são apenas figurativas, pois trazem o nome dos meios de hospedagem, alimentação e alguns atrativos, os quais já constam no próprio mapa, além de agrupar estabelecimentos comerciais aos atrativos turísticos. Os demais aspectos da legenda são apenas informações complementares que não ajudam na leitura do mapa.

Assim como no mapa analisado anteriormente, neste também não consta escala e visa apresentar, no espaço disponível, a maior quantidade de informações relacionadas ao turismo, além de outras indiretamente ligadas a essa atividade.

Diante da análise dos 2 (dois) mapas, fica evidente a necessidade de elaboração de um material cartográfico que funcione como efetivo meio de comunicação, o qual favoreça o uso turístico do espaço geográfico e subsidie a interpretação patrimonial. Tendo por base essa premissas, apresenta-se, aqui, uma proposta de mapa turístico que visa preencher à lacuna presente na realidade do desenvolvimento do turismo em Pirenópolis.

Para ser um recurso interpretativo do patrimônio, que agregue conhecimento a experiência turística, é preciso elaborar um mapa turístico que apresente as informações turísticas patrimoniais, de modo que seja possível instantaneamente visualizar a oferta turística e sua distribuição espacial de forma global.

Rizzi (2003, p.2) explica que o mapa deve apresentar legibilidade em três níveis de leitura da informação: global, em que se observam as informações sobre o conjunto e o agrupamento das tipologias; intermediária, quando se evidenciam as características das



tipologias; e elementar, em que se compreende cada elemento mapeado. A autora afirma que a leitura espacial e visual é feita do global para o particular.

Portanto, a partir da realidade do município de Pirenópolis, onde há diferentes atrativos que se distribuem em varias áreas, para atender as três dimensões de leitura apontadas é preciso estabelecer recortes espaciais que possam permitir a concepção de mapas que sejam úteis de fato ao turista.

Com isso, foram estabelecidos 2 (dois) recortes espaciais para produção cartográfica: o primeiro se refere ao sítio urbano tombado pelo IPHAN, haja vista que é nessa área onde se concentram os atrativos culturais e a infraestrutura turística presentes no município; e o segundo corresponde à área de preservação ambiental dos Pireneus e suas proximidades, pois é nela que estão localizados a maior parte dos atrativos do patrimônio natural. Diante do exposto, os mapas se configuram como mapa turístico urbano e mapa turístico dos atrativos naturais, respectivamente.

A elaboração dos mapas turísticos de Pirenópolis foi possível a partir do desenvolvimento das seguintes etapas metodológicas: levantamento de dados sobre os elementos patrimoniais incorporados a atividade turística em órgãos públicos voltados ao turismo, como a Agência Goiana de Turismo – Goiás Turismo e a Secretaria Municipal de Turismo de Pirenópolis; compilação de bases cartográficas em arquivos em formato *shape-files*, disponibilizadas no portal eletrônico do Sistema de Informações Estatísticas e Geográficas - SIEG, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás - SEPLAN/GO, os quais funcionaram como referenciais topográficos.

Também foram gerados dados primários por meio de levantamento em campo, percorrendo-se todas as quadras do sítio tombado pelo IPHAN e também a partir do deslocamento até os empreendimentos turísticos e atrativos de domínio público da área rural registrados na Secretaria Municipal de Turismo, para reconhecimento/identificação dos atrativos turísticos patrimoniais, dos serviços de apoio e recursos interpretativos; e georreferenciamento dos atrativos turísticos patrimoniais e dos equipamentos de apoio turístico (com destaque para o sítio tombado).

O escritório do IPHAN de Pirenópolis (GO) disponibilizou uma base no formato DWG na qual consta o mapeamento do centro histórico da cidade. Esse arquivo (DWG) foi exportado do AutoCAD no formato DXF R12<sup>31</sup> e, posteriormente, importado no programa Spring 5.0. Neste software, o arquivo foi exportado como *shape-file*, favorecendo seu uso no

---

<sup>31</sup> DXF R12 é um arquivo de intercâmbio para utilização em diferentes softwares, principalmente aos destinados ao design gráfico digital.

ArcGIS 9.2. O procedimento listado acima possibilitou o mapeamento dos atrativos turísticos urbanos e dos diversos equipamentos turísticos considerados no trabalho.

Na produção dos mapas turísticos, depois do cruzamento e tratamento de informações no ArcGIS 9.2., os mapas foram exportados no formato EMF para edição final no programa Corel Draw X5, de forma que os pictogramas turísticos e demais informações topográficas ficassem em melhor resolução.

Na elaboração do mapa turístico urbano, com enfoque no polígono tombado pelo IPHAN, criou-se um projeto específico no ArcGIS 9.2, no qual a base disponibilizada pelo IPHAN com todas as quadras tombadas tornou-se referência para incorporação de dados. Assim, foram adicionados o perímetro urbano de Pirenópolis, a drenagem e uma tabela no formato XLS com as coordenadas e descrição dos atrativos e serviços turísticos urbanos. Os serviços turísticos se referem a aspectos básicos (posto de saúde, posto policial, rodoviária, centro de atendimento ao turista) e aos meios que favorecem a circulação e consumo do espaço turístico (agências bancárias, correios e casa lotérica).

Na confecção do mapa turístico urbano de Pirenópolis como veículo de comunicação para a interpretação do patrimônio cultural da cidade, foram georreferenciados todos os atrativos turísticos culturais e os serviços de apoio turístico que estão listados no quadro 06, informações que foram base para elaborar o mapa (figura 43) que apresenta a espacialização dos atrativos culturais urbanos de Pirenópolis. Esse mapa permite, no primeiro momento, identificar o que há na área delimitada, reconhecer as diferenças entre os atrativos quanto a área que ocupam e sua constituição (museu, igreja, etc) e observar sua distribuição geográfica.

<b>Quadro 06: Atrativos do Patrimônio Cultural e Serviços de Apoio turístico da área tombada de Pirenópolis (GO)</b>	
<b>ATRATIVOS CULTURAIS</b>	<b>SERVIÇOS DE APOIO TURÍSTICOS</b>
Museu da Família Pompeu	Centro de Atendimento ao Turista
Museu das Cavalhadas	Posto de Saúde
Theatro Pirenópolis	Posto Policial
Cinema Pireneus	Rodoviária
Igreja Nossa Senhora do Rosário (Matriz)	Agências Bancárias (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal)
Ponte Pêncil Dona Benta	Correios
Ponte do Carmo (Ponte sobre o Rio das Almas)	Casa Lotérica
Casa de Câmara e Cadeira	-----
Igreja Nosso Senhor do Bonfim	-----
Igreja Nossa Senhora do Carmo	-----
Campo das Cavalhadas	-----

Fonte: Inventário elaborado a partir da identificação e registro da infraestrutura turística e atrativos turísticos, por meio de trabalho de campo realizado entre os dias 20 de julho a 01 de agosto de 2009 na área tombada como Patrimônio Histórico-Arquitetônico de Pirenópolis (GO). Elaboração: Rangel Gomes Godinho.

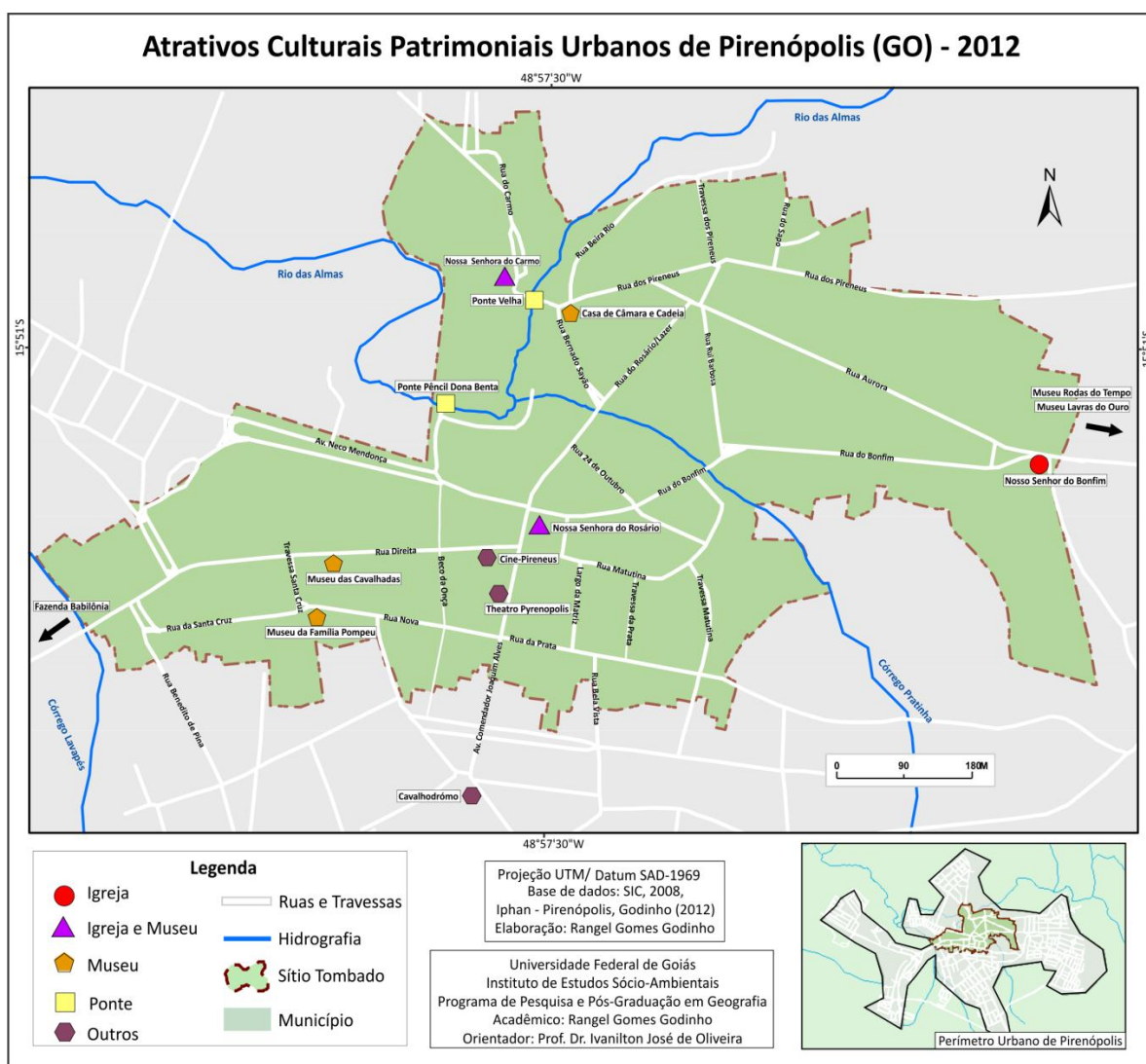


Figura 44: Espacialização dos atrativos turísticos situados no Sítio tombado de Pirenópolis (GO).

As informações turísticas levantadas para composição do mapa turístico urbano referentes aos atrativos e aos serviços turísticos são de natureza seletiva, pois expressam diversidade. E, em função da escala, sua forma de implementação no mapa foi pontual. Entretanto, como meio de comunicação com o turista, ainda é insuficiente, uma vez que se constitui, num primeiro momento, como um mapa para ser lido, não fornecendo uma resposta visual direta (instantânea e universal) ao turista – já que há necessidade se familiarizar com os signos adotados e seus significados. Diante dessas considerações, é necessário adequar o tema expresso no mapa à linguagem turística, considerando-se aos pressupostos da cartografia temática.

As informações turísticas levantadas para composição do mapa turístico urbano referentes aos atrativos e aos serviços turísticos são de natureza seletiva, pois expressam diversidade, para a implementação das informações no mapa foi utilizada a forma pontual.

Na reelaboração do mapa turístico urbano, para maior discriminação dos elementos mapeados, foram utilizados como variáveis de separação dos caracteres dois elementos: a cor e a forma. A primeira está expressa no fundo dos retângulos representados, uma vez que os atrativos possuem fundo amarelo (essa cor foi utilizada, pois é a mais perceptível no espectro visual e também por aumentar o contraste com as figuras em preto). Os serviços turísticos e a localização de praças possuem fundo areia, com exceção da figura de informações, a qual, para ter maior realce, recebeu como cor de fundo o rosa.

Já o uso da forma está expresso na diversidade dos atrativos e serviços, em que foram representados por pictogramas turísticos diferenciados. Também se utilizou a descrição dos nomes dos atrativos culturais diretamente sobre eles a fim de implicar identificação direta, diminuindo a necessidade de recorrer à legenda.

Como resultado desse processo segue a figura 44 que além dos atrativos culturais e serviços turísticos apresenta uma proposta de roteiro turístico urbano para interpretação do patrimônio cultural.

Os pictogramas utilizados são os mesmos indicados no Manual de Sinalização Turística do Ministério do Turismo, que seguem a simbologia adotada pela Organização Mundial do Turismo. Porém, foram feitas algumas adaptações, como o enquadramento numa caixa retangular, com fundo colorido, e alterações nos tamanhos das figuras, visando o equilíbrio do peso visual entre elas.

É importante destacar que os pictogramas turísticos do mapa são os mesmos expressos nas placas turísticas, o que favorece a associação entre os elementos e certamente facilita a apreensão imediata dos significados, seja pela similitude das formas dos símbolos em relação àquilo que representam, seja pela memorização, na medida em que os turistas são expostos sempre aos mesmos símbolos nos mais variados espaços turísticos. Apenas o Campo das Cavalhadas e as pontes receberam representações pictóricas singulares, que remetem às formas reais desses atrativos. Já os serviços turísticos referentes às agências bancárias, correios e casa lotérica, foram representados por meio de sua logo-marca oficial, a fim de garantir uma correspondência direta, já que essas marcas são bastante difundidas pela mídia.



Figura 45: Mapa Turístico Urbano de Pirenópolis (GO) como subsídio a interpretação do patrimônio cultural.

Para a elaboração do mapa turístico dos atrativos naturais foi preciso subdividir em dois recortes a área que abarca a Área de Proteção Ambiental dos Pireneus (APA) dos Pireneus e suas proximidades. A subdivisão se pautou na necessidade de confecção de um mapa que apresente informações mais detalhadas, dentre elas a distância das vias de acesso aos atrativos turísticos, bem como o fornecimento de informações que permitam ao usuário conhecer outros elementos do patrimônio natural que não se configuram enquanto atrativo em si mesmo, a exemplo da delimitação da APA dos Pireneus e do Parque Estadual dos Pireneus e também da presença dos rios, ribeirões e córregos.

Com a subdivisão, foram elaborados dois mapas complementares dos atrativos naturais. O primeiro (figura 45) contemplou os atrativos que têm como meio de acesso o Bairro do Carmo, pelas saídas norte e noroeste. Nesse mapa também consta um atrativo cultural (Museu Rodas do Tempo), que por questão de escala não pôde ser ilustrado no mapa turístico urbano. E destacou-se ainda o sítio tombado, como referência de localização dos serviços de hospedagem, alimentação e informações turísticas. O outro mapa (figura 46) retrata de forma privilegiada os atrativos situados na APA dos Pireneus, dentre eles um atrativo do patrimônio cultural (Museu Lavras do Ouro). Esses atrativos têm o Bairro do Bonfim como principal via de acesso, pela saída nordeste.

Para confecção dos mapas citados foram criados dois projetos no ArcGIS 9.2, cada qual para elaboração de um mapa específico. Entretanto, a base de dados foi igual para ambos. Com isso, nos projetos foram introduzidos shape-files na escala de 1:250.000 disponibilizados pelo SIG-GO da malha viária de Goiás, da área dos municípios de Goiás, das unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral (que é o caso da APA dos Pireneus e do Parque Estadual dos Pireneus, respectivamente) e dos perímetros urbanos de Goiás. Ainda foi adicionado um shape-file na escala de 1:100.000 da hidrografia do município de Pirenópolis, o qual foi disponibilizado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do estado de Goiás (SEAGRO) no formato DXF. A hidrografia de 1:100.000 foi escolhida devido apresentar cursos hídricos, inclusive ribeirões e córregos, que não constam na hidrografia de 1:250.000 do SIEG-GO.

A escala escolhida para apresentação dos dados nos mapas turísticos dos atrativos naturais foi de detalhe de 1:39.000, pois favoreceu a abrangência de todos os atrativos dispostos na APA dos Pireneus e proximidades, além de abarcar o sítio tombado pelo IPHAN. Contudo, a malha viária fornecida pelo SIEG-GO não contempla as vias não pavimentadas que dão acesso aos atrativos do patrimônio natural; com isso, foi preciso baixar uma imagem de satélite que permitisse a visualização dessas vias e servisse de base para edição vetorial e

consequente criação e um shape-file de linhas que correspondesse à localização das vias de acesso. Isso foi feito com base numa imagem de alta resolução (Google Earth Pro) georreferenciada.

As informações quanto à localização dos atrativos turísticos foram adicionadas a partir de uma planilha eletrônica com as coordenadas, identificação e categoria dos atrativos. Em relação ao sistema semiológico utilizado nos mapas turísticos dos atrativos naturais, foram mantidas as características dispostas no mapa turístico urbano, no intuito de favorecer a correspondente visualização cartográfica. Acrescentou-se a distância das vias de acesso aos atrativos naturais, bem como a delimitação das unidades de conservação de domínio público.

Foi elaborado também um terceiro mapa dos atrativos naturais (figura 47) que engloba os dois primeiros e possibilita uma visão ampla da disposição dos atrativos naturais nas proximidades da cidade de Pirenópolis.

Constata-se que, na confluência da cartografia com o turismo, a cartografia turística, pautada no instrumental técnico do geoprocessamento, em especial nos sistema de informações geográficas, e nos fundamentos da cartografia temática, destaca-se no processo de interpretação do patrimônio cultural, por meio da elaboração de mapas turísticos diferenciados, os quais não só orientam o deslocamento turístico, assim como a eleição de atrativos para visitação, mas também fornecem informações adicionais ao turista, aspectos que promovem e intermediam o processo de interpretação do patrimônio.



Figura 46: Mapa turístico dos atrativos naturais acessados por meio do Bairro do Carmo/Pirenópolis (GO).



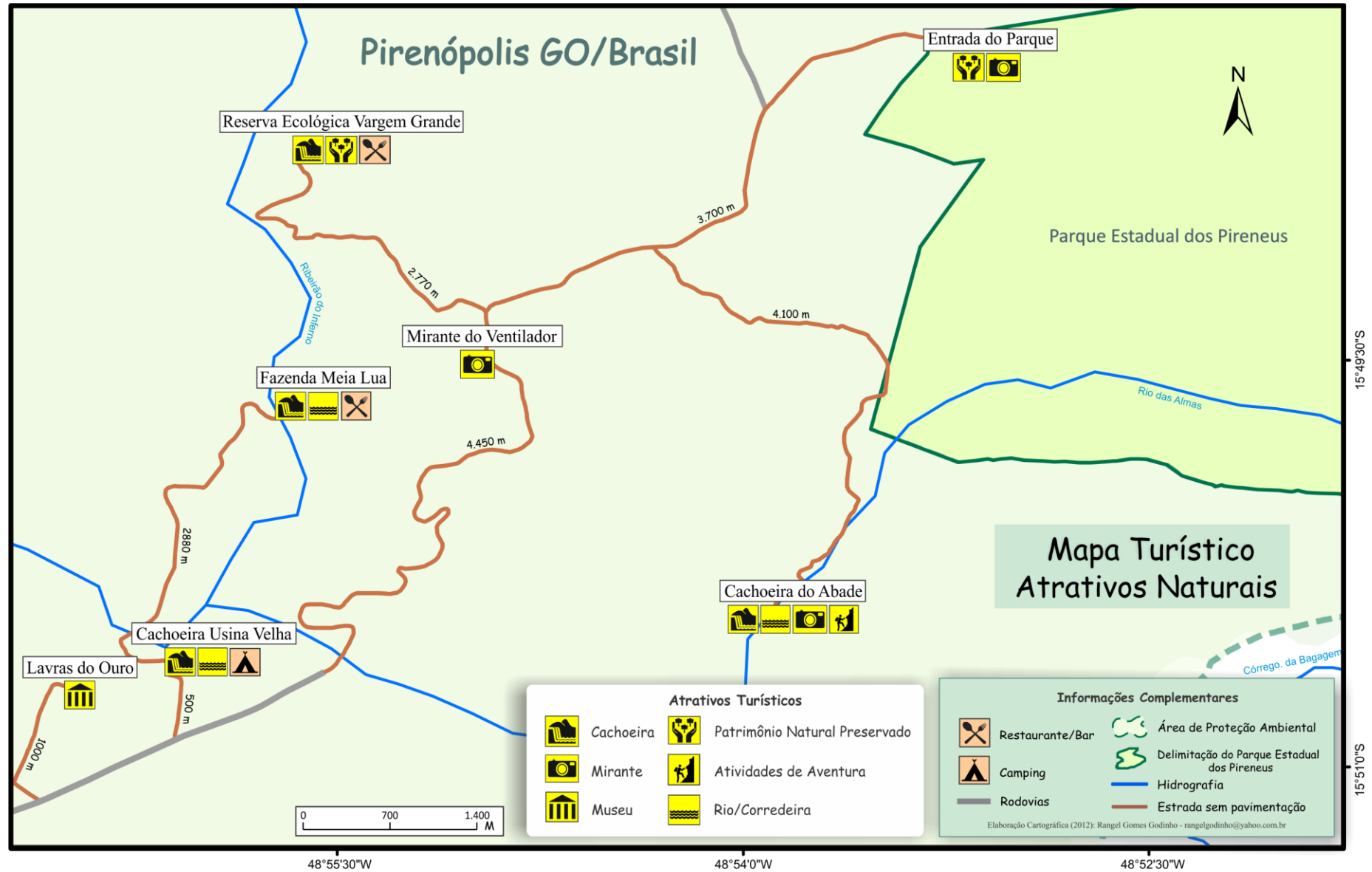


Figura 47: Mapa turístico dos atrativos naturais acessados por meio do Bairro do Bonfim/Pirenópolis (GO).

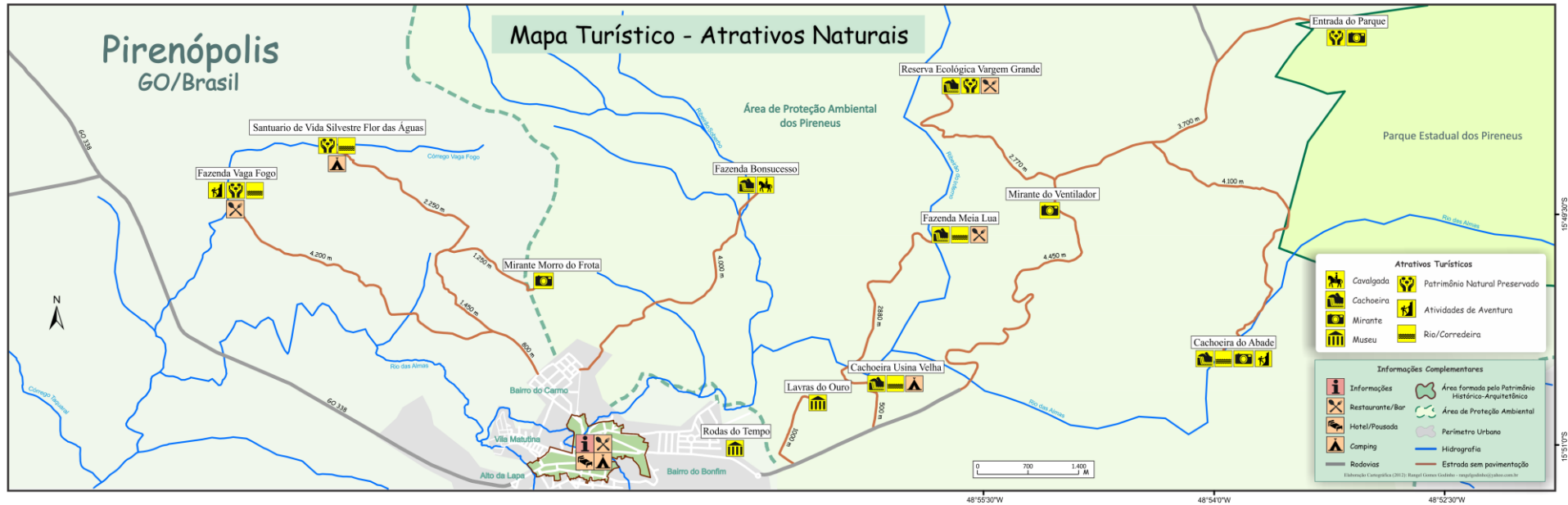


Figura 48: Mapa turístico dos atrativos naturais localizados na APA dos Pireneus e proximidades - Pirenópolis (GO).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento do turismo em Pirenópolis, enquanto prática social, está associado à atratividade dessa cidade para as práticas culturais relacionadas principalmente à Festa do Divino Espírito Santo (as Cavalhadas), aos seus recursos naturais e aos elementos histórico-arquitetônicos presentes na paisagem pirenopolina. Embora, num primeiro momento, o turismo tenha se desenvolvido de forma incipiente e sem se configurar como uma atividade econômica organizada.

É somente com a edificação de Goiânia e, posteriormente, Brasília, quando melhoraram os acessos a Pirenópolis, devido à exploração e o comércio de quartzito, produzido no município e largamente utilizado na construção civil. Esse foi o marco que inicia o processo de valorização do turismo enquanto atividade econômica. Ainda assim, essa atividade só passa a ser considerada como um importante fenômeno de produção espacial com a intensificação do fluxo de turistas.

É nesse contexto que Pirenópolis passa a ser contemplada nas políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento turístico do estado de Goiás. O município passou a ser integrado nas políticas públicas estaduais por meio da orientação do Grupo de Trabalho de Turismo (GTT) na década de 1970, depois por meio do projeto Criação de Quatro Pólos Irradiadores de Desenvolvimento do Ecoturismo Microrregional, em 1996. Posteriormente foi incluído também na política de Caminhos Turísticos, e atualmente está inserido na política de regionalização turística de Goiás, a qual foi estabelecida segundo parâmetros do programa de regionalização do turismo nacional, em que Pirenópolis recebe destaque como destino indutor do turismo a nível de Brasil.

No âmbito municipal, as políticas públicas de turismo são de fundamental importância para efetivação dos planos e programas nas demais escalas governamentais. Portanto, deve-se atentar ao incremento da valoração turística que Pirenópolis tem recebido. Pois, embora a emergência do turismo tenha ocorrido de forma espontânea, é preciso investir na busca da manutenção da atividade, racionalizando a produção do espaço turístico com o estabelecimento de diretrizes e metas que orientem o desenvolvimento socioespacial do turismo, para evitar sua apropriação aleatória e não planejada do espaço, muitas vezes priorizando os interesses particulares.

A partir da concepção de meio ambiente presente na Política Nacional do Meio Ambiente e da definição de patrimônio cultural instituída na Constituição Federal de 1988,

fica evidente a integração entre dimensão cultural (material e imaterial) e natural do patrimônio, o que permite considerar ambos como partes inerentes ao patrimônio ambiental.

É importante compreender que a concepção de patrimônio evoluiu de um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional.

Deste modo, fica evidente que os bens patrimoniais em sua amplitude devem ser valorizados, por meio de ações voltadas a sua proteção e conservação, assim como precisam ser integrados à dinâmica cultural da sociedade. Isso pode ocorrer por meio de projetos e ações que os promovam como elementos constitutivos da humanidade, que permitam conhecer o passado (histórico ou natural) e compreender, mesmo que de forma limitada, o presente e seus desdobramentos.

No processo de valorização do patrimônio e sua promoção como atrativo turístico, a interpretação patrimonial é um meio fundamental para sensibilização e estímulo à comunidade e aos turistas para conservação dos elementos patrimoniais. Com isso, a concepção de uma série de recursos interpretativos é importante para agregar valor à experiência turística. No caso específico de Pirenópolis, isso envolveria a alocação de recursos para aplicação em todos os atrativos, segundo as possibilidades estruturais, com incentivo do poder público e da iniciativa privada.

O fato é que o turismo atua na produção do espaço, transformando-o para o usufruto turístico, por meio da introdução de objetos turísticos, do marketing que impulsiona o deslocamento dos turistas, da valorização de paisagens e ao modificar o significado de objetos preexistentes, dentre eles os elementos patrimoniais. Com isso, o turismo atua no ordenamento territorial, em que o processo de organização dos elementos espaciais passa a ter o objetivo de facilitar o desenvolvimento das atividades turísticas.

A partir da análise empreendida durante o trabalho observou-se que a atividade turística em Pirenópolis se desenvolveu – e ainda ocorre – integrada aos componentes do patrimônio ambiental, pois esses foram assimilados como atrativos turísticos e se configuraram como elemento motivador do fluxo turístico ao município.

No entanto, a integração entre turismo e patrimônio não implicou necessariamente a conservação dos elementos patrimoniais em sua amplitude. O patrimônio cultural (material e

imaterial) foi o maior beneficiário desse processo, pois pelo instrumento de tombamento estão salvaguardados de serem deteriorados pelo uso turístico. Embora nem todos os edifícios turísticos urbanos apresentem recursos interpretativos que valorizem seu conteúdo cultural na experiência turística ou instiguem o turista a “mergulhar” mais na constituição histórica cultural de Pirenópolis. Evidencia-se que há um potencial de interpretação do patrimônio cultural ainda não explorado, o qual deve ser motivado com o envolvimento da comunidade pirenopolina.

Já os componentes do patrimônio natural recebem valoração diferenciada diante do uso turístico, uma vez que em parte dos atrativos naturais a prática turística se desenvolve simplesmente pelo usufruto dos recursos hídricos como locais de banho, sem que haja preocupação em motivar os turistas a reconhecer a importância dos diferentes aspectos físico-naturais na constituição do espaço turístico que os envolve. Nesse contexto, os empreendimentos instituídos como RPPN se destacam, ao apresentar meios que agreguem conhecimento à experiência turística, a exemplo das trilhas interpretativas. Porém, além das trilhas outros meios precisam ser ainda implantados nos demais empreendimentos turísticos pautados no uso turístico do patrimônio natural.

Quanto aos atrativos naturais de domínio público, a situação é alarmante, porque de fato não há ações efetivas para conciliar uso turístico e conservação ambiental. Assim, a prática turística ocorre no Parque dos Pireneus e nos mirantes sem nenhum delineamento, e também sem infraestrutura suporte ou recursos interpretativos para promover os atrativos em sua condição de patrimônio.

De modo geral, os atrativos urbanos são também privilegiados pela infraestrutura de acesso e sinalização turística, meios que favorecem o deslocamento urbano. Fato que não contempla a realidade dos atrativos localizados na área rural do município, pois conforme foi evidenciado no decorrer do trabalho, a sinalização turística é precária, não faz referência a todos os atrativos naturais, está geograficamente mal distribuída, além de, em sua maioria, estar degradada.

Entre os recursos que funcionariam como instrumentos de interpretação, que contemplam tanto atrativos culturais como naturais, estão o guia e os mapas turísticos encontrados. Contudo, o guia cumpre apenas a função de demonstrar os principais elementos da oferta turística e os mapas disponíveis permitem visualizar a amplitude dos atrativos patrimoniais. Mas não cumprem a contento o papel de viabilizar a orientação do deslocamento até os atrativos, além de apresentarem as informações de forma confusa, o que implica em sua quase inutilidade para interpretação patrimonial.

Por fim, o presente trabalho se constitui como base para o desenvolvimento de estudos mais verticalizados e também fornece informações e análises que podem subsidiar a elaboração de políticas e projetos relativos ao turismo, em que o patrimônio ambiental, na sua relação com o turismo, seja valorizado como testemunho de um modo de vida, resultante de diferentes forma de apropriação o espaço geográfico.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Políticas Públicas e delineamento do espaço turístico Goiano. In: Maria Geralda de Almeida (Org). *Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA/UFG. p 197-222. 2002.
- \_\_\_\_\_, Maria Geralda de. Cultura Ecológica e Biodiversidade. In: *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, ano 02, número 03, 2003. p. 71-82.
- \_\_\_\_\_, Maria Geralda de. A produção do Ser e do Lugar turístico. In: José Borzacchiolo da Silva (Org.). *Panorama da Geografia Brasileira I*. São Paulo: Ed. Annablume, 2006. 368 p.
- BATISTA, Ondimar. Pirenópolis: Uma paisagem ora vivida, ora contemplada. In: Maria Geralda de Almeida (Org). *Paradigmas do Turismo*. Goiânia. Editora Alternativa, 2003, p 113-120.
- BECKER, Bertha. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: Eduardo Yázigi (Org.). *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996. p. 181-192.
- BRASIL. Constituição Federal Brasileira, de 16 de julho de 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br> (acesso em outubro de 2011).
- \_\_\_\_\_. Constituição Federal Brasileira de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br> (acesso em outubro de 2011).
- \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br> (acesso em novembro de 2011).
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br> (acesso em novembro de 2011).
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br> (acesso em novembro de 2011).
- \_\_\_\_\_. *Economia do Turismo: Análise das atividades características do Turismo – 2003*. Publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro/RJ, 2007. Disponível em <http://www.dadosfatos.turismo.gov.br> (acesso em outubro de 2011).
- \_\_\_\_\_. Lei da Arqueologia nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br> (acesso em novembro de 2011).
- \_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.planalto.gov.br> (acesso em novembro de 2011).
- \_\_\_\_\_. Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Disponível em <http://www.planalto.gov.br> (acesso em novembro de 2011).

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Disponível em <http://www.planalto.gov.br> (acesso em novembro de 2011).

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispões sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio). Disponível em <http://www.planalto.gov.br> (acesso em novembro de 2011).

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional — Relatório Brasil. Brasília: 2007. 80 p.

\_\_\_\_\_. Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Projeto Geoparques – Proposta Geoparque Pireneus - GO, 2010. 66 p.

BENI, Mário Carlos. Análise Estrutural do Turismo. 10ª edição atualizada. São Paulo: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), 1998.

BERTIN, Jacques. Ver ou Ler – um novo olhar sobre a cartografia. Tradução de Margaria M de Andrade. Seleção de Textos, São Paulo, AGB-SP, n 18, p. 45-65, maio de 1988.

CHAGAS, Mário. Diabruras do Saci: museu, educação e patrimônio. Revista Brasileira de Museus e Museologia. IPHAN, n° 1, p.136-146, 2004.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. O turismo no espaço, o espaço do turismo: reflexões acerca da participação do turismo na produção do espaço urbano brasileiro. *RA'E GA, - O espaço geográfico em análise*, Curitiba, n°2, p. 31-41, 1998.

\_\_\_\_\_. Política de Turismo e Território. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Introdução à Geografia do Turismo. 2 edição. São Paulo: Ed. Roca, 2003.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. In: Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005.

CURADO, Glória Grace. Pirenópolis: uma cidade para o turismo. Goiânia: Editora Oriente, 1980. 176p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Eletrônico. Corresponde à 3ª edição, 1ª impressão da Editora Positivo, revista e atualizada do Aurélio Século XXI, 2004.

DRAGO, Theandra Fernandes. Desenvolvimento turístico municipal: o caso de Pirenópolis – Goiás. In: Maria Geralda de Almeida (Org). Paradigmas do Turismo. Goiânia. Editora Alternativa, 2003, p 121-122.

FERNADES, M. do C; MENEZES, P. M. L. de; SILVA, M. V. L. C. da. e Cartografia e Turismo: Discussão de conceitos aplicados as necessidades da Cartografia Turística. In: Revista Brasileira de Cartografia. N0 60/01, abril 2008, p. 1 - 8. (ISSN 1808-0936).



GODINHO, Rangel Gomes. *Análise e Avaliação da distribuição geográfica da infraestrutura turística do sítio histórico de Pirenópolis (GO): Subsídios ao Planejamento Turístico*. Goiânia: UFG, 2009. 59 p.

GOIÁS. Agência Goiana de Turismo - AGETUR. *Goiás – Brasil: Turismo em Dados, Caminhos do Ouro*. Goiânia: AGETUR, 2002. 250 p.

\_\_\_\_\_. Agência Goiana de Turismo – GOIÁS TURISMO. *Plano Estadual de Turismo: Goiás no caminho da inclusão*. Goiânia: Goiás Turismo, 2007. 64 p.

GOIÁS. Agência Goiana de Turismo - GOIÁS TURISMO - [www.goiasturismo.go.gov.br](http://www.goiasturismo.go.gov.br) (acesso em 01 de abril de 2011).

\_\_\_\_\_. Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação – SEPIN da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás – SEPLAN. *Perfil Socioeconômico – Pirenópolis*. Disponibilizado em [www.seplan.go.gov.br](http://www.seplan.go.gov.br) (acesso em 28 de março de 2011).

GOMES, Horiestes; TEIXEIRA NETO, Antônio; BARBOSA, Altair Sales. *Geografia: Goiás-Tocantins*. 2 ed. Revisada e ampliada. Goiânia: UFG, 2005. 270 p.

GRUNBERG, Evelina. *Educação Patrimonial: Utilização dos bens culturais como recursos educacionais*. Cadernos do CEOM. Chapecó, ano 14, nº12, p. 159-180, 2000.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br> (acesso em 11 de setembro 2009).

JAYME, Jarbas. *Esboço Histórico de Pirenópolis*. 1ª Edição póstuma. Goiânia: UFG, 1971.

LOPES, Luciana Maria; LIMA, Cáudia Valéria. *Pirenópolis – Região de Brasília – Goiânia*. In: VI Simpósio Nacional de Geomorfologia/ Regional Conference on Geomorphology – 2006.

LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes. *Turismo e Patrimônio Natural no Uso do Território*. In: Maria Tereza Luchiari; Heloisa Turini Bruhns, Célia Serrano (Orgs). *Patrimônio, Natureza e Cultura*. Campinas –SP: Papiros, 2007. p.25-45.

MARTINELLI, Marcello. *Cartografia do turismo: que cartografia é essa*. In: LEMOS, Amalia I. G. de (Org.). *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *Mapas da Geografia e Cartografia Temática*. 6ª edição ampliada e atualizada. São Paulo: Contexto, 2011.

MELGAR, Ernesto. *Fundamentos de Planejamento e Marketing em Turismo*. São Paulo: Contexto, 2001. 117 p.

MENEZES, P. M. L. De e FERNADES, M. do C. *Cartografia turística: novos conceitos e antigas concepções*. In: XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 21, 2003, Belo Horizonte. *Anais do XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 01 – 08.

MOREIRA, Ruy, Vidal de La Blache: civilização e contingência em princípios de geografia humana. In: O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008, p. 63-74.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. Interpretação, Preservação e Turismo: Uma introdução. In: Stela Maris Murta e Celina Albano (orgs). Interpretar o Patrimônio – Um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG e Território Brasilis, 2005. p. 09-12.

MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do Patrimônio para visitantes: Uma quadro conceitual. In: Stela Maris Murta e Celina Albano (orgs). Interpretar o Patrimônio – Um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG e Território Brasilis, 2005. p. 13-46.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. A Cartografia aplicada ao planejamento do Turismo. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia – GO. Vol. 25, n. 1-2, p. 29-46, jan.-dez. 2005.

PALACÍN, Luís. O século de ouro em Goiás. 4 ed. Goiânia, Editora da UCG, 2001.

PELLEGRINI FILHO, Américo. Ecologia, cultura e turismo. 2 edição. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

PIRENÓPOLIS. Lei Complementar nº 002/02 de 12 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a aprovação do Plano Diretor de Pirenópolis, conforme o disposto no artigo 182, da Lei orgânica do município de Pirenópolis e dá outras providências. Disponível em <http://www.pirenopolis.tur.br/cidade/documentacao> (acesso em 30 de abril de 2011).

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Nº 007/05, de 04 de outubro de 2005. Dispõe sobre o ordenamento territorial, definindo as zonas urbanas, de expansão urbana e rural do município de Pirenópolis, autoriza concessão de fechamento e dá outras providências. Disponível em <http://www.pirenopolis.tur.br/cidade/documentacao> (acesso em 03 de maio de 2011).

\_\_\_\_\_. Lei Orgânica do Município de Pirenópolis de 05 de abril de 1990. Disponível em <http://www.pirenopolis.tur.br/cidade/documentacao> (acesso em novembro de 2011).

RIBEIRO, Wagner Costa e ZANIRATO, Silvia Helena. Ordenamento Jurídico para a proteção do Patrimônio Natural no Brasil. In: Revista de História. São Paulo, 158, 1º semestre de 2008, p. 277-300.

RIZZI, Patrícia Elizabeth da Veiga. Visualização Cartográfica Aplicada ao Turismo. In: Congresso Brasileiro de Cartografia, 2003, Belo Horizonte. Anais do XXI Congresso Brasileiro de Cartografia, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar. 2 edição. São Paulo: Hucitec, 1999. 158 p.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. 4ª Edição. São Paulo: Nobel (Coleção Espaços), 1997a. 88 p.

\_\_\_\_\_. A natureza do espaço; espaço e tempo: razão e emoção. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997b. 308 p.

SILVA, Boanerges Candido da; SILVA, Maclovia Correa da. O (Eco) Turismo em Pirenópolis, Estado de Goiás: Indutor do desenvolvimento local. IN: Athena: Revista Científica de Educação / Unidade de Ensino Superior Expoente. – v. 9, n. 9, jul.dez. 2007. Curitiba: Editora Gráfica Expoente, 2007. Semestral. ISSN 1679-2378. p. 31-40.

SILVA, X; ZAIDAN, R. T. (orgs). (2004). Geoprocessamento e Análise Ambiental: Aplicações. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 368 p.

TOLEDO, M. C. M; OLIVEIRA, S. M. B. de; MELFI, A. J. Intemperismo e Formação do Solo. In: Decifrando a Terra. Wilson Teixeira et al. (Org.). São Paulo: Oficina de Textos, 2000. p 139-157.

UNESCO. Carta de Atenas, de outubro de 1931. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br> (acesso em novembro de 2011).

\_\_\_\_\_. Carpeta de Información sobre el Patrimônio Mundial, de junho de 2008. Disponível em <http://whc.unesco.org> (acesso em novembro de 2011).

\_\_\_\_\_. Conferência da Haia, de 14 de maio de 1954. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br> (acesso em novembro de 2011).

\_\_\_\_\_. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, Paris/França, 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em <http://whc.unesco.org> (acesso em novembro de 2011).

\_\_\_\_\_. Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Paris/França, de 17 de outubro de 2003. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org> (acesso em novembro de 2011).

\_\_\_\_\_. Conferência de Nara, de 06 de novembro de 1994. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br> (acesso em novembro de 2011).

\_\_\_\_\_. Documento de criação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), adotado em Londres/Inglaterra, no ano de 1945. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br> (acesso em novembro de 2011).

ZANIRATO, Silvia Helena e RIBEIRO, Wagner Costa Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, volume 26 nº 51, p. 251-262, 2006.